



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

MARIANA VIEIRA GALUCH

**COOPERATIVISMO, POLÍTICA PÚBLICA E ECONOMIA  
SOLIDÁRIA: O CASO DA BIOLEITE - MUNICÍPIOS DE  
CRUZEIRO DO OESTE E TAPEJARA - PR.**

MARIANA VIEIRA GALUCH

**COOPERATIVISMO, POLÍTICA PÚBLICA E ECONOMIA  
SOLIDÁRIA: O CASO DA BIOLEITE - MUNICÍPIOS DE  
CRUZEIRO DO OESTE E TAPEJARA - PR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

Orientador Prof. Dr. Ronaldo Baltar

Londrina  
2011

MARIANA VIEIRA GALUCH

**COOPERATIVISMO, POLÍTICA PÚBLICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
O CASO DA BIOLEITE - MUNICÍPIOS DE CRUZEIRO DO OESTE E  
TAPEJARA - PR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Ronaldo Baltar  
UEL – Londrina – PR

---

Prof. Dr. Fabio Lanza  
UEL – Londrina – PR

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maisa Faleiros da Cunha  
UNESP – Franca – SP

Londrina, 04 de abril de 2011.

Dedico este trabalho aos meus sobrinhos  
Helena e Gabriel, que ainda têm um  
caminho longo pela frente, para que o  
conhecimento e a ciência sejam  
ferramentas para construir uma sociedade  
mais justa

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, juntamente com seus funcionários e professores, pelo acolhimento durante o período dos estudos.

Agradeço, em especial, ao professor Ronaldo Baltar, que me aceitou como orientanda após um determinado período, pela enorme qualidade da orientação e confiança depositada. Agradeço aos professores que participaram da banca de qualificação, Claudia Baltar e Valmor Schiochet, pelas considerações relevantes para o desenvolvimento da pesquisa. Agradeço também aos professores que participaram da defesa, Fabio e Maisa, pelos apontamentos essenciais, estimulando a continuidade da pesquisa.

Agradeço aos produtores da BIOLEITE, que me receberam em suas propriedades e residências, proporcionando momentos agradáveis, pelo reencontro após quatro anos, e pela troca de conhecimentos inconsciente de suas partes.

Aos amigos que fiz durante o mestrado, em especial, Rafael Toitio, Daniel Delatin e Rafael Kenji. Também gostaria de agradecer aos meus amigos Jeferson, Bianca, Maria Aparecida e Cintia, que desde o período da graduação me ensinam bem mais do que possam imaginar. E pelas minhas amigas que sempre me apoiaram, na torcida pelo término dessa etapa, obrigada!

Aos que contribuíram com sugestões, críticas, empréstimos de materiais, que foram muitos e não menos importantes para a finalização deste trabalho.

A minha família, e principalmente, aos meus amados pais Daniel e Maria de Lourdes, que sempre me apoiaram, não medindo esforços para que pudessem proporcionar as melhores condições para buscar meus objetivos. Aos meus irmãos Daniel e André, e suas famílias, que sempre estiveram ao meu lado independente da distância e do tempo. Amo vocês! E a Deus, que é luz em todos os meus caminhos.

GALUCH, Mariana Vieira. **Cooperativismo, políticas públicas e economia solidária**: o caso da BIOLEITE - municípios de Cruzeiro do Oeste e Tapejara - Pr. 2011. 147 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

## RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa que buscou compreender o processo de constituição da Cooperativa de Produtores de Leite do Arenito Caiuá (BIOLEITE), localizada nos municípios de Cruzeiro do Oeste e Tapejara, Mesorregião Noroeste do Paraná. A cooperativa foi formalizada pelos próprios produtores, por meio da política pública em economia solidária, que com a presença da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários, do Campus Avançado de Umuarama, da Universidade Estadual de Maringá, viabilizou o trabalho de incubação com os produtores e sua formalização. Além disso, a cooperativa é formada, predominantemente, por agricultores familiares, que frente às mudanças da cadeia produtiva do leite, decorrentes da Instrução Normativa 51, vêm buscando junto aos programas de financiamento, como o PRONAF, recursos para a especialização da produção e assim, se adequar as novas exigências e garantir a qualidade do leite em quantidade. Com isso, foi realizado um trabalho de campo após quatro anos de constituição da cooperativa, entre 2006 e 2010, para analisar os impactos econômicos e sociais diante do espaço geográfico e a representatividade da política pública de economia solidária na região. A organização coletiva apontou vantagens quanto à viabilidade econômica, no entanto, os princípios cooperativistas não foram alcançados em sua totalidade.

**Palavra-chaves:** Cooperativismo. Políticas públicas. Economia solidária. Agricultura familiar.

GALUCH, Mariana Vieira. **Cooperativism, public policies and the solidarity ECONOMY**: the case of BIOLEITE - cities of Cruzeiro do Oeste and Tapejara - Pr. 2011. 147 p. Dissertation (Masters in Social Science) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

### **ABSTRACT**

This work is the result of a research which aimed at understanding the process of formation of the "Cooperativa de Produtores de Leite do Arenito Caiuá (BIOLEITE)" located in the cities of Cruzeiro do Oeste and Tapejara, in the Northeast Mesoregion of Paraná. The cooperative was formalized by the producers themselves, through the solidarity economy public policy. Also, the Solidarity Economy Venture Incubator, located at the Umuarama Advanced Campus, State University of Maringa, enabled the work of incubation with the producers and their formalization. In addition, the cooperative is formed mainly by farmers who have faced the changes in the milk production chain, arising from the Normative N. 51 and who have come together to seek funding programs, resources for specialization in production and thus fit the new requirements and ensure the quality of milk in the search for better prices. Therefore, a field work was carried out after four years of the establishment of the cooperative, between 2006 and 2010 to examine the social and economic impacts on the geographical area and representativeness of the solidarity economy public policy in the region. The collective organization pointed advantages in economic viability, however, cooperative principles were not met in full.

**Keywords:** Cooperativism. Public policies. Social economy. Farmers.

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Evolução do número de habitantes da mesorregião Noroeste Paranaense, segundo a situação de domicílio, de 1970 a 2010.....70
- Gráfico 2** – Quantidade de cana produzida em relação ao número de municípios da mesorregião Noroeste do Paraná, em 2008 .....71
- Gráfico 3** – Empreendimentos econômicos solidários, segundo as microrregiões do Noroeste Paranaense, em 2007.....76
- Gráfico 4** – Empreendimentos econômicos solidários da mesorregião Noroeste do Paraná, segundo atividade econômica, em 2007.....77
- Gráfico 5** – Número de estabelecimentos classificados como agricultura familiar, entre os municípios da Mesorregião Noroeste, em 2006.....80
- Gráfico 6** – Participação da agricultura familiar no valor da produção dos estabelecimentos agropecuários, em porcentagem, segundo os municípios da mesorregião Noroeste, em 2006.....81
- Gráfico 7** – Produção de leite, em 2006, segundo as mesorregiões Paranaenses.....83
- Gráfico 8** – Números de estabelecimentos leiteiros, em 2006, segundo as mesorregiões do Paraná.....83
- Gráfico 9** – Evolução da produção de leite na mesorregião Noroeste, entre 1990 a 2007 .....84
- Gráfico 10** – Número de propriedades que constituíram a BIOLEITE, de acordo com o tamanho em hectares.....88
- Gráfico 11** – Volume da produção leiteira, de acordo com o número de produtores, no período de constituição da BIOLEITE, em 2006 .....90
- Gráfico 12** – Área total das propriedades e a área total de pastagem dos produtores da BIOLEITE, em hectares, em 2010 .....104
- Gráfico 13** – Variação da área de pastagem das propriedades, entre 2006 a 2010.....106
- Gráfico 14** – Variação do número de gado leiteiro dos produtores que permaneceram na BIOLEITE, entre os anos de 2006 e 2010 .....107

<b>Gráfico 15</b> – Variação da produção leiteira entre os produtores que permaneceram na BIOLEITE entre os anos de 2006 a 2010 .....	108
<b>Gráfico 16</b> – Desafios iniciais levantados pelos produtores no período de constituição da cooperativa, em 2006.....	114

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Comparativo das características de modelos de produção agropecuária.....	32
<b>Quadro 2</b> – Relação de laticínios, período de venda, preço e forma de pagamento para os cooperados da BIOLEITE .....	95
<b>Quadro 3</b> – Faixa etária dos produtores cooperados, em 2010.....	99
<b>Quadro 4</b> – Naturalidade dos produtores da BIOLEITE .....	100
<b>Quadro 5</b> – Escolaridade dos produtores da BIOLEITE .....	101

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Dados comparativos das características de produção entre agricultura familiar e não familiar no Brasil.....	33
<b>Tabela 2</b> – Dados comparativos das características de produção entre agricultura familiar e não familiar no Paraná .....	35
<b>Tabela 3</b> – Dados comparativos das características de produção de leite entre agricultura familiar e não familiar no Paraná .....	42
<b>Tabela 4</b> – IDH de Cruzeiro do Oeste, Tapejara, mesorregião Noroeste e Paraná em 2000 .....	72
<b>Tabela 5</b> – Valores bruto e líquido, produção anual e receita anual dos produtores da BIOLEITE, entre 2006 e 2010 .....	110

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ACARPA</b>	Associação de Crédito e Assistência do Cooperativismo do Paraná
<b>ANTEAG</b>	Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária
<b>BCS</b>	Bancos Comunitários de Sementes
<b>BIOLEITE</b>	Cooperativa de Produtores de Leite do Arenito Caiuá
<b>BRDE</b>	Banco Regional de Desenvolvimento Econômico
<b>CAU</b>	Campus Avançado de Umuarama
<b>CMNP</b>	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
<b>CNBB</b>	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>COAGROPAR</b>	Cooperativa e Agroindústria Orgânica do Paraná
<b>CONCRAB</b>	Cooperativas de Reforma Agrária Do Brasil
<b>CONSAD</b>	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
<b>CONSELEITE</b>	Conselho Paritário Produtores / Indústrias de Leite do Estado do Paraná
<b>CONTAG</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
<b>CTNP</b>	Companhia de Terras Norte do Paraná
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>DERAL</b>	Departamento de Economia Rural
<b>DNTR</b>	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais
<b>EES</b>	Empreendimentos Econômicos Solidários
<b>EMATER</b>	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>FAEP</b>	Federação da agricultura do Estado do Paraná
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
<b>FINEP</b>	Financiadora de Estudos e Projetos
<b>IEES</b>	Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

<b>IPARDES</b>	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>ITCP</b>	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
<b>LIPOA</b>	Laboratório de Inspeção de Produtos de Origem Animal
<b>MAPA</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>MCT</b>	Ministério da Ciência e Tecnologia
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>MTE</b>	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>NORCOOP</b>	Projeto Norte de Cooperativismo
<b>OCB</b>	Organização das Cooperativas no Brasil
<b>OCEPAR</b>	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
<b>ONGs</b>	Organizações Não-Governamentais
<b>PAC</b>	Projetos Alternativos Comunitários
<b>PIC</b>	Projeto Iguaçu de Cooperativismo
<b>PRODEC</b>	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário
<b>PROEXT</b>	Programa de Apoio à Extensão Universitária voltada às Políticas Públicas
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento para Agricultura Familiar
<b>PRONINC</b>	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
<b>SENAES</b>	Secretaria Nacional de Economia Solidária SESU - Secretaria de Educação Superior
<b>SINDILEITE</b>	Sindicato da indústria de laticínios e produtos derivados do Paraná
<b>SNCR</b>	Sistema Nacional de Crédito Rural
<b>SULCOOP</b>	Projeto Centro Sul de Cooperativismo
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>UEL</b>	Universidade Estadual de Londrina
<b>UEM</b>	Universidade Estadual de Maringá
<b>UFPR</b>	Universidade Federal do Paraná

**UHT**

Ultra High Temperature

**UNITRABALHO**

Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	16
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
<b>2 UNIVERSO DA COOPERATIVA BIOLEITE</b> .....	22
2.1 ATORES SOCIAIS: UM ENFOQUE .....	22
2.2 A AGRICULTURA FAMILIAR: TRAJETÓRIA E CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE PRODUÇÃO .....	28
2.3 A CADEIA PRODUTIVA DO LEITE E SUA DINÂMICA.....	37
2.3.1 A Produção de Leite no Estado do Paraná .....	42
2.4 O COOPERATIVISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS .....	45
2.4.1 A Economia Solidária e a Política Pública no Brasil .....	47
2.4.2 Cooperativas e a Modernização da Agricultura: os Complexos Agroindustriais.....	52
2.4.3 A Modernização da Agricultura e o Cooperativismo no Paraná .....	56
2.4.4 O Cooperativismo Popular no Paraná .....	58
<b>3 A REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ - A ÁREA GEOGRÁFICA DO OBJETO DE ESTUDO</b> .....	62
3.1 O INÍCIO DA OCUPAÇÃO NA MESORREGIÃO NOROESTE PARANAENSE.....	64
3.2 ASPECTOS GERAIS E A CONJUNTURA DO OBJETO DE ESTUDO .....	69
3.2.1 A Mesorregião Noroeste e o CONSAD .....	73
3.2.2 Mesorregião Noroeste e os Empreendimentos Econômicos Solidários .....	75
3.2.3 Agricultura Familiar na Mesorregião Noroeste .....	79
3.2.4 Mesorregião Noroeste e a Produção de Leite .....	82
<b>4 A COOPERATIVA DE PRODUTORES DE LEITE DO ARENITO CAIUÁ – A BIOLEITE</b> .....	86
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES ANTES DA CONSTITUIÇÃO DA BIOLEITE .....	88
4.2 A CONSTITUIÇÃO DA BIOLEITE E O PAPEL DA IEES/CAU/UEM .....	91
4.3 BIOLEITE - AÇÕES DOS PRODUTORES ORGANIZADOS COLETIVAMENTE .....	93
4.4 A BIOLEITE APÓS QUATRO ANOS DE CONSTITUIÇÃO .....	96
4.4.1 Características Gerais dos Produtores da BIOLEITE.....	97

4.4.2 Descrição e Análise do Processo Produtivo.....	103
4.4.3 Cooperativismo: Percepções dos Cooperados da BIOLEITE .....	114
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>120</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>131</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>139</b>
ANEXO A – Questionário Aplicado com Produtores de Leite dos Municípios de Cruzeiro do Oeste e Tapejara em 2006.....	140

## 1 INTRODUÇÃO

Os empreendimentos coletivos têm sido alternativas para trabalhadores que encontram obstáculos diante do mercado formal de trabalho. Essa realidade também é encontrada no meio rural por produtores que encontram dificuldades, principalmente nas questões econômicas, com o objetivo de aumentar a quantidade de seus produtos para buscarem melhores preços no momento da comercialização. Esses empreendimentos são organizados pelos próprios produtores, que contam com o auxílio das empresas de extensão rural ou de políticas públicas para a viabilização destes.

Nas microrregiões de Umuarama e Cianorte, pertencentes à mesorregião Noroeste do Paraná, muitos produtores rurais exercem a atividade leiteira, sendo a produção destinada aos laticínios. No entanto, as relações de mercado giram em torno da produção leiteira, pela disputa do preço do leite com quantidade e qualidade. Como a maioria dos produtores da região não consegue uma quantidade de leite considerável para a negociação com os laticínios, acaba vendendo seu produto de acordo com as exigências destes, pois monopolizam essa atividade perante os produtores, coagindo-os a aceitarem suas regras.

Um grupo de produtores de leite da região, considerados agricultores familiares, residentes nos municípios de Cruzeiro do Oeste e Tapejara, desgastados com as relações entre os laticínios e a dificuldade de negociação do seu produto, buscou junto a Incubadora de Empreendimento Econômicos Solidário (IEES)/ Campus Avançado de Umuarama (CAU)/ Universidade Estadual de Maringá (UEM) no município de Umuarama, fruto da política de economia solidária do Governo Federal, uma alternativa para enfrentarem as dificuldades diante da comercialização do leite. Ao final de 2006, esse grupo constituiu a Cooperativa de Produtores de Leite do Arenito Caiuá (BIOLEITE).

Para compreender os questionamentos desse trabalho, é preciso algumas considerações. A partir da década de 1990, a cadeia produtiva do leite, fonte de renda para muitas famílias que vivem no campo, sofreu algumas transformações com a abertura para o mercado internacional e o término do controle do valor do leite pelo Estado. Com essa nova conjuntura, o Brasil passou a ser um grande exportador do produto e internamente vem adequando a cadeia para atingir padrões de qualidade para tornar o produto ainda mais competitivo. Com as

exigências dos órgãos de vigilância sanitária e inspeção, principalmente com Instrução Normativa n°. 51, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a partir de 2002, laticínios e produtores vêm buscando adequar-se para atender tais exigências e permanecer em sua atividade econômica.

A região também é área priorizada pelo Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) - Microrregião Entre-Rios. Esta territorialidade é projetada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com um número definido de municípios que se agrupam para desenvolver ações, diagnósticos e projetos de segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento local, gerando trabalho e renda. Uma das preocupações refere-se aos índices de desenvolvimento humano, considerado abaixo da média do Estado do Paraná, que será apresentado ao longo do trabalho.

Além dessa política, a região foi priorizada pelas Políticas Públicas em Economia Solidária com a constituição da IEES/CAU/UEM. O principal órgão de representatividade dessa política é a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), criada no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, com o objetivo de fomentar o cooperativismo autogestionário. Além disso, o CONSAD compreende que a economia solidária deve ser entendida como uma estratégia de desenvolvimento regional.

É nessa conjuntura da comercialização do leite, dos incentivos às políticas públicas de economia solidária, da agricultura familiar e sua forma de atuação que este trabalho estudou, nesse caso, a BIOLEITE. Sendo assim, este trabalho é resultado de uma pesquisa teórico-metodológica que buscou investigar as ações desse grupo de produtores de leite constituído em cooperativa, tanto como suas relações internas, quanto com os laticínios e seus impactos econômicos, sociais e políticos, após quatro anos de constituição. Este trabalho também investigou as iniciativas de política pública do Governo Federal e suas formas de atuação, pois a região pertence à área priorizada pelo CONSAD que, por meio dessa configuração e inserção, possibilita a captação de recursos para fomentar a geração de trabalho e renda. E como fator determinante do objeto de estudo, o trabalho buscou compreender o universo da agricultura familiar na pecuária leiteira e as transformações dessa cadeia produtiva frente as mudanças proposta pela Instrução Normativa n°51.

A partir do trabalho desenvolvido pela IEES/CAU/UEM, enquanto técnica de projeto de extensão junto a alguns produtores de leite dos municípios de Cruzeiro do Oeste e Tapejara, iniciou-se este trabalho para a compreensão da comercialização do leite na região e a busca desses produtores por alternativas para enfrentar as dificuldades encontradas nessa atividade produtiva. Sendo assim, o trabalho contribui para aqueles que buscam o conhecimento sobre economia solidária, a atuação da política pública por meio de seus financiadores, a constituição de cooperativas e os impactos desses empreendimentos. Além disso, o trabalho direciona-se também a todos os trabalhadores rurais e agricultores familiares, que diante de um obstáculo no meio rural, seja de produção ou comercialização, buscam alternativas para se adaptarem às transformações do meio rural.

No primeiro capítulo foi realizado uma reflexão teórica sobre os conceitos-chave da discussão do trabalho. Sobre a agricultura familiar foi analisado o conceito essencial de categoria social, suas configurações no espaço brasileiro, formas de produção, organização e sua importância como atividade produtiva. Com base na teoria de Giddens sobre estrutura e ação, o trabalho também apresenta o conceito para abordar a forma de atuação dos pequenos produtores como formadores da realidade e suas ações. Além disso, foram apresentados os conceitos cooperativistas, uma vez que foi através da forma de organização em cooperativa que iniciou o estudo deste trabalho. No entanto, o cooperativismo apresenta formas de organização diferenciadas, não estabelecendo uma categoria de classificação ou atuação única, já que, em diferentes momentos históricos, foi utilizado para fins de interesses sociais e econômicos de políticas públicas governamentais, referentes aos interesses de cada época. O capítulo também discute sobre a cadeia produtiva do leite, desde as mudanças sofridas na década de 1990, as mudanças com a Normativa n°. 51, até os dias atuais, restringindo-se ao espaço geográfico da região de Cruzeiro do Oeste e Tapejara.

O segundo capítulo situa o leitor quanto ao espaço geográfico do objeto de estudo: a mesorregião Noroeste do Paraná. Para isso, foi realizado um estudo detalhado do processo de ocupação, que resultou no atual formato. Além disso, foram levantadas as principais características econômicas e sociais da região, como também algumas áreas de importância para o tema, como a presença do

CONSAD, os empreendimentos econômicos solidários, a agricultura familiar e a cadeia produtiva do leite.

No terceiro capítulo é apresentado detalhadamente o problema de pesquisa e seu objeto inserido em sua estrutura. O problema do objeto apresenta-se na sua forma de comercialização com os laticínios e a dificuldade da negociação do valor de leite enquanto produtores isolados. Desse modo, o trabalho apresentou os resultados de pesquisa e analisou as formas de atuação e o entendimento sobre a concepção de atores, que permite entender até que ponto os produtores agem como atores e são capazes de provocar mudanças na comercialização do leite na região. Além disso, analisou a inserção de política pública de economia solidária na região e seus efeitos, no sentido de avaliar as dificuldades e os indicadores em relação aos impactos sociais, econômicos e políticos. A ação, após a organização, também é revelada como ferramenta para apresentar a iniciativa de como os produtores rurais podem ser multiplicadores dessa decisão e atuar coletivamente na busca por melhorias na qualidade de vida e bem estar da família.

### 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a construção desse trabalho, foi necessária a orientação de métodos que indicam os caminhos que dão sustentação e credibilidade à pesquisa, para que seja reconhecida como ciência. Tratando-se de estudo de caso, é importante que procedimentos e etapas sejam elencados para demonstração da elaboração da dissertação.

Para Chizzotti (2000, p. 102), o estudo de caso:

É uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora.

Desse modo, é importante que três etapas sejam apresentadas quanto a essa forma de pesquisa: a seleção e delimitação do caso; o trabalho de campo; e a organização e redação do relatório.

O trabalho presente está inserido no universo da agricultura familiar e economia solidária, sendo a BIOLEITE o objeto de estudo, uma cooperativa

constituída na região dos municípios de Cruzeiro do Oeste e Tapejara, pertencentes às microrregiões de Umuarama e Cianorte, respectivamente.

Para o auxílio na compreensão do trabalho, é importante que seja esclarecido seu problema: a constituição de cooperativa formada por meio de política pública em economia solidária frente a comercialização do leite nos municípios de Cruzeiro do Oeste e Tapejara e suas ações e impactos políticos, econômicos e sociais. Para a busca dessa compreensão, são necessárias as seguintes questões norteadoras:

- 1- Quais os impactos sociais, econômicos e políticos para as famílias após a constituição da cooperativa?
- 2- A BIOLEITE, por ser constituída através de política pública em economia solidária, possibilita o desenvolvimento local?
- 3- Após quatro anos de sua constituição, a cooperativa ainda se mantém de acordo com sua forma jurídica e seu ato em si?
- 4- Qual a representatividade da política pública em economia solidária na região?

Assim como a pesquisa teórica, a pesquisa empírica também é importante nesse processo de construção, pois de acordo com Demo (1987), relaciona-se com a face experimental e observável dos fenômenos, na manipulação dos dados e nos fatos concretos. A importância dessa pesquisa no processo de construção do trabalho leva a teoria para a realidade concreta, através de pesquisas quantitativas e qualitativas.

A pesquisa quantitativa, realizada por meio do trabalho de campo, tem a importância de reunir e organizar um conjunto comprobatório de informações. Em relação ao trabalho, inicialmente, foi analisado o questionário aplicado (ANEXO) pelos integrantes da IEES/ CAU/ UEM, em 2006, realizado para conhecer o perfil dos produtores. Este mesmo questionário foi reaplicado com os dez produtores que continuam na cooperativa para obter informações pertinentes ao problema proposto.

Em relação aos questionários, estes foram modificados para se adequar ao trabalho, no sentido de analisar com precisão as categorias de análise necessárias para o cruzamento de dados e obter os indicadores sobre os impactos sofridos pela presença e ação da cooperativa, através de dados estatísticos e suas relações entre as variáveis. O trabalho também realizou entrevistas

semiestruturadas com os produtores para compreender as mudanças em relação a sua participação na cooperativa, por meio das seguintes questões:

- 1 Qual a sua avaliação após quatro anos de existência da cooperativa?
- 2 Quais as mudanças em seu trabalho desde que começou a participar da BIOLEITE?
- 3 Quais as suas formas de atuação na cooperativa?
- 4 Quais as ações da cooperativa na busca por melhorias como grupo?

Após a realização do trabalho de campo, os dados foram classificados, descritos e cruzados para a análise e seu tratamento na busca pela compreensão do processo ao qual foi proposto esse trabalho. Este procedimento possibilitou o conhecimento mais profundo sobre a organização e a realidade atual dos produtores inseridos meio a conjuntura local.

## 2 UNIVERSO DA COOPERATIVA BIOLEITE

Essa etapa do trabalho constituiu em pesquisa do referencial teórico para oferecer sustentação ao objeto de estudo, possibilitando reflexões e discussões sobre o universo em que o objeto está inserido. Voltando-se para a constituição da cooperativa, buscou-se realizar a reflexão sobre a teoria de estruturação, devido à atuação dos produtores no meio ao qual pertencem, a agricultura familiar, pois grande parte dos sócios-fundadores é classificada nessa categoria; sobre a cadeia produtiva do leite, devido à problemática enfrentada pelos produtores em relação à comercialização do produto na região; e o cooperativismo, devido à forma em que se organizaram coletivamente.

### 2.1 ATORES SOCIAIS: UM ENFOQUE

A participação da sociedade civil brasileira na organização e atuação por meio dos movimentos sociais somou forças na luta por políticas públicas, sendo, boa parte, institucionalizadas ao longo do século XX. A participação dos atores sociais foi fundamental e, junto aos movimentos, buscaram alternativas para as reivindicações dos diversos grupos espalhados pelo Brasil.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 foi considerada um marco da luta realizada pelos movimentos sociais, tornando-se uma constituição democrática. As lutas desses movimentos foram em busca de direitos como o da mulher, do negro, do homossexual, do acesso à educação, à saúde, à moradia, a terra. Uma conquista nesse período em relação aos direitos, sob forma de lei, foi a criação dos conselhos gestores de políticas públicas, que viabilizou espaço para a participação da sociedade civil interessada na formulação das diretrizes de política e maior controle sobre ações estatais (TONELLA, 2006).

Além disso, a importância da população nesse processo se estabelece quando dialoga com o Estado na busca de recursos para fins de ordem econômica, social ou política. No entender de Gohn (1997, p. 143), com base na teoria de Touraine, "Os sujeitos da história, ou atores, são entendidos como agentes dinâmicos, produtores de reivindicações e demandas, e não como simples representantes de papéis atribuídos de antemão pelo lugar que ocupariam no sistema de produção". E, assim como no espaço urbano, o espaço rural também se

tornou uma área de luta constituída por movimentos sociais, que estabeleceram frentes para articulação com o Estado. Trabalhadores, que em algum momento, sofreram consequências com as decisões das políticas estatais referentes ao mundo rural como as ligas camponesas no Nordeste brasileiro nos anos de 1950 e, atualmente, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Inserida nesse contexto, a agricultura familiar, como categoria e representada pelas formas de trabalho com a terra, vem lutando pela garantia de seus direitos, principalmente em relação ao trabalho no campo e pelo reconhecimento, uma vez que é a principal fonte de abastecimento do mercado interno para a alimentação e promove o fortalecimento da cidadania no campo. As lutas e conquistas só foram possíveis com a mobilização dos trabalhadores rurais, em suas decisões tomadas e ações diante das esferas estatais. E, nos últimos anos, tem demonstrado uma força ímpar no campo referente a sua forma de organização e trabalho, recebendo incentivos de políticas públicas na esferas de administração, conquistando, assim, seu espaço político. No entanto, esses incentivos custaram a ser oferecidos, devido a uma diferente política existente para o setor rural, como na década de 1960, voltados para o processo de modernização da agricultura.

Para alguns estudiosos do tema da agricultura familiar, a legitimação do Estado, no reconhecimento como categoria, ocorreu somente em 1996, quando foi institucionalizado o Programa Nacional de Fortalecimento para Agricultura Familiar (PRONAF), no governo de Fernando Henrique Cardoso, que segundo Schneider (2004), representou uma importante política do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares e fortalecer os trabalhadores. Mas a maior conquista aconteceu em 2006, com a lei da agricultura familiar, que estabelece as características dessa categoria, com respaldo jurídico e político.

Dentro do seu contexto econômico, Neves (2007) argumenta que a agricultura familiar representou o resultado das diferentes categorias, por diferentes interesses, que quiseram assim ser reconhecidos. Com reconhecimento dos produtores, foi possível um espaço de diálogo entre sociedade civil e Estado na constituição de política pública, no qual em 1990 foi instituído o PRONAF. Essa conquista possibilitou que pequenos produtores pudessem melhorar a produção e garantir o sustento da família no campo.

Nesse contexto, de acordo com Rogers (1995 *apud* GOMES; GOMES, 2007), o indivíduo é considerado o agente de mudança, que muitas vezes

influencia a decisão nos aspectos do seu trabalho, organização da vida no campo, em sua produção. O seu papel tem como finalidade apontar e avaliar as mudanças necessárias para melhoria na qualidade de vida. Nesse caso, é necessário estar atento para uma mudança que beneficie a comunidade de forma íntegra, buscando uma alternativa melhor que a anterior. Sendo assim, Giddens (2003) aponta o papel de sua teoria inserido nas ciências sociais:

O domínio básico de estudo das ciências sociais, de acordo com a teoria da estruturação: não é a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo. As atividades sociais humanas, à semelhança de alguns itens auto-reprodutores na natureza, são recursivas. Quer dizer, elas não são criadas por atores sociais, mas continuamente recriadas por eles através dos próprios meios pelos quais eles se expressam *como* atores. (GIDDENS, 2003, p.2)

Dentro dessa lógica, vista pela lente da teoria da estruturação, a agricultura familiar permite uma análise com maior intensidade quando se quer compreender variadas configurações de um objeto de estudo, seja um grupo, uma instituição, experiências coletivas, construções sociais inovadoras, etc. Com isso, as possibilidades de exploração permitem conhecer o cotidiano e seus significados, as formas de desenvolvimento de organizações, modo de vida, de conduta dos atores requer atenção na forma de ser apresentada e analisada.

De acordo com o autor, as descrições sociológicas desenvolvem o papel de integrar as redes de significados, que os atores inseridos coordenam seus comportamentos e condutas. Nesse caso, analisar essa coordenação das atividades sociais significa compreender as características locais com as quais os atores sociais interagem em seus percursos diários e as formas que se estabelecem no espaço de interação entre esses atores.

E, nesse contexto, o agricultor é entendido aqui como ator social, ou seja, protagonista de sua história, analisado por meio da teoria da estruturação de Anthony Giddens. Essa teoria é caracterizada também pela capacidade de intervenção dos atores nas práticas sociais que "fazem a diferença" diante da conjuntura e resultados das atividades sociais, que compreende a organização e interação das práticas dos indivíduos (COHEN, 1999).

Dessa forma, dentro do espaço rural, o trabalhador rural da agricultura familiar tem características peculiares, quando utilizado o termo "ator social" para caracterizar sua forma de atuação. Para Mior (1997), os atores sociais têm diferentes interesses quanto à forma de organização, trabalho, produção no espaço rural, que permite em conjunto participar da identificação e apontar problemas e potencialidades na formulação de políticas públicas voltadas para o rural. Nesse caso, o produtor rural é quem define e decide sobre o sistema de plantio, organiza seu trabalho com certa manobra, não ficando entrelaçado apenas com as regras das indústrias, ou atrelado ao grande capital. Desse modo, a representatividade de sua história e cultura merece atenção, pois são características que permitem ao trabalhador autonomia no processo produtivo.

Inseridos numa determinada realidade, os atores sociais são aqueles que buscam alternativas quando esse espaço apresenta alguma carência ou uma insuficiência dos direitos pertencentes à população civil, como saúde, moradia, educação, transporte. É a articulação desses atores envolvidos no processo que garante os resultados positivos para o desenvolvimento local, como as experiências no nordeste: as pastagens comuns na caatinga, na Bahia; os Bancos Comunitários de Sementes (BCS) da Zona Semi-Árida, na Paraíba; e a distribuição de cisternas para armazenamento das águas de chuva na região semi-árida (SABOURIN, 2005).

E, nessa conjuntura, é visível quando os trabalhadores contribuem em formas de produção, de acordo com a região e especialização, como agroecologia, pesca, produção de leite, sericicultura, hortifrutigranjeiro, e ainda pode conter todas essas atividades numa só propriedade. Sendo assim, percebe-se a diversidade desses trabalhadores, que também se organizam em cooperativas, associações na luta por melhorias no processo de comercialização de sua produção, ou até mesmo em movimentos na luta pelo direito a terra.

Enquanto protagonistas das suas formas de trabalho e produção, o pequeno agricultor tem a flexibilidade enquanto decisão e conhecimento, adquirido por fazer parte da herança familiar e vivência prática no dia a dia, descobrindo e reinventando as variadas formas de trabalho com a terra. A possibilidade de opção em escolher suas atividades é uma estratégia de sobrevivência, pois garante a

segurança alimentar<sup>1</sup> da família e a ocupação diversificada proporcionada pelo ciclo produtivo anual, descobrindo talentos e habilidades (BROSE, 2000).

Paralela a essas experiências, a iniciativa dos produtores cooperados da BIOLEITE, se estabelece enquanto forma de atuação na esfera econômica na luta por melhores preços nos produtos e como poder de decisão por parte dos integrantes da cooperativa. Por meio da organização coletiva, vêm conquistando espaço frente ao mercado de laticínios da região que, como produtores isolados, não tinham quantidade considerável e atendiam às exigências do mercado de acordo com os interesses desses estabelecimentos.

Para Guivant (1998), toda prática social contém um aspecto reprodutivo das relações sociais dominantes como as novas relações. Podem, de um lado, adotar a agricultura moderna dominante como podem programar de outra maneira, que não seja estabelecida pelas regras do modelo agrícola. "Os atores sociais, embora possam não ser conscientes disso, têm uma capacidade transformadora de "fazer uma diferença" na produção de suas práticas e assim transformar os padrões de ações sociais dominantes." (GUIVANT, 1998, p. 121).

No entanto, para os atores serem capazes de "atuar de outro modo" condiz que tanto pode intervir na sociedade como se omitir. A ação depende da capacidade do indivíduo de "criar uma diferença" em relação à conjuntura constituída a partir de seus atos. Todos os seres humanos são agentes cognoscitivos, ou seja, possuem um relevante conhecimento das condições e consequências do que fazem em suas vidas cotidianas. Entendidos como atores sociais, "todos os seres humanos são altamente "instruídos" no que diz respeito ao conhecimento que possuem e aplicam na produção e reprodução de encontros sociais cotidianos." (GIDDENS, 2003, p.25).

Para que as ações tenham resultados positivos, é necessário que a articulação entre diversos atores seja de forma transparente, onde a participação e os objetivos dos atores envolvidos na perspectiva de trazer benefícios para a localidade estejam afinados com o poder público municipal, ou outras esferas como estadual e federal, e a sociedade civil. Existem casos em alguns municípios, em que

---

<sup>1</sup> De acordo com a Lei n. 11.346, de 18 de setembro de 2006, a segurança alimentar tem o objetivo de garantir a todos o acesso regular a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, com práticas alimentares que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, culturais, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006a).

na mudança de gestão pública, em discordância com as políticas da gestão anterior, ignora-se todo um período de construção que envolveu os segmentos da sociedade.

Por não compartilhar com tais propostas, acabam destituindo, trazendo consequências para determinados grupos.

A percepção das dificuldades encontradas pelos produtores, da necessidade de articulação, de organização coletiva, é notável quando o obstáculo encontra-se na esfera econômica. Quando não satisfeitos com a situação em que se encontram, o ponto inicial para a organização ou para a construção de uma nova realidade entre os grupos condiz em buscar novas formas de comercialização, negociação, para melhorar suas condições de trabalho e qualidade de vida.

Porém, para que as iniciativas coletivas consigam êxitos em sua constituição, é preciso uma consciência coletiva e afinar os objetivos entre os integrantes do grupo. Em alguns casos de constituição de associações, cooperativas, que acabam se desintegrando, persistem na convicção de alguns indivíduos buscarem seus objetivos e interesses em curto prazo, não satisfeitos com a nova proposta de trabalho.

De acordo com Alves (2008), algumas comunidades rurais, em seu espaço local, procuram, de certa maneira, driblarem o conjunto de regras a que estão submetidos. Com isso, tendem a buscar alternativas para a manutenção de seu modo de vida, buscando o bem-estar da comunidade, na tentativa de inserção no ambiente político e decisório. Algumas conseguem construir uma nova forma de organização, mudando o rumo de sua história, não obedecendo apenas a uma lógica, mas sim àquelas que condizem com suas reivindicações.

A importância de reconhecer esses aspectos, experiências de conquistas coletivas pelas comunidades rurais, é que muitos produtores não tiveram oportunidades de acesso ao conhecimento científico e moldaram seus caminhos de acordo com o conhecimento que obtiveram de suas famílias, cultura, tradição da comunidade, etc. Nesse caso, a teoria da estruturação permite conhecer melhor os aspectos por parte dos indivíduos no processo de transformação e construção através dos seus trabalhos.

## 2.2 A AGRICULTURA FAMILIAR: TRAJETÓRIA E CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE PRODUÇÃO

Dentro do universo agrário brasileiro, a agricultura familiar avançou, principalmente nos últimos anos, nas conquistas pela garantia nos aspectos econômicos, na criação de políticas públicas, no papel do PRONAF, e também pelo seu reconhecimento jurídico, de acordo com a lei 11.326 de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006b), que reconhece e caracteriza os agricultores familiares. Essa trajetória representa as reivindicações que obtiveram resultados positivos da luta coletiva pelos produtores, tanto em associações, comunidades como em cooperativas e sindicatos.

No Brasil, muitas denominações foram atribuídas ao homem que trabalha com a terra como: camponês, colono, pequenos proprietários, sitiante, arrendatário. Diferenciado pelo processo histórico de ocupação, o pequeno teve sua gênese tanto na monocultura de latifúndio, para sua sobrevivência ao longo de quatro séculos, trabalhando sob ordens dos grandes proprietários de terra, e também das características trazidas, boa parte, pelos imigrantes que aqui chegaram como os europeus, os japoneses, entre outros, no início do século XX.

Após alguns anos de pesquisas e estudos realizados em seis países, incluindo o Brasil, o pesquisador Hughes Lamarche e equipe de pesquisadores caracterizaram a agricultura familiar<sup>2</sup> como unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. Contudo, o pesquisador ressalta que existem diferenças entre as características nos países estudados:

[...] em alguns lugares, a exploração familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado; em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência; em alguns lugares, ela é mantida, reconhecida, como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo; em outros, ao contrario, é excluída de todo desenvolvimento, sendo desacreditada e a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada (LAMARCHE, 1993, p.13).

---

<sup>2</sup> O autor utiliza em sua obra a expressão exploração familiar no sentido de trabalho com a terra, de explorar a terra, na qual a família participa da produção.

Essas diferenças representam as dificuldades que muitos produtores encontraram ao longo do século XX em função das tecnologias desenvolvidas para o aumento da produtividade e também de aberturas através de políticas de estado que países, como o Brasil e sua política de crédito subsidiado, criaram para a modernização no campo. Com a condição de modernizar os padrões tecnológicos, muitos produtores tiveram que buscar alternativas nas cidades e buscar meios alternativos no campo para sua manutenção.

Em meio a esse cenário, os diversos tipos, as variadas categorias de trabalhadores rurais organizaram-se na busca por melhorias nas condições de trabalho e na forma de produção, principalmente os pequenos, por não terem acesso às políticas de Estado, que incentivaram as grandes propriedades para o processo de modernização na agricultura. Com isso, os grandes proprietários de terras foram os maiores beneficiários dos créditos rurais financiados pelo Estado.

No entanto, os trabalhadores da terra foram estabelecendo frentes para buscarem condições e ter amparos por parte do estado. Algumas organizações, principalmente dos estados da região sul do Brasil, participaram dessa luta como o movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT). Com essa frente de organização, junto aos movimentos sociais rurais, os trabalhadores do campo foram criando condições e argumentos para que o Estado pudesse legitimá-los enquanto categoria social e colocá-los na agenda de ações por parte do Governo (SCHNEIDER; SILVA; MARQUES; 2004).

Com isso, o debate sobre o conceito e definição de Agricultura Familiar intensificou-se, no final do século XX, quando as questões agrárias voltaram-se para o debate sobre desenvolvimento sustentável rural e não para a produção agrícola, que apresentou conseqüências como a degradação dos solos e poluição para o meio ambiente. Com isso, o papel da agricultura familiar ganhou uma vasta discussão em vários segmentos, como no meio acadêmico, nas instituições governamentais voltadas para as questões rurais, na constituição de políticas públicas, conforme ocorreu na década de 1990, como uma das principais conquistas da categoria, a constituição do PRONAF.

De acordo com Schneider; Mattei e Cazella (2004), o PRONAF foi formulado como resposta do Estado às pressões sindicais rurais, realizadas desde o final da década de 1980. O programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manterem no campo. E, desde 1997, houve ampliação do programa para a área de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, ganhando maior dimensão e passou a operar de forma integrada em todo o território nacional.

Para a organização de política pública voltada para os pequenos produtores, o estado acompanhou os critérios da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que definem a agricultura familiar com três características essenciais como a gerência da propriedade rural realizada pela família; o trabalho desempenhado na sua maior parte pela família; os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, a terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes (BLUM, 2001). Esses conceitos elaborados pela FAO/INCRA foram utilizados para a caracterização da agricultura familiar para a elaboração do PRONAF.

Para ilustrar essa situação, o MAPA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em efeito do PRONAF, consideraram familiares todos os agricultores que contratavam até dois empregados permanentes e com área rural inferior a quatro módulos fiscais. No entanto, a classificação "agricultura familiar" foi proposta e determinada para a inserção de política pública, que generalizou este conceito para o pequeno produtor. Para Neves (2007, p. 235)

Os termos *agricultura familiar* e *agricultor familiar* apresentam-se então como categoria de mobilização política, fundamental na construção da identidade de atores aglutinados em torno da luta pelo reconhecimento da cidadania econômica e política. Afinal, são *agricultores familiares* aqueles que se integram como sujeitos de atenção de políticas especiais de crédito, de formação profissional, de assistência técnica; são os usuários e atores de constituição de novos arranjos institucionais, capazes de promover, de fato e da perspectiva dos objetivos que os irmanam politicamente, o enquadramento legal e institucional.

Com isso, diversos são os recursos oferecidos para essa categoria constituída para financiamento a fim de auxiliar na produtividade. São oferecidos PRONAF Agroecologia, Eco, Floresta, Semiárido, Mulher, Jovem Rural, Pesca, Alimento, Turismo Rural, entre outros, que incorpora além de agricultores, pescadores artesanais, artesãos, extrativistas, mais recentemente, silvicultores e aquicultores (NEVES, 2007).

No entanto, a maior conquista para os agricultores familiares aconteceu em 2006, passando a considerá-los como categoria em forma de lei, constituindo assim, o amparo jurídico para esses trabalhadores, com a Lei número 11.326 de 24 de Julho de 2006, que caracteriza os agricultores familiares a partir das considerações abaixo (BRASIL, 2006):

- I Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II Utiliza predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A Lei estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Além disso, estende-se também para silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, desde que atendam aos requisitos estabelecidos em Lei. Com isso, essa conquista representou o empenho de vários segmentos:

No Brasil, o termo *Agricultura familiar* corresponde então à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, mediante apoio de instituições internacionais, mais especialmente a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). [...] Nessa conjunção de investimentos políticos, os porta-vozes de tal projeto fizeram demonstrativamente reconhecer a racionalidade econômica e social da pequena produção agrícola; a capacidade adaptativa dos agentes produtivos a novas pautas éticas de conduta econômica. (NEVES, 2007, p. 230)

Vale lembrar, como aponta Wanderley (2001), que a agricultura familiar foi uma forma estabelecida para designar várias categorias que sempre

existiram, porém com variadas denominações. O fato é que sempre existiram famílias proprietárias dos meios de produção que assumiram o trabalho no estabelecimento produtivo. O que altera são os contextos históricos, socioeconômicos e as adaptações das novas exigências que vão surgindo com as modificações sociais, principalmente com o avanço da agricultura moderna.

Por outro lado, existem questionamentos sobre a classificação dessas categorias enquanto "agricultores familiares". Para o agrônomo Gerson Teixeira, estudioso do mundo rural brasileiro, em entrevista à revista Retrato do Brasil, argumenta que o termo foi adotado durante o Governo Fernando Henrique Cardoso como se fosse uma elevação de *status* da condição de camponês para a de agricultor de mercado. Para ele, a agricultura familiar teve o objetivo de inserir esses trabalhadores no mercado, como sendo o "agronegócio" (CALIARI, 2009). No entanto, é preciso lembrar que essa unificação diz respeito a políticas públicas para melhoria na produção, mas que a forma de produção, atuação e luta desses trabalhadores se estabelece de acordo com suas classificações enquanto atividade.

O que diferencia a agricultura familiar daqueles que são considerados empresários agropecuários, ou seja, gestores da produção baseada no trabalho assalariado, é o fato de que os responsáveis pela atividade produtiva e gestão da propriedade são membros da família. De acordo com Neves (2007), a oposição constante entre as formas "familiar" e "patronal" de produção perpassa a história da agricultura capitalista, divergentes entre si, como mostra o quadro a seguir com características e comparações dessas duas formas de produção agrícola.

**Quadro 1** – Comparativo das características de modelos de produção agropecuária.

<b>MODELO PATRONAL</b>	<b>MODELO FAMILIAR</b>
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurado diretamente pelos proprietários
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões "de terreno" e de "momento".	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: (BAUNEL, BASSO, 2004).

O modelo patronal revela características de grande concentração de renda e exclusão social, ao contrário da agricultura familiar, que apresenta detalhes de distribuição e características de sustentabilidade, porém, nem todos os agricultores familiares correspondem ao conceito teórico proposto. Basta visitar algumas propriedades ou assentados da reforma agrária para perceber que as dificuldades são semelhantes e os problemas quase os mesmos. Aqueles que recebem alguma assistência de empresas de extensão, universidades, juntamente com seu potencial, conseguem dinamizar melhor o espaço e a produção, enquanto aqueles, isolados, muitas vezes esquecidos, enfrentam dificuldades produtivas, comerciais, e na manutenção de sua propriedade e atividade econômica.

Apesar de toda a discussão das características da agricultura familiar, sua produção, seu modo de organização, ela ainda fornece boa parte da produção de alimentos básicos aos brasileiros. No último censo agropecuário realizado em 2006, foi apontado que mais da metade da produção de mandioca, feijão, milho, leite, suínos, aves são oriundos da agricultura familiar; a ocupação da população no espaço rural de agricultores familiares correspondem a 74, 4 %, ou seja, 12, 3 milhões de pessoas; e 84, 4 % dos estabelecimentos, correspondendo a 4.367.902 unidades. No entanto, a área ocupada em todo território nacional não passa de 25% (IBGE, 2006).

A tabela a seguir aponta dados importantes, relacionando a agricultura familiar com a não familiar.

**Tabela 1** – Dados comparativos das características de produção entre agricultura familiar e não familiar no Brasil, em 2006

<b>Estabelecimentos agropecuários</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Não Familiares	807.587	15,60
Familiares	4.367.902	84,40
Total	5.175.489	100
<b>Área dos estabelecimentos</b>	<b>Hectares</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Não Familiares	249.690.940	75,70
Familiares	80.250.453	24,30
Total	329.941.393	100
<b>Valor da Produção</b>	<b>Valor (1.000 R\$)</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Não Familiares	89.453.608	62,20
Familiares	54.367.701	37,80
Total	143.821.309	100
<b>Pessoal ocupado</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Não Familiares	4.245.319	30,10
Familiares	12.322.225	69,90
Total	16.567.544	100

Fonte: (IBGE, 2006).

Mesmo com a área da agricultura familiar sendo quatro vezes menor que a não familiar, o valor da produção apresenta índices significativos, pois comparando, apresenta uma produção maior que nas grandes propriedades. Esses dados comprovam o papel das pequenas propriedades na produção agrícola brasileira, uma vez que a média dos estabelecimentos familiares corresponde a 18,37 hectares, enquanto a não familiar corresponde a 309, 18 hectares. Por outro lado, a importância também se revela na produção de alimentos, promovendo a segurança alimentar.

Outro dado aponta para a importância quanto à ocupação, gerando 69,9% postos de trabalho, ou seja, o principal meio de trabalho no campo. A ocupação por parte das famílias ainda mantém as formas de tradição e cultura no espaço rural. Desse modo, também é possível fortalecer a cidadania no campo, pois as unidades de assistência social estabelecem predominantemente nas esferas urbanas, sendo difícil o acesso à luta por direitos por parte dos trabalhadores rurais. Com isso, existe também a possibilidade do trabalho ser repassado de pai para filho a fim de permanência dessa atividade para a produção de alimentos para gerações futuras.

No Paraná, a dinâmica da agricultura familiar teve importância nas atividades produtivas, acompanhando o processo de modernização da agricultura. Em meio à introdução da modernização no espaço rural, esse grupo ora foi participante do processo migratório para as cidades, ora incorporado pelas cooperativas, instaladas como instrumento de modernização. A maior parte da sua produção tem como destino as agroindústrias, como abatedouros ou laticínios, ou feiras livres organizadas pelos próprios produtores. No entanto, os produtores, para melhorarem sua produção, buscam alternativas, como no caso da constituição de associações e cooperativas, para garantirem a qualidade de vida e aumentar a renda.

A tabela a seguir apresenta alguns índices da agricultura familiar paranaense, apontando semelhanças em relação aos dados nacionais:

**Tabela 2** – Dados comparativos das características de produção entre agricultura familiar e não familiar no Paraná, em 2006.

<b>Estabelecimentos Agropecuários</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Não Familiar	68.144	18,40
Familiar	302.907	81,60
Total	371.051	100
<b>Área dos estabelecimentos</b>	<b>Hectares</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Não Familiar	11.036.652	72,20
Familiar	4.249.882	27,80
Total	15.286.534	100
<b>Valor da Produção</b>	<b>Valor (1.000 R\$)</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Não Familiar	9.057.533	56,90
Familiar	6.840.335	43,10
Total	15.897.868	100
<b>Pessoal Ocupado</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Não Familiar	336.766	30,10
Familiar	780.318	69,90
Total	1.117.084	100

Fonte: (IBGE, 2006).

De acordo com o censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2006), destinado à agricultura familiar, este também revela características de concentração de terras, em que os dados são maiores que os brasileiros, ou seja, dos 81,6% dos estabelecimentos familiares ocupa apenas 27,8% da área total destinada à agropecuária paranaense, onde a média do tamanho dos estabelecimentos familiares gira em torno de 14 hectares. Quanto ao valor da produção, os dados revelam quase um equilíbrio entre as duas classificações: 43,1% do valor total da produção destinam-se à agricultura familiar. Isso aponta para a importância da categoria no Estado, que atinge uma boa produção, contribuindo para a geração de renda e segurança alimentar no estado.

Em relação ao pessoal ocupado, esse se equipara aos índices brasileiros, gerando quase 70% dos postos de trabalhos rurais paranaense, o que descreve a importância desses indivíduos para o campo, fortalecendo os traços culturais e sociais.

Ainda assim, a agricultura familiar é promessa das mudanças de paradigmas em relação a sua forma de produção. Nos últimos 40 anos, o trabalho com a terra foi caracterizado como um modelo agrícola químico-mecânico-genético

que, a partir dos anos 60, e projetado em vários países, estimulou mudanças na produção agrícola, a mais rápida e profunda de toda a história da humanidade, conhecida como Revolução Verde (GUIVANT, 1998). Desse modelo resultou grande deslocamento populacional e degradação ambiental significativa, porém as políticas de crédito para financiamento em produção com sustentabilidade estão voltadas para os recursos do PRONAF. No entanto, os outros 75% do espaço rural brasileiro pertencem aos grandes proprietários de terra e ao Estado Nacional (IBGE, 2006).

Por outro lado, é importante estar atento sobre a questão que vai além de fatores econômicos da agricultura familiar. Soares (2001) aponta para uma dimensão que engloba outros fatores, como a contribuição para a segurança alimentar, a função ambiental e a função social da agricultura familiar. Sobre a questão social, ele aponta o impacto das políticas públicas sobre a sociedade nos aspectos culturais:

A viabilidade social da agricultura familiar não depende somente da produção, há um conjunto de fatores sociais como: educação, cultura, lazer, saúde, etc., que podem ser tão importantes quanto o econômico na determinação da viabilidade (SOARES, 2001, p.47).

Mesmo com essa dinâmica, o pequeno produtor ainda precisa de mais recursos, mais incentivos, mas que aos poucos vêm mudando e transformando a realidade de muitas famílias brasileiras. Fomento apenas enquanto captações de recursos, financiamentos, investimentos não são suficientes. É necessária, também, uma política que discuta a questão de gênero no campo, pois muitas mulheres são trabalhadoras, na mesma proporção que os homens; o trabalho sobre sexualidade com adolescentes; a questão cultural, para que a identidade dos agricultores familiares não seja fragmentada e nem esquecida pelo processo da globalização e êxodo rural; o incentivo ao trabalho, ao conhecimento e aos estudos para os jovens, filhos dos agricultores e a importância de permanecerem no espaço rural.

Outros produtores encontram alternativas como associações e cooperativas para pulverizarem os obstáculos sobre a sua produção. É nesse sentido que esse trabalho buscou analisar e compreender a organização de um grupo de produtores do noroeste do Paraná, dos municípios de Cruzeiro do Oeste e Tapejara, que buscaram formas de superar as dificuldades encontradas na comercialização do leite em sua região e as estratégias de mercado encontradas

para garantir melhores rendas e, conseqüentemente, a melhoria na qualidade de vida.

### 2.3 A CADEIA PRODUTIVA DO LEITE E SUA DINÂMICA

A importância da compreensão da cadeia produtiva do leite ocorre devido ao objeto de disputa da cooperativa BIOLEITE ser o leite *in natura*. Nesta sessão, serão apresentadas as transformações da cadeia produtiva nos últimos anos, as medidas encontradas pelos agricultores na adequação da nova instrução normativa e alguns dados da produção leiteira familiar no Paraná.

Até 1930, as principais doenças conhecidas transmissíveis pelo leite eram a febre tifoide e a escarlatina, difteria, a poliomielite e a tuberculose, que dependia do estado de saúde do animal. Uma grande contribuição para essas descobertas foi do veterinário norte-americano Charles Carpenter, que comprovou que o mesmo patógeno<sup>3</sup> do bovino poderia causar doença no homem. A grande melhora para mudar esse quadro foi a pasteurização do leite, adotada após a década de 1920, comprovando a sua eficácia para eliminar bacilo da tuberculose, que resultou em melhorias no modo de produzir, manufaturar e conservar os alimentos de origem animal (BRITO; BRITO, 2002).

Até o final do século XX, ocorreram mudanças na cadeia produtiva<sup>4</sup> do leite. Desde 1945, o preço do leite era controlado e tabelado pelo governo federal com o objetivo de facilitar os ajustes na economia devido à presença do leite na dieta básica diária dos brasileiros (GOMES, 2001). A partir de 1990, o preço do leite foi liberado em todos os segmentos da cadeia, que levou os produtores e as indústrias de beneficiamento a negociarem preços sem intervenções Estadais.

Outra mudança importante foi a abertura para o mercado externo, e com a liberalização para o comércio internacional os preços de leite e derivados passaram a ser regulados em âmbito internacional, como taxa de câmbio e poder de mercado de cada um dos elos da cadeia de produção e comercialização (MASSOTE PRIMO, 2001). Com a nova dinâmica da produção e das exigências, os produtores de leite começaram a enfrentar dificuldades em relação à comercialização e à

---

<sup>3</sup> Organismo capaz de provocar doenças.

<sup>4</sup> Entende-se por cadeia produtiva operações técnicas que processam a transformação da matéria-prima até a sua industrialização, seguindo da distribuição, comercialização, até o consumidor final, agregando valor a cada etapa do processo (PEREIRA, SOUZA, CÁRIO; 2009).

negociação, devido à abertura ao mercado externo e à negociação diretamente com as indústrias. Por outro lado, ocorreu um aumento na produção devido à concorrência externa, colocando o Brasil no mercado mundial do leite:

A falta de uma política de desenvolvimento para o setor, com a concorrência desleal e predatória dos subsídios internacionais, concedidos por países da União Européia e pelos Estados Unidos, interferiu bruscamente na competitividade do setor leiteiro brasileiro. Medidas de defesa comercial e *antidumping* foram algumas conquistas desse setor, a partir da década de 90. O resultado veio com o crescimento da produção de leite a uma taxa média de 4,5% ao ano, passando de 15,6 bilhões de litros, em 1993, para 22,6 bilhões, em 2003, colocando o Brasil atualmente entre os maiores produtores de leite, com um volume aproximado de 4,5% da produção mundial. (SOUZA, 2007, p. 21).

Com esse crescimento, a especialização da produção por parte dos produtores foi necessária. No entanto, os procedimentos de resfriamento na propriedade existiam apenas para não estragar ou azedar o leite, uma vez que a qualidade não era exigida de forma rigorosa, e não sendo exigida, não era cobrada. Por outro lado, para concorrer com o mercado externo, foi necessária uma melhoria no padrão do leite brasileiro, passando a ser comercializado apenas depois da sua pasteurização industrial, sendo proibido ao produtor vender o leite *in natura* para o consumidor final.

No Brasil, até o início dos anos 1990, o leite era predominantemente comercializado em embalagens plásticas, conhecidos como leite de saquinho ou barriga mole. Porém, em 2002, as conhecidas embalagens tipo longa vida - leite de caixinha - respondiam por 74 % de todo o leite comercializado no país. Enquanto o leite de saquinho é pasteurizado, o leite de caixinha é submetido, no processo de ultrapasteurização, a temperaturas mais elevadas, sendo por isso denominado leite *Ultra High Temperature* (UHT). A essa diferença são atribuídas as propriedades de conservação do leite longa vida, que dispensa a fervura prévia ao consumo e conserva-se fora da geladeira, antes de aberto, por até 120 dias (MENASCHE, SCHNEIDER, VILLA REAL; 2009).

Além disso, o transporte do leite das propriedades até os laticínios era realizado por meio de caminhões comuns, armazenando em latões na temperatura ambiente. Outro modo de escoar a produção era a entrega diária do leite na residência dos consumidores pelos próprios produtores. A partir da segunda

metade da década de 90, foi introduzida, e rapidamente disseminada, a coleta a granel, com transporte em caminhões isotérmicos. Após a ordenha, o leite é imediatamente resfriado em tanques apropriados, permanecendo nesta condição até a chegada do caminhão, a cada dois dias (MARTINS, 2004).

Para garantir a boa qualidade do leite, em setembro de 2002 foi publicada a Instrução Normativa nº. 51 pelo MAPA (GOMES, 2001). Esta normativa, que entrou em vigor em 2004, estabelece critérios de higiene, de manejo sanitário, de armazenamento e transporte do leite. Dessa forma, produtores, indústrias, laticínios, cooperativas tiveram que se adequar para atender às exigências, principalmente em relação à qualidade, instituída pelo órgão fiscalizador. É importante lembrar que 58% da produção de leite no Brasil têm origem na produção da agricultura familiar (IBGE, 2006).

Com a introdução dessa normativa, muitos agricultores tiveram que realizar investimentos e se adaptar a esses novos padrões de exigência para permanecer na sua atividade de trabalho, pois foram necessárias melhores condições no estabelecimento da ordenha, melhores equipamentos e maiores cuidados com a higiene. Entre as exigências estão a obrigatoriedade do resfriamento do leite nas fazendas, transporte a granel, o atendimento a requisitos básicos de sanidade e estrutura física para o acondicionamento do leite nas propriedades rurais. (BRANDÃO; LEITE; 2003)

Segundo pesquisadores do Laboratório de Inspeção de Produtos de Origem Animal, o LIPOA, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), a qualidade do leite está associada à carga microbiana inicial presente no seu produto, e quanto maior o número de contaminantes e temperatura de estocagem, menor será o tempo de conservação do produto. O leite produzido no Brasil apresenta, de maneira geral, altas contagens de microorganismos, demonstrando com isto que há deficiência de higiene de produção. Porém, o maior ponto de contaminação é na atividade da ordenha. Sabe-se que a água residual dos tanques de expansão, de latões, tetos higienizados inadequadamente e a clarificadora são os maiores pontos de contaminação, ou seja, a contaminação começa bem antes da chegada ao laticínio (BELOTI, *et al*, 2001). Com isso, o descuido no armazenamento e a falta de higiene podem levar a oscilações de temperatura, ocasionando a acidez da matéria-prima.

No entanto, alguns estudiosos temeram a permanência dos produtores no campo e na atividade leiteira diante das novas exigências. Para Dürr

(2002), os novos regulamentos determinam as tecnologias que devem ser empregadas para garantir o suprimento de uma matéria-prima adequada para ser processada na indústria, sendo necessária a adaptação por parte dos produtores e laticínios. Para o autor, essa nova modificação causaria uma provável exclusão dos pequenos produtores da cadeia produtiva devido à inviabilidade econômica de realizarem os investimentos.

Por outro lado, o que vem ocorrendo, nos últimos anos, é o empenho por parte dos produtores em especializar a produção, para atender às exigências. O que viabilizou o fomento das iniciativas para o incremento da propriedade e especialização foram as linhas de crédito do PRONAF, através do MDA, sendo a alternativa encontrada pelos agricultores familiares, possibilitando a continuidade na atividade, uma vez que a maior parte da produção leiteira origina-se da agricultura familiar. Além do mais, alguns produtores organizam-se em cooperativas, associações para o fortalecimento na comercialização e negociação por melhores preços.

Essa realidade vem acontecendo para os produtores da BIOLEITE, como pela medida que tomaram para melhorar as condições de trabalho, na busca pelo pagamento adequado do seu produto, tanto pela organização coletiva quanto pelo financiamento. Nesse caso, percebe-se a ação dos ministérios e parcerias para a viabilização da produção dos pequenos produtores e garantia de melhores condições de trabalho, como o MDA, pelas ações enquanto financiamento dos equipamentos, e o MTE, nas ações de economia solidária, que viabilizou o processo de constituição da cooperativa.

Partindo da cadeia produtiva (nesse momento, o trabalho restringe-se ao início entre o mercado fornecedor e entre o mercado comprador e fornecedor), o objeto de disputa ou as relações de mercado acontecem em torno do preço do litro de leite. De um lado são os produtores buscando melhores preços e se adequando para atender aos padrões de qualidade, e por outro lado os laticínios, que compram o leite, na busca por preços cada vez menores. Entre esse elo da cadeia, encontra-se o trabalhador encarregado de transportar o leite das propriedades rurais até os laticínios, ou seja, o intermediário. Esses trabalhadores são autônomos e possuem caminhões refrigerados que percorrem as estradas rurais para coletar e transportar o leite até os laticínios.

De acordo com Mello (2002), o valor do frete, apesar de ser um serviço terceirizado, é definido pelas indústrias de beneficiamento e tem o pagamento do leite por volume. Quanto mais leite o produtor vender, maior será seu frete. Isso implica piores condições ao pequeno produtor. Desse modo, encontram-se dificuldades para a consolidação do pagamento por qualidade do leite, dificultando o trabalho dos órgãos responsáveis pelo setor em ajustar o produto com uma qualidade apropriada.

Além disso, são raros os contratos de trabalhos feitos entre produtores, intermediários e laticínios. O preço do leite é um item que oscila facilmente no processo de comercialização, devido às diferenças de produção em relação às estações do ano. No verão, como as pastagens são melhores devido ao clima quente e chuvoso, a alimentação do animal é de melhor qualidade, ao contrário do inverno, estação de menor produção dos animais. Nesse sentido, o preço do leite também acompanha essas mudanças climáticas. Sendo assim, se um contrato pré-estabelecido verbalmente não acontece, o máximo que um produtor faz é parar de entregar ao laticínio, pois como o processo judiciário apresenta lentidão, nesse tempo, o preço do leite já foi alterado.

Com a Instrução Normativa nº. 51 produtores e laticínios buscaram em adequar-se às novas exigências. O sistema de implantação do pagamento pela qualidade vem sendo aos poucos implantado devido às dificuldades nas mudanças de cultura na higiene, no processo de ordenha e nos investimentos necessários para se chegar à qualidade exigida, uma vez que esses investimentos, geralmente, são de alto custo.

Vista de fora, a cadeia produtiva do leite apresenta-se harmoniosa entre produtores, intermediários e laticínios. Porém, quando mergulhados em seu universo, percebe-se o campo de batalha na luta por melhores preços no litro de leite, tanto por parte dos laticínios quanto por parte dos produtores. Como também participante desse processo, não menos importante que os demais, os intermediários, ou seja, os trabalhadores terceirizados pelos laticínios, que possuem caminhões resfriadores e são encarregados de transportar o leite das propriedades rurais até o estabelecimento de beneficiamento, pois sua renda é atribuída de acordo com o frete e a quantidade de litro de leite transportado.

### 2.3.1 A Produção de Leite no Estado do Paraná

O Estado do Paraná é um grande produtor de leite, considerado o terceiro maior produtor, ficando atrás apenas de Minas Gerais e Goiás. O censo realizado em 2010 apontou que a produção paranaense atingiu mais de 3 bilhões de litro/ano, correspondendo a 37% da produção da região sul (IBGE, 2010), com produtividade de 1834 litros/vaca/ano.

O destino do leite captado no Paraná é predominantemente a transformação em leite longa-vida (UHT) e, independentemente da quantidade de sua produção, é comercializado desde os produtores com alta produtividade até aqueles com menores produções. A tabela abaixo apresenta alguns dados da produção de leite familiar no Estado.

**Tabela 3** – Dados comparativos das características da produção de leite entre agricultura familiar e não familiar no Paraná, em 2006.

<b>Estabelecimentos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Não Familiar	18.718	15,7
Familiar	100.845	84,3
Total	119.563	100
<b>Valor da Produção</b>	<b>Valor (em R\$)</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Não Familiar	262.292.101	34,5
Familiar	498.393.461	65,5
Total	760.685.562	100
<b>Quantidade produzida</b>	<b>Em litros</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Não Familiar	589.213.700	33
Familiar	1.227.212.421	67
Total	1.813.426.121	100

Fonte: (IBGE, 2006).

Os dados apontam uma realidade consolidada para agricultura familiar na produção de leite no Paraná. De acordo com o censo agropecuário de 2006, é visível a quantidade de estabelecimentos familiares que trabalham com o leite. Do total dos estabelecimentos no Paraná, a produção de leite familiar representa 67% da produção total e 84,3% encontram-se entre os estabelecimentos agrários leiteiros. Vale lembrar que a área da agricultura familiar no Paraná corresponde a 27,8% do total.

Em relação ao valor da produção, o leite também se destaca na produção familiar, ficando atrás apenas do soja e do milho. E ainda representa 65,5% do valor da produção total do leite no Paraná, gerando renda para as famílias no campo. E a quantidade familiar produzida também aponta para a produtividade considerada no estado, tanto em relação à produção não familiar, com 67% da produção, e também em relação a outros estados brasileiros, tendo o estado do Rio Grande do Sul e Minas Gerais com a produção familiar maior (IBGE, 2006).

Além desse avanço da produção, o Paraná conta com Programa Estadual da Pecuária Leiteira que, em parceria com o Governo do Estado, Universidades e Institutos de pesquisas, vem promovendo o desenvolvimento e o fortalecimento da pecuária leiteira, com transferência de tecnologias para a melhoria da qualidade do leite e derivados, de forma sustentada (RIBAS, 2008). Com esse programa, em 2007 foram aprovados 18 projetos para viabilizar e garantir a sustentabilidade na pecuária leiteira para os agricultores familiares. No entanto, para Ribas (2008), o desafio é quando não se tem a presença de instituições de ensino com cursos afins, em algumas regiões do Paraná.

Inserido nessa conjuntura do leite, Damasceno *et. al.* (2008) faz um apontamento importante sobre o avanço tecnológico e econômico, alegando que o animal tem sido o elemento principal do sistema de produção. Por outro lado, há uma série de elementos que interagem entre si, inclusive o homem, o trabalhador inserido no sistema de produção. Após essa reflexão, o autor argumenta que a questão da sucessão familiar tem preocupado formadores de políticas públicas.

O campo está envelhecendo e os filhos, potenciais sucessores, não veem, na atividade leiteira perspectivas seguras de emprego, renda e qualidade de vida. Preferem buscar outras atividades no campo, ou, na maioria das vezes, migrar para a zona urbana. Há quem afirme que este fluxo desrespeita, às vezes, a lógica capitalista em que o indivíduo abandona o campo mesmo em troca de menor remuneração (DAMASCENO *et. al.*, 2008, p. 272).

A preocupação do autor é pertinente, pois é preciso refletir sobre as condições de trabalho dos produtores e a forma de manutenção da atividade leiteira, uma vez que a população rural vem envelhecendo e as novas tecnologias vêm sendo inseridas no sistema de produção. Além disso, a produção de leite exige uma

carga horária exaustiva, com trabalhos diários, pois a ordenha precisa ser realizada todos os dias.

O Estado também é um dos pioneiros na implantação do sistema de pagamento por qualidade pelas cooperativas situadas na região centro-oriental, aderindo essa forma desde 2000 (SOUZA, 2007). Assim como no Rio Grande de Sul e em Santa Catarina, percebeu-se que a solução para o setor lácteo seria a participação conjunta dos produtores e indústrias. Com isso, formou-se a comissão paritária do leite, formada por produtores e indústrias, instituída por iniciativa da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Paraná (SINDILEITE). Em junho de 2002, esta comissão, com o auxílio da UFPR, constituiu o Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná (CONSELEITE)<sup>5</sup> e seu estatuto. Sendo assim,

O objetivo geral do CONSELEITE é determinar e divulgar preços de referência para matérias-primas segundo parâmetros de qualidade e volume, a partir dos preços de comercialização dos derivados, praticados pelas empresas participantes. [...] Mensalmente o CONSELEITE divulga resoluções com os preços médios mensais de comercialização dos derivados e os preços de referência para a matéria-prima, aprovados em reuniões mensais (CANZIANI; GUIMARÃES, 2003, p. 504).

No Paraná, a representação do CONSELEITE é formada por 22 produtores de leite e por 22 representantes de 20 das principais indústrias paranaenses de laticínios (ROLPI; DIGIOVANI, 2008). Com a iniciativa, foi possível tomar medidas para oferecer equilíbrio para a cadeia produtiva do leite paranaense; divulgando valores por parte das indústrias, foi possível uma transparência em relação ao valor do leite no estado, de forma geral, apresentando ao mercado os preços para a comercialização em sua página oficial na *internet*. Essa medida possibilita que todos os elos da cadeia produtiva tenham o conhecimento sobre valores de forma igualitária, democratizando o acesso ao conhecimento do real preço do litro de leite. Essa ferramenta auxilia os produtores da BIOLEITE, pois negociam o preço do leite através dos índices do CONSELEITE.

---

<sup>5</sup> <http://www.sistemafaep.org.br/faep/conseleite/>

A compreensão das fases das mudanças da produção leiteira brasileira é importante para entender os obstáculos e ações tomadas por produtores e indústria para se adaptarem à dinâmica atual e as medidas instituídas pelos produtores para permanecerem com sua atividade econômica. Sendo assim, o estudo pretende analisar como alguns produtores de leite da região de Cruzeiro do Oeste e Tapejara conseguiram encontrar alternativas, no sentido de enfrentar os obstáculos encontrados diante das mudanças.

#### 2.4 O COOPERATIVISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS

O cooperativismo ainda é um assunto discutido nos meios acadêmicos e nas esferas públicas, devido às suas características, implementação e organização. Em meados da década de 1950, no Brasil, foi utilizado como ferramenta de modernização na agricultura, incentivado pelas políticas de crédito do Governo Federal e, atualmente, em algumas esferas é entendido como movimento de resistência em garantia na luta pela terra.

As primeiras cooperativas surgiram principalmente na Inglaterra e Alemanha. As cooperativas tiveram sua origem em protestos dos trabalhadores contra altos preços dos bens de primeiras necessidades. A mais antiga cooperativa, com existência documentada, foi iniciada em 1760 por trabalhadores empregados nos estaleiros de Woolwich e Chatham, na Inglaterra (VEIGA; FONSECA, 2002, p.19).

No entanto, a história oficial relatada sobre o cooperativismo refere-se à primeira cooperativa moderna, que foi de consumo, montada por 27 trabalhadores e uma trabalhadora, a grande maioria de tecelões, em Rochdale, Manchester, na Inglaterra, em 1844, em um contexto de estratégia de sobrevivência após uma greve prolongada e pelo prejuízo do novo modelo industrial, que substituiu o trabalho artesanal e outras atividades pelas máquinas que haviam sido inventadas. Preocupados com a progressão de sua ideia, embora já existissem sociedades similares (modelo cooperativista) na própria Inglaterra e na Escócia, aperfeiçoaram um sistema de reuniões denominado "Sala de Temperança". Através dele, desenvolveram um conjunto de princípios, conhecidos mais tarde como "Princípios Básicos do Cooperativismo". Adotados, posteriormente, por cooperativas surgidas em diversos países do mundo (VEIGA; FONSECA, 2002).

Tais características foram determinantes como formas de organização e produção, no final do século XIX, pelos trabalhadores e trabalhadoras que se sentiam explorados com o avanço da industrialização e formas de trabalho impostas pelos proprietários dos meios de produção. Através da repercussão, a sua forma de organização foi entendida como forma de resistência ao capitalismo e formas alternativas de trabalho.

As primeiras cooperativas brasileiras semelhantes às de Rochdale vão surgir no final do século XIX, no setor de consumo, como a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica em Limeira; em 1894 surge a Cooperativa Militar de Consumo no Rio de Janeiro; Cooperativa de Consumo de Camaragibe em 1895; em 1897, a Cooperativa dos Empregados da Cia. Paulista, em Campinas-SP (FLEURY, 1983).

Nesse período, percebe-se a diversidade de atividades econômicas referentes às cooperativas instituídas. As cooperativas vão se constituindo de acordo com as possibilidades regionais e as dificuldades encontradas frente os setores econômicos. Cada cooperativa tem suas próprias características e processo único de constituição, conduzido pela sua diretoria e conhecimento por parte dos trabalhadores envolvidos no processo.

As primeiras cooperativas no meio rural brasileiro foram organizadas pelas famílias de imigrantes que chegaram ao final do século XIX. Apesar de muitos imigrantes terem se direcionado ao oeste paulista para trabalhar na produção de café, muitos se encaminharam para a região sul do país, formando pequenas propriedades agrícolas para atender à necessidade de subsistência da família, como a criação das primeiras caixas rurais Raiffeisen e cooperativas vinícolas na região de colonização italiana, no Rio Grande do Sul (BRDE, 2003).

A partir de 1932, passou a vigorar o Decreto-Lei 22.239/32, com os princípios "Rochdeleanos", legalmente no Brasil. Essa lei foi fomentada com o estímulo do Poder Público ao cooperativismo, identificando-o como um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas.

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, foram criadas diversas instituições públicas voltadas ao fomento da prática cooperativista, como a Caixa de Crédito Cooperativo, fundada em 1943. Além disso, as empresas cooperativas foram contempladas com uma série de benefícios de ordem fiscal. [...] Novas cooperativas foram fundadas, estando, agora, ao amparo da lei. (BRDE, 2003, p. 30)

Em 1966, o decreto foi revogado pelo Decreto-Lei 59/66, o qual foi revogado pela lei 5764/71, vigente atualmente. Esta lei oferece caminhos para que as cooperativas possam atuar de forma enfática no mercado, porém mantendo os princípios de Rochdale como fio condutor. Essa flexibilidade propiciada pela última lei revogada possibilita a participação da cooperativa em sociedades não cooperativas, que caracteriza aspectos de um mercado mais competitivo onde a produtividade e a economia de escalas são valores presentes (ROCHA, 1999).

Com isso, as cooperativas possibilitaram que proprietários de terras que tiveram a oportunidade de acesso à política modernizadora, além de trabalhar com a terra, puderam participar também no processo de transformação da matéria prima, aumentando seus rendimentos e produção.

#### 2.4.1 A Economia Solidária e a Política Pública no Brasil

Se a partir da década de 1950 o cooperativismo foi utilizado como ferramenta para a modernização da agricultura, no final do século XX essa mesma ferramenta passou também a ser entendida como forma de resistência às consequências da introdução das máquinas e à industrialização no meio rural, através do movimento de economia solidária e também pelas cooperativas formadas pelos trabalhadores rurais sem terra.

A teoria da Economia Solidária foi proposta por operários, durante a emergência do capitalismo industrial, respondendo à pobreza e ao desemprego provindo das máquinas-ferramentas e do motor a vapor no início do século XIX na Europa. É um modelo alternativo, uma rede de iniciativas no campo popular que emerge como resposta à grave crise social que se propõe a adotar a equidade e a solidariedade como princípios norteadores das relações econômicas. "A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo" (SINGER, 2002a, p.83).

Um dos precursores desse diálogo dentro da Economia foi o Professor Paul Singer, que discute as formas de produção do modo capitalista sendo resultante do processo de modo de produção, norteando o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. Assim, o resultado natural da sociedade se transforma numa competição desigual. De acordo com Paul Singer (2002b, p.10):

A Economia Solidária é um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda.

Essas características compreendem a proposta da economia Solidária quanto à tentativa de buscar soluções perante as dificuldades do trabalho formal, sendo uma alternativa na forma de organização laboral, valorizando mais a qualidade de trabalho do indivíduo, numa (re)construção de autoestima e construção de autonomia.

O empreendimento solidário pode diferenciar-se da empresa capitalista quanto à questão de ganhos. Na empresa capitalista, os ganhos ficam sobre tutela dos donos de modo de produção, resultando em salários desiguais, conforme uma escala que reproduz aproximadamente o valor de cada tipo de trabalho determinado pela oferta e demanda pelo mesmo no mercado de trabalho. Ainda sob a ótica de Singer (2002b, p.12):

Na empresa solidária, os sócios não recebem salários, mas *retirada*, que varia conforme a receita obtida. Os sócios decidem coletivamente, em assembleia, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas, pois muitos trabalhadores aceitam e defendem a hierarquia profissional a que foram acostumados.

Por outro lado, o sistema de hierarquia profissional do sistema capitalista torna-se um desafio para os empreendimentos autogestionários. As experiências laborais, geralmente, foram marcadas pela figura do patrão, gerente, chefe que tem o papel de coordenar as atividades, ficando para os funcionários apenas cumprirem suas funções. Com isso, no empreendimento solidário, percebe-se um lento processo da compreensão de serem "donos" e visualizar que as responsabilidades são de todos os sócios.

Como aponta Singer (2002b), o capital do empreendimento solidário é possuído pelos que nele trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital são fundidos porque todos os que trabalham são donos, ou seja, não há sócios que não trabalham no empreendimento. E a propriedade é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão. São, em geral,

administrados por sócios eleitos para a fundação e que se pautam pelas diretrizes aprovadas em assembleias gerais ou, quando o empreendimento é grande demais, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores.

A base das cooperativas populares compreende três características importantes, formando um tripé: a posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação; e a repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos (SINGER, 2000). Com isso, os empreendimentos são caracterizados como autogestionários, em que existe um rodízio de funções entre os sócios para o conhecimento de todas as etapas de produção.

Desse modo, a autogestão constitui um fenômeno próprio e diferente. Seus princípios coincidem com outros, como formas de participação, democracia industrial, cooperativismo. A autogestão surgiu como uma construção societária e teórica que visava à radicalização da democracia, buscando substituir a democracia formal - como a eleição periódica das chefias de cooperativas - por uma democracia real, permanente e cotidiana, através de um governo direto dos trabalhadores na empresa (CUT, 2002).

De acordo com Veraldo (2005), a autogestão é um movimento e uma forma organizacional de empreendimentos coletivos, combinando a cooperação do conjunto dos trabalhadores diretamente envolvidos com o poder de decisões sobre questões relativas ao negócio em todas as suas dimensões. A autogestão tem uma peculiaridade na qual o trabalho e a relação entre as pessoas devem resgatar seu dimensionamento humano, envolvendo sujeitos que produzem e decidem, onde os trabalhadores detêm autodeterminação e autonomia nos processos coletivos. Sendo assim, autogestão é uma administração democrática na qual os trabalhadores devem ter acesso à informação de tudo o que acontece na empresa para poderem definir metas de produção, política de investimentos e modernização, política de pessoal etc.

Veraldo (2005, p.123) ainda reforça:

Tanto na autogestão quanto na Economia Solidária é indispensável que haja um processo permanente de autocrítica para desconstruir o que se quer superar, promovendo em seu lugar o novo e desejável: solidariedade no lugar de concorrência, convergência de esforços no

lugar de competição destrutiva, cooperação no lugar de individualismo. Enfim, nós, atores da Economia Solidária temos um novo papel a desempenhar, numa dimensão cultural renovadora.

Portanto, a Economia Solidária pode representar uma alternativa a outro modo de se orientar a economia, de tal sorte que o social seja o objeto desta, e não seu mero apêndice. A importância que os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) vêm conquistando, buscando um marco legal que lhes permitam atuar de forma mais justa na busca de seu espaço, demonstra que grande parcela da população trabalhadora, quando organizada e tendo acesso aos meios de obterem formação e informação, pode desenvolver e ampliar um modo de produção que atenda aos requisitos de qualidade, produtividade e eficiência econômica, sem abrir mão de uma lógica de justiça social e valorização dos saberes do trabalhador.

No Brasil, os princípios da Economia Solidária também influenciaram os trabalhadores devido às consequências das transformações do capitalismo mundial. Suas primeiras experiências começaram em 1980, mas o impulso foi maior a partir da segunda metade dos anos 90 do século XX. A Economia Solidária foi resultado de movimentos sociais que reagiam à crise de desemprego em massa, se agravando com a abertura do mercado interno às importações.

Em 1991, no bojo da crise econômica do Governo Collor de Mello, tem início o apoio de assessores sindicais aos trabalhadores que conseguiram posse da massa falida de empresas que antes os empregavam, formando uma cooperativa de produção, e retomaram as operações e assim salvaram os postos de trabalho até então ameaçados de fechamento. Três anos depois, diversas empresas autogestionárias com esta origem fundam a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG) (SINGER, 2000).

Nesse momento, é importante ressaltar a participação da sociedade civil na construção dessa política, que se organizou na base da sociedade, com a criação de cooperativas, associações, clubes de trocas. Até então eram pelas ações dos próprios trabalhadores que eram desenvolvidos os trabalhos autogestionários, e em alguns casos, tiveram apoio da Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), que financiou os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), transformando-se em unidades de Economia Solidária (SINGER, 2002a)

As ações da sociedade civil impulsionaram a constituição da política pública de economia solidária, na gestão do Governo Lula a partir de 2003, sendo instituída nesse período com enfoque no desenvolvimento econômico e inclusão social. Desse modo, foi criada a SENAES, ligada ao MTE, fomentando a construção de alternativas de geração de trabalho e renda, procurando viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária, principalmente para pessoas com risco de desemprego e excluídas do mercado formal de trabalho.

Essa política conseguiu ser consolidada através de vários segmentos da sociedade civil e da participação intensa do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, da instalação do Conselho Nacional, da rede de gestores de políticas públicas de economia solidária e das Universidades. Desse modo, foram surgindo propostas dessa política através das discussões e debates realizados nas Conferências de Economia Solidária em nível regional, estadual e nacional. Além disso, existem os órgãos financiadores dessa política, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Em 1997, foi criado o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), ligado a FINEP, em parceria com a Fundação Banco do Brasil e o Banco do Brasil. O programa utiliza o conhecimento e a capacidade existentes nas universidades para a constituição de empreendimentos cooperativos que proporcionem trabalho e renda, através das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) e a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO).

Além desses programas, existe também a Fundação Banco do Brasil, colaborando para o cumprimento da missão social do seu instituidor, o Banco do Brasil. O trabalho da Fundação está voltado para superar as condições de pobreza de grande parcela da população brasileira e sua atuação está focada nas áreas de educação e geração de trabalho e renda. Dentro do seu programa de geração de trabalho e renda, a Fundação incentiva a criação de incubadoras de cooperativas populares em universidades e instituições públicas de ensino de nível técnico, dentro do PRONINC.

Todos esses órgãos de fomento têm objetivos semelhantes, buscando meios para inclusão social, principalmente com a parcela mais pobre do país. Esses órgãos caminham paralelamente com o incentivo dessa política pública, na busca de alternativas, estimulando os empreendimentos econômicos populares e

solidários, buscando envolver toda a sociedade civil, através dos editais pelos órgãos de financiamento, que são os mecanismos de acesso aos recursos. De acordo com a Secretaria de Economia Solidária, são atualmente 21.859 empreendimentos autogestionários, que participam de fóruns de discussões, encontros regionais e da conferência nacional de economia solidária (SENAES, 2008).

No entanto, é necessário que políticas públicas federais sejam articuladas entre as esferas estaduais e municipais para que não ocorram conflitos de objetivos. A equipe técnica precisa estar preparada para o trabalho, caso contrário acaba encontrando dificuldades em sua permanência e dificultando a transferência de conhecimentos para o público-alvo. Desse modo, acabam tornando-se recursos públicos mal investidos, sem cumprirem seus objetivos de contribuir com políticas para o desenvolvimento local. Essa situação apresenta também gargalos em relação aos profissionais que atuam nessa área, pois a grande maioria dos cursos de graduação não apresenta, em sua grade curricular, disciplinas voltadas para atividades extensionistas, embora seja papel da universidade enquanto instituição pública.

#### 2.4.2 Cooperativas e a Modernização da Agricultura: os Complexos Agroindustriais

Entre o século XVI e XIX, o trabalho era realizado, predominantemente, nas fazendas e a dinâmica das atividades correspondia às exigências do mercado internacional. No entanto, para produzir um determinado produto, a propriedade era encarregada pela produção de todos os bens intermediários (que transformam matéria-prima bruta em outra matéria-prima) e os meios de produção necessários, promovendo a reprodução da própria força de trabalho ocupada nas atividades, realizada pela mão-de-obra escrava (SILVA, 1998). Essa forma de organização foi denominada de complexo rural por estudiosos do mundo rural, como José Graziano da Silva e Ângela Kageyama.

Essa forma de organização enfrentou algumas dificuldades de manutenção, devido à transição para o trabalho livre e à suspensão efetiva do tráfico negreiro, depois de 1850. No entanto, já no ano de 1930, a dinâmica da economia nacional passava por transformações devido à criação do mercado interno induzido pela urbanização. Desse modo, a agricultura também sofre modificações, passando

a produzir para o mercado nacional, sendo necessária a modificação em sua base de produção, importando máquinas e insumos.

Diante dessas mudanças na economia e na agricultura brasileira, o Estado teve papel fundamental com incentivos para a implantação da indústria de base (siderurgia, petroquímica, plásticos, borrachas), principalmente entre os anos de 1950 a 1960, nos setores que produzem insumos modernos, máquinas e equipamentos para a agricultura, que foram internalizados no Brasil, sendo eficaz para a modernização, de forma endógena (KAGEYAMA, 1996). Com a modernização da agricultura e a capacidade do Brasil de produzir meios para a transformação industrial, o campo sofreu alterações no que se refere à produção.

A agricultura acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da produção; para produzir, ela depende de insumos que recebe de determinadas indústrias; e não produz mais apenas bens de consumo final, mas basicamente bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias de transformação. (KAGEYAMA, 1996, p.113).

Com essas novas adaptações, a indústria e a cidade tornaram-se o novo centro dinâmico da economia brasileira, passando a orientar o setor agrícola de acordo com suas demandas. Houve uma transformação da renda da terra em capital agrário, colocando a renda da terra a serviço da acumulação do capital, modificando as relações técnicas de produção na agricultura, via uso de máquinas, implementos e insumos de origem industrial e aprofundamento das relações de produção capitalista no campo, por meio do aumento da importância do trabalho assalariado temporário como boias-frias, trabalhadores volantes.

Segundo Silva (1998), a mudança mais significativa que se observou desde então na mão-de-obra ocupada no campo foi a formação de um setor de assalariados rurais em substituição às formas antigas de relações familiares e dependência pessoal. Os assalariados estão em geral vinculados a somente algumas fases específicas do processo de produção e destinados ou a manejar máquinas ou a colher produtos manualmente.

Entretanto, assim como o início da formação da população brasileira ocorreu devido à necessidade de mão-de-obra no mercado situado na zona rural, anos depois, a população rural viu-se pressionada a deixar seu espaço para ceder

lugar às máquinas, aos insumos e fertilizantes. Além desse fato, os trabalhadores do meio rural custaram a conseguir os direitos previdenciários e trabalhistas. Enquanto os trabalhadores da cidade tiveram seus direitos garantidos a partir de 1930, os trabalhadores rurais só conseguiram a partir de 1960, sendo que nessa época, a maioria da população brasileira pertencia à zona rural (CARVALHO, 2002).

Além dessa mudança significativa, de acordo com Silva (1998), após a década de 1960 surge um novo padrão agrícola com a constituição dos complexos agroindustriais. Esse processo envolve a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria: a intensificação da divisão do trabalho, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo mercado interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário. "São vários complexos que se constituem ao mesmo tempo em que a atividade agrícola se especializa continuamente" (KAGEYAMA, 1996, p. 115).

No entanto, para essa transformação do setor agrícola, o Estado assumiu um papel fundamental com a entrada do capital financeiro na agricultura, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965. Esse sistema estabeleceu as bases para assegurar que parte dos recursos captados pelos bancos fosse canalizada para o setor agrícola.

A integração da agricultura ao circuito financeiro implicou a mais completa subordinação da agricultura ao poder regulados da política monetária manejada pelo Estado e colocou o mercado financeiro como o parâmetro básico das tomadas de decisões dos agricultores e empresas operando na agricultura (KAGEYAMA, 1996, p.161).

Com essa possibilidade de capital para o incremento de agroindústrias, alguns agricultores e empresas beneficiaram-se com esse financiamento, construindo uma base tecnológica e moderna para o trabalho com diversas culturas econômicas como indústrias e cooperativas. Logo, essa modernização não proporcionou benefícios para todos os trabalhadores rurais e ficou conhecida como "modernização conservadora" (ROCHA, 1999).

As cooperativas agrícolas que se desenvolveram no país, a partir da década de 70 do século XX, participaram desse cenário da modernização, juntamente com o crédito rural subsidiado pelo governo federal. De acordo com Schweinberger (2000, p. 107 *apud* BRDE, 2003, p.31):

Dentro desse processo, cabia às cooperativas cumprir determinadas funções, entre as quais era seu papel, de um lado, reunir os produtores dispersos numa organização cooperativa para facilitar a difusão e a adoção de novas tecnologias, isto é, o uso de máquinas e insumos modernos, e, de outro, coletar a produção dispersa para a comercialização e industrialização.

Por outro lado, entre os agricultores, muitos dos que permaneceram no campo e uma parcela significativa dos que foram excluídos por consequência direta ou indireta desse modelo de modernização iriam constituir movimentos de luta ou oposição aos efeitos deste mesmo modelo. Já nos fins dos anos de 1970, buscavam melhores condições de comercialização, como luta pela terra, a partir da organização no MST. Em 1989, começaram a surgir as primeiras cooperativas ligadas à reforma agrária e ao MST, chegando até a constituição da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária Do Brasil (CONCRAB). No entanto, essas cooperativas têm afinidade com a política de economia solidária (DUARTE, WEHRMANN, 2006).

De acordo com a teoria cooperativista, é possível perceber diferenças entre os princípios "Rochdaleanos"<sup>6</sup> e a política nacional, que teve no cooperativismo uma das ferramentas de modernização na agricultura. No entanto, essa modernização foi considerada conservadora, pois os interesses produtores eram divergentes, ocasionando numa relação em que os grandes produtores relacionavam-se como "donos" e os pequenos como "usuários" dos serviços oferecidos pelas cooperativas. Nesse caso, tal cooperativismo apresenta contradições, pois como foi limitado em sua estratégia de atuação, distanciou-se dos ideais de trabalho coletivo.

Desse modo, a expansão do cooperativismo, no começo dos anos de 1960, inicia uma fase de dependência das políticas de financiamento do Estado. As grandes cooperativas agroindustriais existentes atualmente foram constituídas com o incentivo dessa política de crédito, assim como no Paraná, que participou desse processo com a instalação de grandes cooperativas.

---

<sup>6</sup> Esses princípios são sete: Livre acesso e adesão voluntária; Controle, organização e gestão democrática; Participação econômica de seus associados; Autonomia e independência; Educação, capacitação e informação; Compromisso com a comunidade (VEIGA, FONSECA, 2002).

### 2.4.3 A Modernização da Agricultura e o Cooperativismo no Paraná

O Estado do Paraná tem uma forte tradição em cooperativas, devido à colonização por imigrantes alemães, italianos, poloneses em pequenas e médias propriedades no sentido de viabilizar a colônia, garantir sua sustentabilidade através da comercialização e de excedentes agrícolas (ROCHA, 1999). Por outro lado, a história do cooperativismo paranaense refere-se à iniciativa do ucraniano Valentim Cuts, que liderou a fundação de diversas cooperativas, principalmente na região centro-leste (FAJARDO, 2000).

Além da tradição dos imigrantes, o número de cooperativas teve representatividade na produção e industrialização de produtos. Esse aumento significativo refere-se ao momento histórico do processo de modernização do campo, principalmente depois do ano de 1960, pela integração do campo com a grande indústria (SILVA, 1998).

Por outro lado, entre os anos de 1950 a 1970, a cafeicultura teve grande representatividade na economia no norte e noroeste do Paraná, no entanto, após esse período, a produção cafeeira começa a oscilar, abrindo espaço para outras culturas, conforme destaca Leclerq (1991 *apud* ROCHA, 1999, p.51):

No Paraná, a erradicação do café liberou, entre 1962 e 1967, 627.000 hectares em benefício dos seguintes produtos: algodão, feijão, arroz, milho, soja e trigo. Coincidentemente, com a exaustão da terra após vinte anos de monocultura cafeeira no Norte e no Oeste do Paraná, a produção de soja desenvolveu-se rapidamente: passou de 26.800 toneladas em 1963/65 para 119.800 toneladas em 1966/68, atingindo 382.900 toneladas em 1969/71.

Com a mudança na produção e com as políticas estatais para o fomento da modernização agrícola, as cooperativas existentes deixaram de ser "cooperativas de cafeicultores" para serem cooperativas agropecuárias, readequando-se a essa nova forma de produção, por meio da implantação de projetos e estudos. Com isso, ocorre um aumento significativo no número de cooperativas.

A partir da década de 1970, vários órgãos se reuniram para promover a difusão das cooperativas no estado como a Associação de Crédito e Assistência do Cooperativismo do PR (ACARPA), a Organização das Cooperativas

do Estado do Paraná (OCEPAR), o INCRA (coordenadoria regional) e o Banco do Brasil. Ainda paralelo com essa política, foram implantados os Projetos Regionais de Cooperativismo: o Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC), o Projeto Norte de Cooperativismo (NORCOOP) e o Projeto Centro-Sul de Cooperativismo (SULCOOP) (ROCHA, 1999).

Porém, para que ocorresse a adoção das novas culturas, era necessária a implantação de infraestrutura diferenciada da existente que, no caso do norte do Estado, era específica para o café.

Se o processo de modernização tecnológica impôs a compra e utilização de insumos e implementos modernos, é exatamente nesse momento que o cooperativismo surge como um meio de viabilizar ao produtor a aquisição desses insumos e implementos por preços mais acessíveis através da compra em comum. Era necessária, também, a difusão das novas formas de cultivo, que até então, para a maioria dos agricultores, era desconhecida, tornando importante a presença de um agente que fosse capaz de executar essa tarefa (MARANDOLA, 2000, p.62).

Nesse momento, para o Estado, a fundação de cooperativas constitui-se numa iniciativa para executar as tarefas de difusão das novas tecnologias, repasse de insumos, recebimento, secagem e armazenamento dos produtos que faziam parte da modernização tecnológica da agricultura, surgindo em várias regiões do estado, principalmente no norte e noroeste, compreendidos como uma nova fronteira agrícola na época. No entanto, as cooperativas receptoras de cereais não geraram nenhuma dificuldade aos agricultores, pois as culturas estavam começando a ser introduzidas no Paraná.

Na década de 1980, o estado contava com 69 cooperativas agropecuárias, com cerca de 107.000 associados, representando quase 24% dos produtores (ROCHA, 1999). Essa fase do cooperativismo paranaense esteve ligada à modernização da agricultura com a inserção dos complexos agroindustriais, incentivados pela política de financiamento do governo federal. Para ilustrar esse período, em 1950 o Paraná participava com 7,1% da área de lavouras no país, aumentando para 13,9% em 1970, correspondendo em torno de 23% do aumento total da área de lavouras no país (SILVA, 1998).

De acordo com Aoke (2003), as cooperativas agropecuárias constituídas no Paraná caracterizam-se como instrumentos e como agentes do

processo de modernização. E à medida que concorriam com as empresas privadas na disputa pela produção agrícola tiveram que se adaptar à nova realidade e promover profundas transformações, redimensionando seus objetivos, reestruturando-se e se modernizando no caminho da industrialização da produção. Ao consolidar sua infraestrutura de armazéns, foi possível participar das políticas governamentais de garantias de preços e comercialização, permitindo vantagens econômicas aos seus cooperados.

Para atender às exigências do mercado, as cooperativas tradicionais impõem, aos seus associados, condições de produção cada vez mais distantes dos princípios cooperativos. A solidariedade cooperativa encontra limites cada vez mais difíceis de serem transpostos. A complexidade dos novos grupos cooperativos que estão se formando dificulta a participação dos associados, afastando-os gradualmente das atividades e decisões estratégicas.

No Paraná, assim como em outros estados, semelhante à Organização das Cooperativas no Brasil (OCB), encontra-se a OCEPAR, que foi criada em 1971, para reorganizar as cooperativas do estado do Paraná e discutir a forma de atuação das cooperativas, pois alguns municípios tinham mais de uma cooperativa operando em concorrência, o que as enfraquecia, enquanto outros municípios não tinham nenhuma. De acordo com dados estatísticos da OCEPAR, de dezembro de 2008, são 238 cooperativas cadastradas com 500.129 cooperados (OCEPAR, 2008). Porém, é importante destacar que essas cooperativas não condizem com os verdadeiros princípios cooperativistas, propostos pelos trabalhadores de Rochdale.

#### 2.4.4 O Cooperativismo Popular no Paraná

Assim como as cooperativas tradicionais, também se encontram no Paraná as cooperativas de economia solidária, que não aparecem nos indicadores da OCEPAR. De acordo com o sistema de informação de economia solidária, no Paraná existem 808 empreendimentos econômicos solidários, ou seja, as iniciativas de organização coletiva autogestionárias, compreendendo 49.908 participantes (SENAES, 2007).

De acordo com Zanchet (2008), o processo de criação de empreendimentos econômicos solidários é relativamente recente no Paraná. Dos

808 cadastrados, cerca de 506 foram implantados após 2001 e outros 244 iniciaram suas atividades entre os anos de 1991 e 2000; apenas 58 foram criados antes de 1990.

Por outro lado, existem os empreendimentos paranaenses que se constituíram com o trabalho extensionista de incubadoras nas universidades em algumas regiões do Paraná. Em algumas universidades, como a UEM e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), encontram-se a rede UNITRABALHO e ITCP, respectivamente. Outras instituições compreendem apenas núcleos de economia solidária, que desenvolvem projetos de extensão com cooperativas, associações, porém não pertencem às redes de incubadoras.

Nesse caso, há que se destacar o apoio do governo federal às atividades econômicas com gestão solidária e com as incubadoras, especialmente após 2003, com a criação da SENAES, ligada ao MTE, possibilitando a construção de alternativas de geração de trabalho e renda, procurando viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária, principalmente para pessoas com risco de desemprego.

Nas Mesorregiões Norte Central e Noroeste do Paraná existem duas incubadoras da UNITRABALHO que atuam na área de economia solidária, vinculadas à UEM, uma no campus sede e a outra no CAU, com o nome de IEES, respectivamente. O Núcleo Local da UNITRABALHO - UEM foi instalado em 28 de Outubro de 1998 por professores que possibilitam aos acadêmicos uma formação voltada para essa linha de pesquisa, com equipe multidisciplinar nas áreas, tais como Economia, Educação, Direito, Ciências Sociais, Psicologia, Administração, Ciências Contábeis, Informática, Engenharia Química e Estatística, alguns com formação específica nas áreas de Cooperativismo, Associativismo e Meio Ambiente.

A consolidação desse núcleo contou com o apoio de órgãos financiadores, a fim de trabalhar com grupos voltados ao cooperativismo e à autogestão. Dentre as atividades de extensão, destacou-se o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário (PRODEC) (1998-2000), realizado em convênio com a Caixa Econômica Federal para atuar em conjuntos habitacionais de periferia dos municípios de Maringá, Sarandi, Mandaguari, Iguatemi e Jandaia do Sul, que resultou na instalação de unidades de produção para geração de trabalho, renda e

lazer com a criação da Associação de Padaria Comunitária e uma Cooperativa de Costura e Facção<sup>7</sup>.

Atuando ainda na região, o Núcleo Local executou o Projeto Unisol (20012002) (Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), voltado para o Cooperativismo, em conjunto com o Campus de Extensão do município de Diamante do Norte e com os Departamentos de Zootecnia, Agronomia, Administração, Biologia, Biologia Celular e Genética, todos da UEM. Deste trabalho resultou a formação da Associação de Apicultores no Município de Marilena.

Estes projetos contribuíram para a consolidação do Núcleo Local UNITRABALHO/ UEM, mas foi em 2001, com os grupos de trabalhadores em cooperativas de materiais recicláveis, que antes trabalhavam no lixão, que resultou na consolidação do complexo do lixo e a captação de recursos. Com esses grupos incubados, o núcleo conseguiu financiamento para a instalação da incubadora e sua estrutura física por meio do PRONINC, com recursos destinados a bolsas na contratação de estagiários, através do Programa de Apoio à Extensão Universitária Voltada às Políticas Públicas (PROEXT) (SESu/MEC) e recursos para os empreendimentos pela Fundação Banco do Brasil.

Em 2006, a UNITRABALHO/ UEM foi contemplada com o projeto com recursos vindos pela FINEP: *"Incubação de Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários"* no CAU/UEM, com a instalação da IEES, que teve como parceria a Prefeitura Municipal de Umuarama, Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) - Umuarama, que desempenha seus trabalhos junto aos produtores rurais, contemplando a região Noroeste do estado do Paraná (Microrregião Entre-Rios).

O objetivo do projeto foi atender à demanda existente nas comunidades de parte dos municípios da microrregião Entre-Rios (33 municípios) onde está inserido o CAU/UEM. Incubar ali uma nova Incubadora fomentou a ampliação e inserção de trabalhadores no processo de formação de Empreendimentos Econômicos Solidários autogestionários. Ministérios como do MDA, MTE e MDS contribuíram com a iniciativa através do CONSAD.

O objetivo do financiamento voltou-se para formação de recursos humanos, para a instalação da nova incubadora, tanto física como pessoal, e para a

---

<sup>7</sup> Empresas que fazem serviços para confecções e não possui marca própria.

capacitação da equipe técnica, com a finalidade de incubar grupos na área da reciclagem e grupos de agricultores familiares. Para o início das atividades, foi realizado o curso de capacitação "*Capacitação de equipe para a nova incubadora em empreendimentos autogestionários de economia solidária*", que teve a participação de aproximadamente cinquenta pessoas, entre os integrantes da UEM e a comunidade externa, vindos dos municípios de Umuarama, Cruzeiro do Oeste, Cafezal do Sul e São Jorge do Patrocínio.

Essa conjuntura na Mesorregião Noroeste do Paraná vem fomentando iniciativas de cooperativas de economia solidária, com o objetivo de trazer benefícios para trabalhadores, tanto para aqueles que sofreram com a exclusão do mercado de trabalho como aqueles que residem na área rural e encontram dificuldades quanto à produção. Por outro lado, essa perspectiva de cooperativismo não oferece resistência à lógica do mercado capitalista, mas inicia uma nova consciência para a população local, qual o seu significado e o que ela possibilita quando articulada com pessoas interessadas e especializadas nessa área. E é nessa conjuntura que foi constituída a BIOLEITE, por meio das políticas de financiamento de Empreendimentos Solidários por Agências de Fomento.

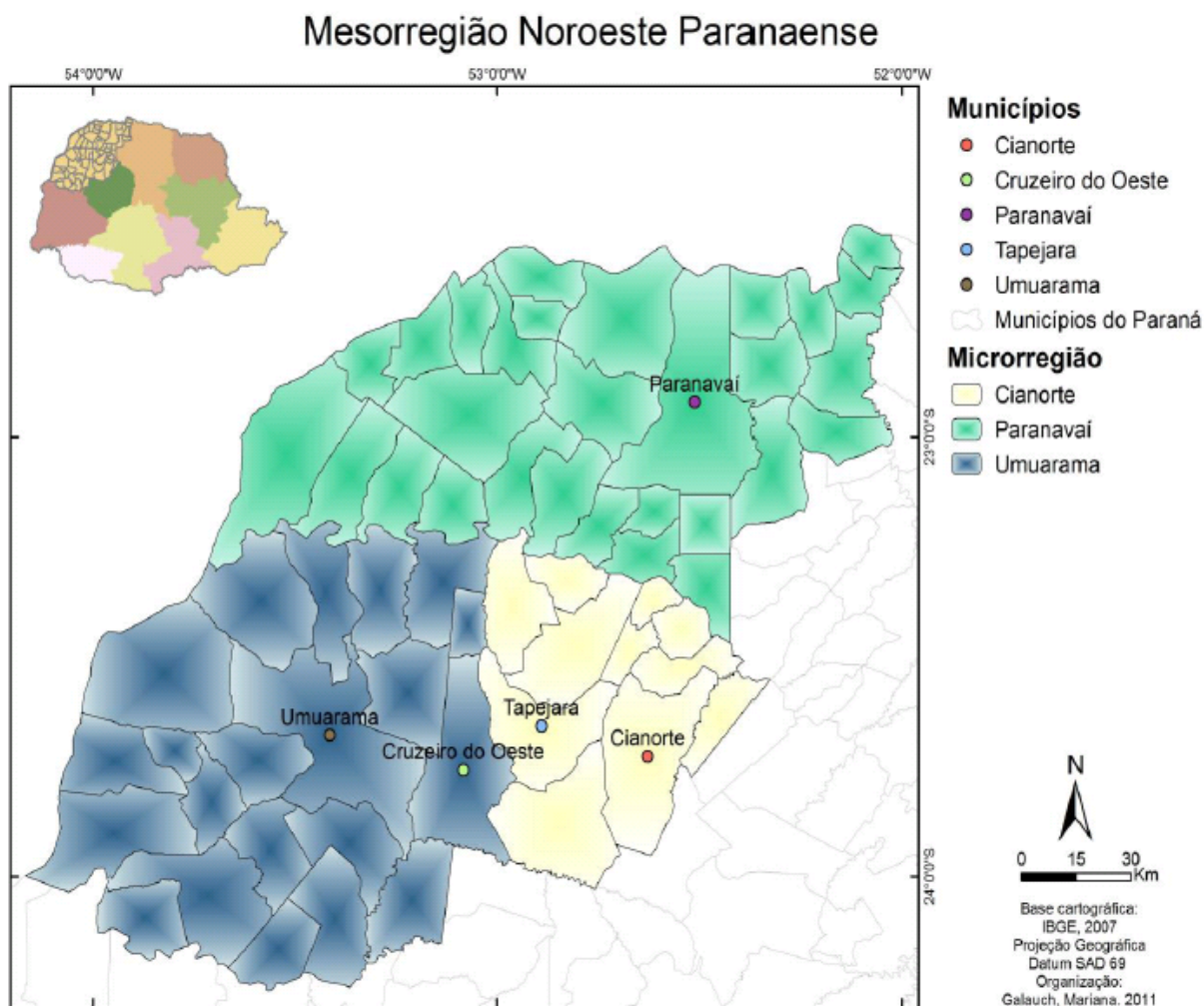
### **3 A MESORREGIÃO NOROESTE DO PARANÁ - A ÁREA GEOGRÁFICA DO OBJETO DE ESTUDO**

Para entender a dinâmica de um empreendimento econômico solidário, é importante conhecer a sua contextualização regional e os fatores que impulsionaram a sua constituição. No caso da BIOLEITE, a mesorregião noroeste do Paraná apresenta características peculiares, como o processo de ocupação pelos paulistas, mineiros e imigrantes e os desdobramentos que resultaram em sua organização política e econômica atual.

A mesorregião é formada por 61 municípios distribuídos entre as microrregiões de Paranaíba, Cianorte e Umuarama, com a população total de 678.472 habitantes, em 2010 (IBGE, 2010), sendo a quinta região mais populosa do estado. Esses três municípios também são os mais populosos, sendo os principais núcleos urbanos que oferecem aos outros uma rede de infraestrutura e prestação de serviços. O município de Cruzeiro do Oeste, pertencente à microrregião de Umuarama, possui uma população de 20.419 habitantes, sendo 2.752 moradores da zona rural; o município de Tapejara, pertencente à microrregião de Cianorte, possui uma população de 14.600, sendo 1.432 moradores da zona rural (IBGE, 2010).

No entanto, no período que compreende de 1960 a 1970 o número de habitantes chegou a quase um milhão, motivos os quais veremos nos itens a seguir. Os três municípios representantes das microrregiões foram projetados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) para receberem os colonizadores e se tornarem polos urbanos, desde a década de 1950. Cada município carrega suas características, de acordo com a ocupação e a economia local. A figura a seguir apresenta o espaço geográfico da Mesorregião Noroeste Paranaense.

**Figura 1** – Mesorregião Noroeste do Paraná, com marcação das microrregiões de Umuarama, Cianorte e Paranavaí, com destaque para os municípios de Cruzeiro do Oeste e Tapejara.



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados do (IPARDES, 2010).

O município de Umuarama foi criado em 1955, Cianorte em 1953 e Paranavaí em 1942. São relativamente jovens se comparados a outros municípios paranaenses da mesorregião Norte Central e Norte Pioneiro. Para compreender essa dinâmica, será apresentado, no item a seguir, um resgate histórico do processo de ocupação.

### 3.1 O INÍCIO DA OCUPAÇÃO NA MESORREGIÃO NOROESTE PARANAENSE

Até o início do século XX, os indígenas eram os habitantes da região noroeste do Paraná, onde a cultura de seus antigos habitantes fez-se presente em nomear algumas localidades e municípios, como Umuarama, Amaporã, Ivaí, Icaraíma, Alto Piquirí. Os povos que viviam na região eram os Xetás, na área compreendida entre os rios Ivaí e Piquiri há mais de três séculos (VIEIRA, 1999). No entanto, o processo de colonização levou os índios a se dispersarem dentro da mata<sup>8</sup>.

A ocupação do noroeste do Paraná faz parte da história geral do norte do estado, classificado assim em três áreas na seguinte ordem cronológica: o Norte Velho, que faz divisa com o Estado de São Paulo, seguindo até Cornélio Procópio, ocupado entre o período de 1860 a 1925; o Norte Novo, situado entre os rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema, colonizado entre 1920 a 1950; e o Norte Novíssimo, atual região Noroeste, localizado entre os rios Ivaí, Paraná e Piquirí, ocupado desde 1940 até 1960 (LUZ, 1997).

Descrever a ocupação norte do Paraná é descrever o início da economia cafeeira no Estado. A economia do café foi predominante na segunda metade do século XIX, no Estado de São Paulo, com grandes fazendas e o intenso processo de exportação do produto, sendo inevitável o aumento do preço das propriedades paulistas. Por outro lado, a região Norte do Paraná oferecia um espaço adequado para essa nova fronteira agrícola, principalmente pela semelhança de solo, a famosa terra roxa, propícia para o processo de desenvolvimento do café (ENDLICH, 2009).

O café foi fundamental para o processo de colonização na região, mas o que definiu a forma de ocupação foram as políticas públicas de colonização e ocupação por parte de iniciativas privadas, principalmente pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), criada em 1925. Essa empresa inglesa e de capital privado foi responsável pela colonização do norte do Paraná, adquirindo 516.017 alqueires, entre terras do Estado e privadas. Seu escritório foi instituído na cidade de

---

<sup>8</sup> De acordo com Souza (2003), os Xetás não sobreviveram ao massacre, existindo cerca de 20 indivíduos vivendo separados, fora de seu referencial cultural, devido à chegada da Companhia de Colonização Suemitsu Miyamura e Cia Ltda, queimando a mata para abertura de lotes e, mais tarde, pela empresa de colonização Companhia Brasileira de Colonização e Imigração (Cobrinco). Seu espaço era a Serra dos Dourados que, atualmente, leva o nome de um distrito pertencente à Umuarama.

Londrina e seus trabalhos constituíram-se em três atividades principais: o loteamento em pequenas propriedades e o aproveitamento das potencialidades naturais do espaço para a localização das atividades; a construção de estradas rodoviárias e ferroviárias; e a constituição de núcleos urbanos (MORO; 2003).

Em 1939, a Inglaterra passou por dificuldades externas, sendo forçada a abrir mão dos bens exteriores, incluindo a CTNP. Vendida a um grupo de empresários paulistas, em 1950 passou a ser chamada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) (LUZ, 1997).

No estado de São Paulo, o café era produzido nas grandes fazendas, principalmente pela força de trabalho dos empregados, considerados colonos, muitos deles imigrantes europeus. No norte do Paraná, esse cenário foi modificado devido ao tamanho das propriedades estabelecidas pela CMNP. A medida adotada pela Companhia foi de pequenas propriedades, sendo de capital baixo para a sua aquisição, vendidos a prazo e juros baixos. Com isso, muitas famílias migraram do estado de São Paulo e Minas Gerais, entre eles os colonos das fazendas de café, e com a força de trabalho da própria família foram responsáveis pelo povoamento na região (DIAS, 1998).

As dimensões das propriedades condicionaram, evidentemente, o tipo de economia que surgiu na região. Das dimensões limitadas, as áreas a serem cultivadas exigiam um volume de capital relativamente modesto e, em muitos casos, a força de trabalho da família era suficiente para atender às necessidades de cultivo. Dessa forma, foi bastante fácil e rápido o desenvolvimento de uma economia agrícola na região. (PADIS, 2006, p. 154).

Desse modo, os primeiros colonizadores do norte velho do Paraná foram famílias paulistas, mineiras, nordestinos, imigrantes europeus e japoneses. No norte novo e novíssimo, também foram famílias de outros estados brasileiros, mas também alguns já habitantes do norte velho. Os primeiros colonizadores, juntos com a CMNP deram início à construção da ferrovia São Paulo - Paraná<sup>9</sup>, estendendo até Cambará, que possibilitou o escoamento da produção até o porto de Santos e também o fluxo da corrente migratória. De acordo com Luz (1997, p.12), no que se refere aos movimentos de ocupação territorial, o Norte do Paraná "apresentou-se até

---

<sup>9</sup> Construída pela Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná em 1928, com a construção do trecho entre Ourinhos e Cambará. Posteriormente, foi responsável pela construção dos trechos até Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Maringá e, por fim em 1973, Cianorte (CMNP, 1975).

a década de 1960 como um verdadeiro fenômeno, pois não sem tem conhecimento de povoamento tão rápido e de efeitos tão surpreendentes como o ocorrido na região".

Desse modo, Padis (2006) argumenta que a ideia principal da CTNP era constituir uma região com vários municípios pequenos, distanciados mais ou menos 15 quilômetros um do outro, e com distância um pouco maior, um centro de atração econômica - especialmente comercial e de serviços. Assim surgiram Maringá, no norte novo (atual Norte Central), (1947), Cianorte (1953) e Umuarama (1955), norte novíssimo, mais ou menos equidistantes entre si. Seus projetos eram de cidades planejadas, com formatos semelhantes estruturalmente, com avenidas largas.

A cafeicultura, como atividade que exigia numerosa mão-de-obra (eficaz geradora de novos postos de trabalho), alimentava a corrente migratória para a mesorregião noroeste do Paraná (DIAS, 1998). Muitos dos migrantes atraídos para essa área recém-ocupada eram colonos que trabalhavam nas fazendas paulistas e mineiras. Por outro lado, algumas diferenças foram notadas no norte novo, principalmente em relação ao solo, formado pelo arenito caiuíá, não contendo as mesmas propriedades do solo argiloso.

É importante destacar o município de Cruzeiro do Oeste, que iniciou a colonização da microrregião de Umuarama. Na época de 1960, o município foi considerado o terceiro maior em extensão e em números de habitantes do Estado, ficando atrás apenas dos municípios de Curitiba e Campo Mourão, devido ao rápido processo de povoamento, principalmente pelo bairro Cafeeiros (IBGE, 2010). Com isso, a propaganda era intensa pelas colonizadoras com argumentos que Cruzeiro do Oeste seria uma grande cidade, como mostra a figura a seguir.

**Figura 2 –** Panfleto de Propaganda da Cia. Sul Brasileira de Terras e Colonização



Fonte: (CARDOSO, 2007).

No norte novíssimo, após a derrubada da mata para a plantação do café, a presença do solo arenoso influenciou a baixa produtividade, entrando em decadência rapidamente. Dessa forma, "a passagem do ciclo cafeeiro sobre os solos arenosos do Caiuá foi rápida" (CANCIAN, 1981, p.124) e foi em 1963 que a expansão pecuária se expandiu. A partir da década de 1960, passou a diversificar, com as lavouras temporárias, principalmente com oleaginosas e o gado, devido à fragilidade do solo. Portanto,

Entre as mesorregiões que integram essa fronteira, na Noroeste se observou a maior dificuldade para transitar da crise cafeeira, dos anos 60/70, para o novo padrão de modernização da atividade agrícola, dificuldade esta relacionada, fundamentalmente, as limitações do uso dos solos, que, devido à alta suscetibilidade à erosão, determinada pela ocorrência do arenito Caiuá, inviabilizou a expansão mais acentuada de culturas anuais, fazendo com que a pecuária extensiva fosse a opção ao declínio do café. Consequentemente, mesmo com os avanços recentes nas técnicas de manejo e conservação dos solos e a expansão de algumas culturas agrícolas, a Noroeste se particulariza pela elevada participação da pecuária no conjunto das atividades desenvolvidas na região (IPARDES, 2004, p. 12).

Prejudicados por essa situação, as dificuldades enfrentadas pelos cafeicultores da mesorregião Noroeste foram a redução na fertilidade do solo, a ocorrência de eventos climáticos adversos e o aumento dos custos de produção (combate às pragas do café). Este rol de acontecimentos gerou a desmotivação de muitos produtores em continuar investindo nos pés de café, o que os levou a aderir ao plano de erradicação em proporção muito superior à prevista pelos Poderes Públicos. Até hoje, a lembrança da grande geada de 1975, dizimando os cafezais de todo o Estado, continua presente nas gerações mais antigas.

O fim dos cafezais proporcionou o aparecimento de outras atividades agropecuárias. O solo arenito Caiuá, de textura arenosa e de grande susceptibilidade à erosão quando retirada sua cobertura vegetal, possibilitou a expansão da pecuária de porte. Assim, a pecuária surgiu como uma atividade significativa na Mesorregião Noroeste Paranaense. Em 1980, a diversificação intensifica-se no panorama rural, com o plantio de laranja, amoreiras, mandioca, legumes e verduras. De acordo com Moro (2003), essa diversificação foi incentivada pelo Estado e agroindústrias regionais, consideradas as cooperativas tradicionais.

Os principais núcleos urbanos formados pela CTNP, e posteriormente pela CMNP nesta nova etapa, no Noroeste do Paraná foram: Cianorte, Umuarama, Cruzeiro do Oeste, Xambrê, Terra Boa, dentre outros. Além disso, a Companhia também realizou, nesta Região, a formação de fazendas destinadas à agricultura, principalmente à atividade pecuária (PERDIGÃO, 2005).

O que se denomina região noroeste consiste em uma área marcada pelo investimento capitalista, cujo empreendimento teve apoio do Estado e adesão de muitos pequenos proprietários e trabalhadores rurais, estes últimos reais produtores da riqueza gerada na região. Com a reestruturação da economia, após a crise da cafeicultura, desconsideraram-se os trabalhadores e pequenos produtores rurais, até então agentes primordiais. (ENDLICH, p.21, 2009).

A consideração de Endlich aponta uma reestruturação do espaço rural da mesorregião a partir de 1980, onde a ocupação por pequenos trabalhadores rurais deu lugar ao êxodo rural, devido às consequências da produção cafeeira, levando à queda do número de habitantes, cujas propriedades rurais foram espaços propícios para o desenvolvimento do agronegócio, como veremos no próximo item.

### 3.2 ASPECTOS GERAIS E A CONJUNTURA DO OBJETO DE ESTUDO

Como foi apresentada, a região já foi uma das mais populosas do Estado devido à fronteira agrícola cafeeira, que atraiu muitas famílias de outros estados, principalmente em 1970, devido ao avanço da colonização, atingindo mais de 950.000 habitantes, principalmente na zona rural. No entanto, com a queda da produção cafeeira, em consequência de fatores econômicos externos e da baixa produtividade do solo arenoso, a população também passou por um processo de diminuição, principalmente a rural.

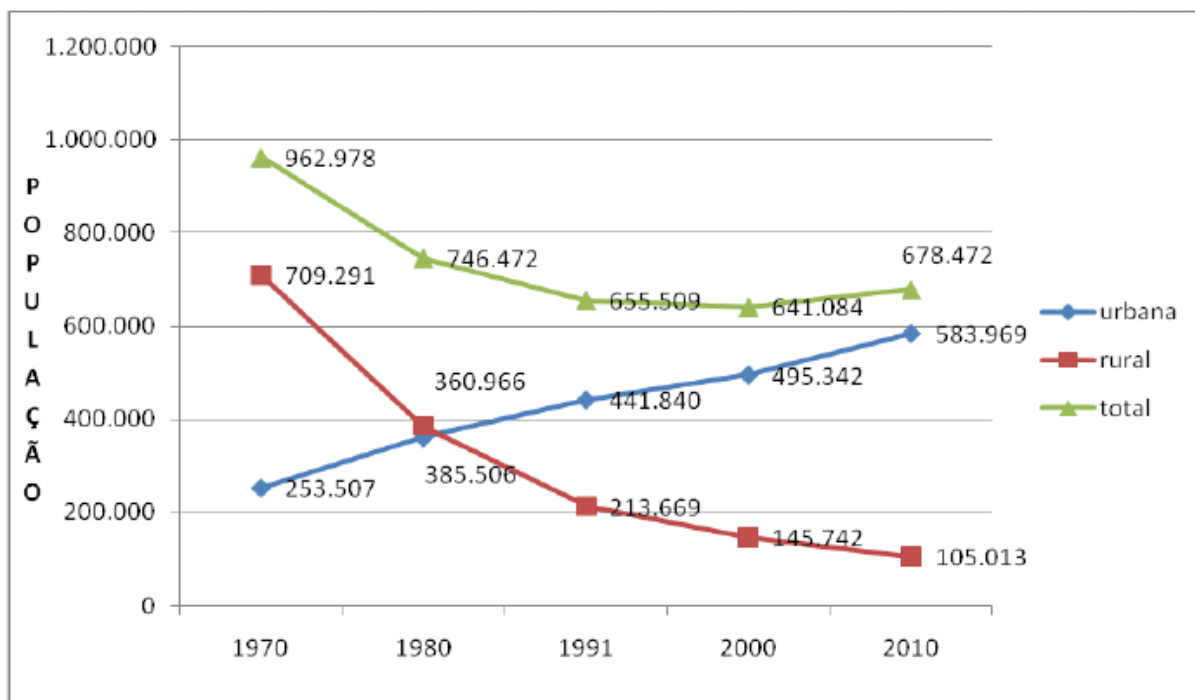
Os dois períodos do processo de ocupação da região - expansão do café e transição para a pecuária - deixaram sua marca na dinâmica demográfica regional. No início dos anos 70 o noroeste era a segunda mesorregião mais populosa no interior do Paraná e, a partir de então, passou por intenso processo de decréscimo populacional, ligado principalmente ao componente migratório, que, inicialmente no meio rural e, mais recentemente, nas áreas urbanas, apresenta contínuos saldos negativos, consolidando o caráter expulsor da região noroeste. (IPARDES, 2004, p.12).

De acordo com essa conjuntura, no começo da década de 1980, ocorreu no noroeste o processo de substituição do café por pastagens e lavouras mecanizadas e de uso misto, principalmente a cultura do algodão, cana-de-açúcar e a mandioca. A mudança da estrutura produtiva no espaço regional provocou diversas consequências na estrutura urbana. Com isso, a mesorregião sofreu um maciço êxodo demográfico da zona rural para a zona urbana e, principalmente, uma migração interregional, como a região metropolitana de Curitiba e a mesorregião norte central, e interestadual, principalmente os estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia.

Com o fim do processo de expansão do café, passou por intenso processo de decréscimo populacional, persistindo até o ano de 2000. O que implicou nesse processo foram os obstáculos que surgiram no sentido de oferecer qualidade de vida, principalmente para a população rural, que foi obrigada a procurar na zona urbana, ou em outras regiões, um espaço para a sua sobrevivência. Aqueles que conseguiram permanecer, principalmente nas microrregiões de Umuarama e Cianorte, continuaram com a cultura do café ou começaram a pecuária leiteira,

porém com baixa especialização. A seguir temos um gráfico que permite uma análise do processo migratório.

**Gráfico 1** – Evolução do número de habitantes da mesorregião noroeste Paranaense, segundo a situação de domicílio, de 1970 a 2010.



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados do (IBGE, 2010).

No entanto, nos últimos anos, percebe-se uma estabilização com tendência de crescimento lento em relação ao número de habitantes na mesorregião noroeste. Esse processo é resultado dos esforços que a mesorregião vem buscando para melhorar os índices econômicos e sociais, para proporcionar melhor qualidade de vida aos seus habitantes, por meio dos recursos dos ministérios federais e programas estaduais.

Além disso, os arranjos produtivos locais<sup>10</sup> vêm fortalecendo a economia e oferecendo postos de trabalho e geração de renda, predominantemente no meio urbano, e também sendo atrativo para pessoas de outras localidades. O município de Cianorte, com a alta expressividade no ramo da confecção, vem atingindo padrões de qualidade e produtividade comparadas às outras áreas do

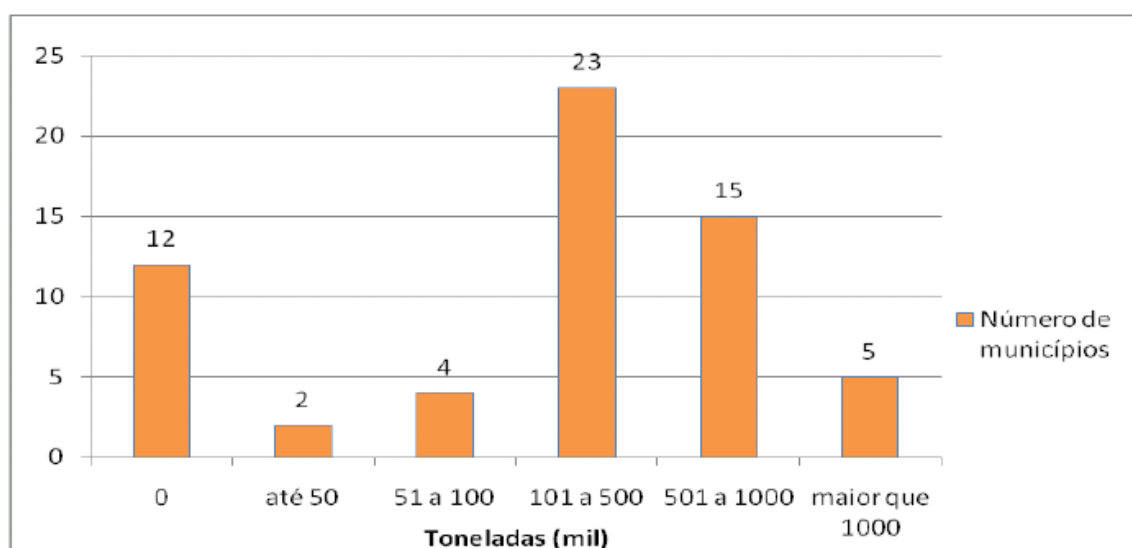
<sup>10</sup> Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto de atividades econômicas e que apresentam vínculos, interdependência e proximidade geográfica (CAMPOS, 2006).

Estado e até em nível nacional. Com a forte indústria do vestuário, vem apresentando índices de crescimentos desde a década de 1990, sendo um dos maiores da região e do Estado, ao lado dos municípios de Douradina e Paraíso do Norte (IPARDES, 2010).

Com a predominância do relevo plano, a região é considerada propícia para o desenvolvimento de atividades agrosilvopastoris, permitindo a mecanização, porém necessitando de cuidados com as práticas de conservação do solo, danificado pela derrubada das matas para o plantio de café, na década de 60 e 70. Na região, encontram-se grandes áreas de pastagens, resultado do processo de colonização em função da queda da produção do café. De acordo com Endlich (2003), a região possui uma elite que procura articular-se para promover o desenvolvimento regional.

Por outro lado, é perceptível a queda da população na zona rural, em todos os aspectos, principalmente pela cultura da cana de açúcar, que vem crescendo na última década, ocupando os espaços rurais, forçando a população a deixar a terra. O noroeste é a mesorregião que mais produz cana-de-açúcar no Paraná, em função do solo arenoso, propício para a produção, e pela presença de várias usinas sucroalcooleiras, com os incentivos para a produção de etanol. O gráfico a seguir apresenta a produção de cana de açúcar em toneladas e a quantidade referente aos municípios da mesorregião Noroeste.

**Gráfico 2** – Quantidade de cana produzida em relação ao número de municípios da Mesorregião Noroeste do Paraná, em 2008.



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados do (IPARDES, 2010).

Os dados revelam que o maior número de municípios concentra-se na produção entre 101 a 500 mil toneladas de cana, ou seja, 38% do total. A maioria desses municípios pertence à microrregião de Paranaíba e a variável acima de 1mi de toneladas concentra-se nas microrregiões de Cianorte e Umuarama. Vale lembrar que a microrregião de Cianorte tem mais de 60% de seus municípios com produção acima de 500 mil toneladas.

Os municípios de Cruzeiro do Oeste, com 1.210.185 toneladas, e Tapejara<sup>11</sup>, com 1.659.004 toneladas, são grandes produtores de cana-de-açúcar devido à presença de usinas na região. Muitos produtores arrendaram suas terras para as usinas como alternativa para a produção leiteira. Sendo assim, a produção no Noroeste representa 42,9% do total estadual, principalmente pela agricultura empresarial-território (ZANCHET, 2008). De acordo com Endlich (2009), as extensões mais significativas são ocupadas pelo cultivo da cana-de-açúcar, processada por usinas e destilarias. Com isso, a cana torna-se o principal cultivo agrícola de vários municípios na região.

De um lado, a mesorregião tem um alto desempenho frente a alguns setores da produção, por outro, as microrregiões de Umuarama e Cianorte são áreas priorizadas pelos CONSADs, ou seja, municípios que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano<sup>12</sup> (IDH), com precárias condições na zona rural. A tabela abaixo apresenta alguns IDH em comparação aos índices estaduais:

**Tabela 4 – IDH de Cruzeiro do Oeste, Tapejara, mesorregião Noroeste e Paraná, em 2000.**

Municípios	IDH	Esperança de vida ao nascer	Taxa de alfabetização	Renda per capita
Cruzeiro do Oeste	0,751	67,9	84,1	226,67
Tapejara	0,730	67,5	85	201,06
Mesorregião Noroeste	0,741	69,8	83,2	183,93
Paraná	0,787	69,8	90,5	321,40

Fonte: (IPARDES, 2010).

<sup>11</sup> A produção em Tapejara é a maior da Mesorregião Noroeste, ficando atrás no Estado, apenas de algumas cidades da Mesorregião Norte Pioneiro.

<sup>12</sup> O IDH é composto pelos índices de educação, longevidade e renda *per capita*.

Comparando com o Estado do Paraná, todos os índices das demais localidades apresentaram resultados menores, no entanto, comparando com o Noroeste, Cruzeiro do Oeste e Tapejara apresentam índices maiores, como taxa de alfabetização e renda *per capita*. Esses dados apontam que na Mesorregião encontram-se municípios que necessitam de atenção em relação à qualidade de vida de sua população rural, devido à dificuldade da oferta de serviços e condições precárias de infraestrutura. De acordo com esses dados é que se faz presente o CONSAD Entre-Rios na localidade.

### 3.2.1 A Mesorregião Noroeste e o CONSAD

Os CONSADs foram criados no âmbito do Programa Fome Zero e os municípios que participam do consórcio foram selecionados devido ao perfil rural, por apresentarem carências de infraestrutura, cuja atividade econômica e de subsistência é exercida por produtores caracterizados de agricultores familiares. O foco principal é o desenvolvimento territorial e local dos municípios. Desse modo, constitui-se numa estratégia de interação entre o poder público e a sociedade civil, que visa ao fomento, ao apoio logístico e à canalização de recursos, para as iniciativas territoriais, projetos, para viabilizar a geração de trabalho e renda, com garantia de segurança alimentar e desenvolvimento local (FRANCA, 2004).

A predominância do IDH dos municípios que participam do CONSAD Entre-Rios compreende entre os índices de 0,674 a 0,818, sendo o IDH brasileiro de 0,764. Apenas dois municípios possuem IDH acima da média brasileira, sendo Umuarama e Cianorte. Essa territorialidade é configurada pelas microrregiões de Umuarama e Cianorte, e ainda o município de Moreira Sales, situado na mesorregião Centro-Occidental do Estado. Ao todo são 33 municípios, onde 23 deles atingem até 10.000 habitantes.

O CONSAD Entre-Rios foi criado em fevereiro de 2006 e envolve um terço dos representantes do poder público e dois terços de representantes de diversos segmentos da sociedade civil organizada, como os sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios participantes, associações de bairros, igrejas evangélicas e católicas, rede de turismo regional, entre outros. De acordo com o censo do IBGE de 2010, a população dessa localidade corresponde a 420.192

habitantes, sendo 343.967 no meio urbano e 76.225 habitantes no meio rural (IBGE, 2010).

A proposta do CONSAD é fomentar a geração de renda para famílias que enfrentam dificuldades na manutenção de suas propriedades rurais. Com isso, possibilita o desenvolvimento local, impedindo que essas famílias migrem para outras localidades em busca de novas oportunidades.

O consórcio presente na região possibilitou a captação de recursos para fomentar a geração de trabalho e renda em alguns municípios, proporcionando a vários trabalhadores oportunidades de aprimoramento do trabalho, principalmente em relação às organizações coletivas. Entre alguns projetos contemplados devido à presença do consórcio, estão (CONSAD Entre-Rios, 2009):

- **Laticínio de São Manoel do Paraná** - recursos para a Formação da Cooperativa de Produtores de Leite, com o objetivo de organizar e administrar o Laticínio de São Manoel do Paraná: COOPLESMAR. Este projeto teve o Convênio com a Prefeitura Municipal de São Manoel do Paraná e com o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), com valor de R\$ 65.678,00, destinado para conclusão do Laticínio instalado no município de São Manoel do Paraná, com abrangência de mais 04 municípios: Indianópolis, São Tomé, Japurá e Rondon.
- **Indústria de Polpas de Frutas de Douradina** - Formação da Cooperativa de Produtores de Frutas, com objetivo de organizar a produção e administrar a Indústria de Polpas de Frutas de Douradina: COOPERFRUTER. Este projeto teve convênio com a Prefeitura Municipal de Douradina e com o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) no valor de R\$ 110.400,00, para conclusão da Indústria de Polpas de Frutas instalada no município de Douradina, com abrangência de mais 07 municípios: Maria Helena, Nova Olímpia, Cidade Gaúcha, Ivaté, Tapira, Icaraíma, Alto Paraíso.
- **Laticínio e uma Unidade de Resfriamento de Leite** - Este projeto viabilizou a instalação de um Laticínio e uma Unidade de Resfriamento de Leite, em fase de instalação no município de São Jorge do Patrocínio, com abrangência de mais 07 municípios: Esperança Nova, Pérola, Xambrê, Cafezal do Sul, Espora, Francisco Alves e Altônia. Seu convênio foi entre a Prefeitura Municipal de São Jorge do Patrocínio com o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), no valor de R\$ 291.000,00.

- **Plano Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável** - O projeto teve como objetivo elaborar o Plano Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável e capacitar os membros da Câmara Temática da Agricultura do CONSAD ENTRE RIOS. Seu convênio foi entre o ITAM (Instituto de Tecnologia Agropecuária de Maringá) com o MDA, no valor de R\$ 90.000,00.
- **Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários/UEM** - Este projeto teve o convênio entre a UNITRABALHO com o MDS, no valor de R\$ 133.000,00, com objetivo de capacitar a Cooperativa de Catadores de Material Reciclável, dos municípios de Cruzeiro do Oeste e Umuarama, e capacitar produtores de frutas dos municípios de Umuarama e Cruzeiro do Oeste.
- **Projeto Profissional Cidadão** - Este projeto teve o convênio entre a Fundação Araucária com o MDA para contratação de sete Engenheiros Agrônomos para atuarem na região do CONSAD ENTRE RIOS (Projeto Profissional Cidadão), em parceria com a EMATER-PR e Secretaria Estadual de Ensino Superior.
- **Minibibliotecas da Embrapa** para todas as escolas municipais e estaduais interessadas.

Com a projeção dessa territorialidade na região, é possível compreender que as características dos projetos apresentados demonstram a importância da organização coletiva, uma vez que os recursos são destinados à criação de cooperativas ou mesmo para o custeio dos empreendimentos. Dessa forma, possibilita a integração entre os municípios, fortalecendo a região com essa alternativa de organização e também na busca de recursos para outros empreendimentos.

### 3.2.2 Mesorregião Noroeste e os Empreendimentos Econômicos Solidários

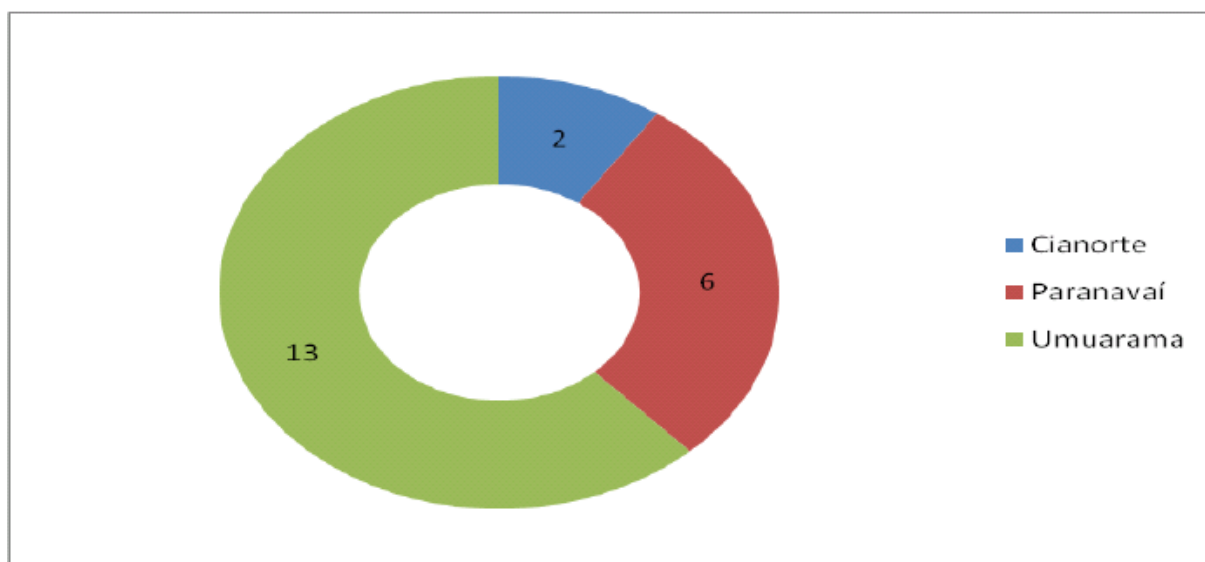
Mesmo com a presença de cooperativas agroindustriais tradicionais e de seu desenvolvimento ser de representatividade na mesorregião Noroeste, existem empreendimentos que valorizam organizações coletivas, com o objetivo de fortalecer ainda mais as ações de economia solidária. Entre 2005 e 2007 foi realizado, por meio da SENAES, o mapeamento dos EES em todos os estados

brasileiros, buscando identificar a quantidade, a localização e as características dessas organizações coletivas.

Em 2007, foram apresentados os resultados do mapeamento no Paraná, buscando atingir, aproximadamente, 600 estabelecimentos entre empreendimentos e entidades de apoio. O resultado final concluiu que existem 808 empreendimentos no Paraná, entre cooperativas, associações e grupos informais, localizados em 143 municípios, ou seja, pouco mais de 1/3 dos municípios estaduais. A maior concentração se faz presente na região metropolitana de Curitiba e na microrregião de Londrina, com 36,6% do total dos estabelecimentos (SENAES, 2007).

Na região noroeste, o número de empreendimentos ainda é baixo, mas a presença já permite um conhecimento dessa forma de organização de trabalho. Encontram-se 21 empreendimentos econômicos solidários, distribuídos entre 11 municípios<sup>13</sup> nas três microrregiões, conforme o gráfico abaixo:

**Gráfico 3** – Empreendimentos econômicos solidários, segundo as microrregiões do Noroeste Paranaense, em 2007.



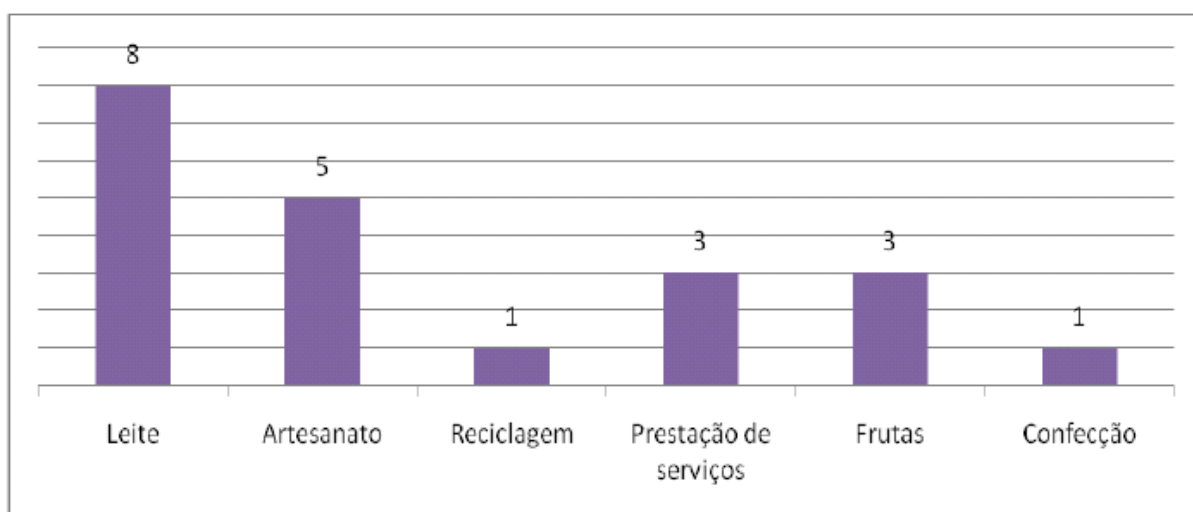
**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da (SENAES, 2007).

<sup>13</sup> Os municípios são: Cianorte e Cidade Gaúcha (microrregião de Cianorte); Alto Paraná, Paranacity, Paranavaí, Santa Monica, Tamboara (microrregião de Paranavaí); Cruzeiro do Oeste, Umuarama e Xambê (microrregião de Umuarama).

Com isso, percebe-se a pouca presença de empreendimentos econômicos solidários na mesorregião noroeste do Paraná, representando 2,5% do total dos empreendimentos paranaenses. Entre esses estabelecimentos, de acordo com a SENAES, apenas cinco receberam apoio ou foram incubados por universidades, onde a IEES/CAU/UEM incubou apenas a BIOLEITE. Isso representa que a maioria se organizou pelas ações dos próprios cooperados.

O mapeamento levantou diversas atividades econômicas em relação aos empreendimentos paranaenses, porém, na mesorregião em questão, estão classificadas entre produção de leite, artesanato, reciclagem, prestação de serviços, área de frutas e confecção, conforme mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 4** – Empreendimentos econômicos solidários da mesorregião Noroeste do Paraná, segundo atividade econômica, em 2007.



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da (SENAES, 2007).

O gráfico aponta que a maioria dos empreendimentos corresponde à atividade leiteira, sendo o Noroeste a segunda mesorregião em quantidade de empreendimentos com essa atividade, ficando atrás apenas do sudoeste, com 24 empreendimentos na área do leite. Entre os oito empreendimentos da área leiteira, seis encontram-se na microrregião de Umuarama.

Os motivos que levaram os trabalhadores a se organizarem em empreendimentos coletivos foram para complementar a renda, obter maiores lucros ou facilidades ao acesso de recursos. De acordo com o atlas da economia solidária,

na mesorregião noroeste, são 1.056 trabalhadores dos empreendimentos, porém, entre as outras mesorregiões do estado, tem o menor número de trabalhadores, 639 homens e 417 mulheres (SENAES, 2007).

Além dos empreendimentos, também se encontra na região noroeste a Incubadora, que possibilitou a elaboração de projetos que também foram contemplados para o desenvolvimento da economia solidária e para a captação de recursos. Além da incubação da BIOLEITE, a incubadora também desenvolveu os projetos:

- **Capacitação de agentes multiplicadores e beneficiários em aproveitamento integral de alimentos no Território CONSAD Entre-Rios:** Membros da IEES/CAU/UEM, Cáritas e Prefeitura de Umuarama aprovaram um projeto na área de Segurança Alimentar por meio de edital do MDS. O projeto abrangeu os 33 municípios do Território e capacitou agentes sociais em aproveitamento integral de alimentos para promover a segurança alimentar e nutricional em escolas municipais, creches, asilos, orfanatos e de pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família no Território CONSAD Entre-Rios. O projeto iniciou-se em 2009.
- **Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários em Municípios pertencentes ao Território CONSAD ENTRE-RIOS:** Este projeto teve o objetivo de consolidar os empreendimentos econômicos solidários já organizados e incubar novos grupos de trabalhadores para formação de empreendimentos econômicos solidários, que possam ser direcionados para as ações de planejamento do desenvolvimento local sustentável e segurança alimentar e nutricional. O projeto foi aprovado por meio do PRONINC, com recurso do MDS. A execução deste projeto iniciou-se em 2009.
- **Alternativas de Aproveitamento de Efluentes Como Inovação Tecnológica em Laticínios: Uma Proposta Para a Região de Entre-Rios - Noroeste do Paraná:** O projeto insere-se dentro da modalidade de inovação tecnológica em pequenos e médios empreendimentos de laticínios processadores de leite da região geopolítica de Entre-Rios, no noroeste do Paraná, que conta com 14 laticínios. O trabalho tem como foco principal propor novas tecnologias de aproveitamento, tratamento e disposição final de efluentes gerados de forma a agregar valor ao subproduto, gerar energia passível de uso nos próprios empreendimentos e implantar sistemas de

irrigação como disposição final em áreas de pastagem, de forma a criar um mecanismo integrado entre laticínios e produtores. Esse projeto foi aprovado via edital do Programa de Extensão da SETI Universidade Sem Fronteiras.

- **Integração/Interação de empreendimentos de produção leiteira em agricultura familiar na microrregião CONSAD Entre-Rios - Paraná:** O projeto teve como objetivo estimular e capacitar jovens extensionistas que desenvolvam atividades no setor leiteiro, para introduzir novas perspectivas de gestão e produção visando aperfeiçoar os ganhos na propriedade.

Entre 2009 e 2010 foi realizado um novo mapeamento dos empreendimentos solidários no Paraná, porém esses dados ainda não foram divulgados. No entanto, informações preliminares apontam que esses números devem aumentar devido à política de economia solidária presente na mesorregião e ao fomento por parte dos ministérios, como MDA, MDS e MTE, através dos editais voltados para organizações coletivas.

### 3.2.3 Agricultura Familiar na Região Noroeste

O material existente sobre a agricultura familiar no noroeste do Paraná ainda é insuficiente para conhecer os aspectos e a realidade dos trabalhadores ocupados nessa categoria, devido a pouca expressividade, se comparado com outras regiões do estado, como sudoeste e oeste. O que se encontra são trabalhos pontuais sobre determinada propriedade ou organização coletiva. E como existem fortes economias, como a cana-de-açúcar, os trabalhos são voltados para os aspectos das grandes propriedades.

Como foi apresentada no início do capítulo, a forma de colonização favoreceu a instalação de pequenas e médias propriedades e a economia cafeeira possibilitou apenas o trabalho familiar, dando origem aos estabelecimentos familiares. Em 2006, encontravam-se na mesorregião 29.323 unidades produtivas familiares que correspondiam a 9,6% em relação ao Paraná (IBGE, 2006).

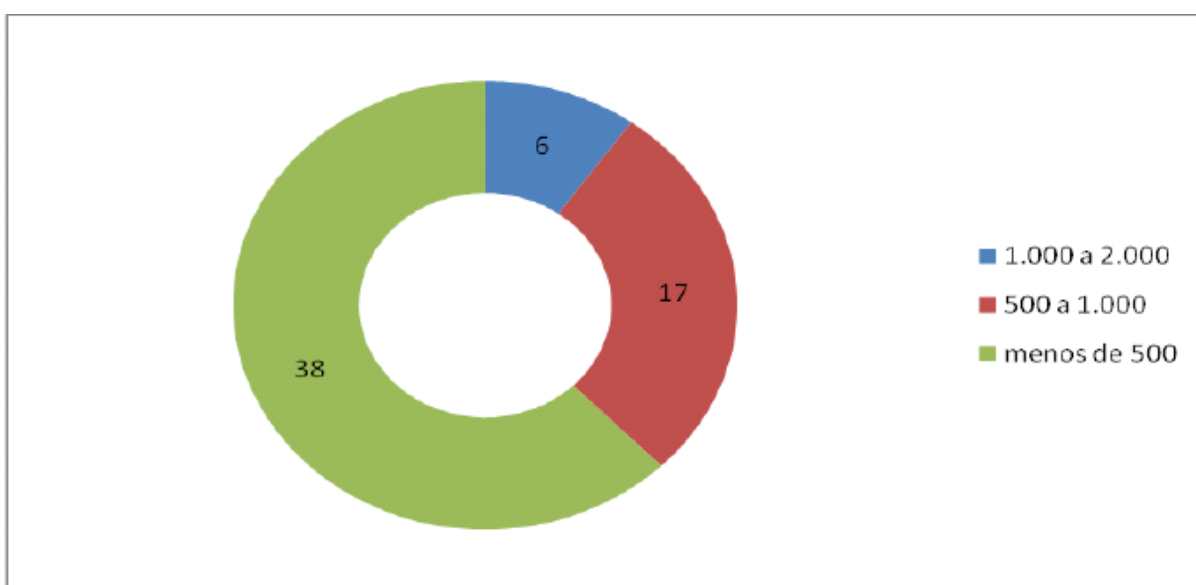
Em consequência das transformações da agricultura no noroeste paranaense, com a alternativa da pecuária, após o declínio do café, algumas culturas como a sericicultura, avicultura, fruticultura foram se desenvolvendo como ilhas, em meio à pecuária extensiva e, principalmente, as grandes extensões destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar. E essas culturas são produzidas pelos

agricultores familiares da região, que organizam feiras para escoar a produção. Por outro lado, tem-se a pecuária leiteira, com os produtores se adaptando ao processo de especialização, ainda de forma lenta, para acompanharem as exigências da Instrução Normativa 51.

Porém, nos últimos anos, com as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, os programas de financiamento, a representatividade para a cidadania e a qualidade de vida no campo, ampliaram-se os estudos para desvelar quem são os agricultores familiares, onde estão, o que produzem, o valor de sua produção. Em relação a essa preocupação, o IBGE divulgou em 2006 o censo da agricultura familiar no Brasil, apresentando também, de forma geral, aspectos dessa categoria nos estados. No Paraná, o IPARDES realiza esse papel: identificar o agricultor familiar paranaense e sistematizar os dados.

De acordo com o mapeamento da agricultura familiar no Paraná, este aponta alguns dados importantes sobre os estabelecimentos, como o número de estabelecimentos classificados como agricultura familiar. Essa informação foi classificada em quatro variáveis, porém o índice maior, que corresponde de 2000 a 6.980 estabelecimentos por município, não foi encontrado no Noroeste paranaense, conforme aponta o gráfico a seguir.

**Gráfico 5** – Número de estabelecimentos classificados como agricultura familiar, entre os municípios da Mesorregião Noroeste, em 2006.



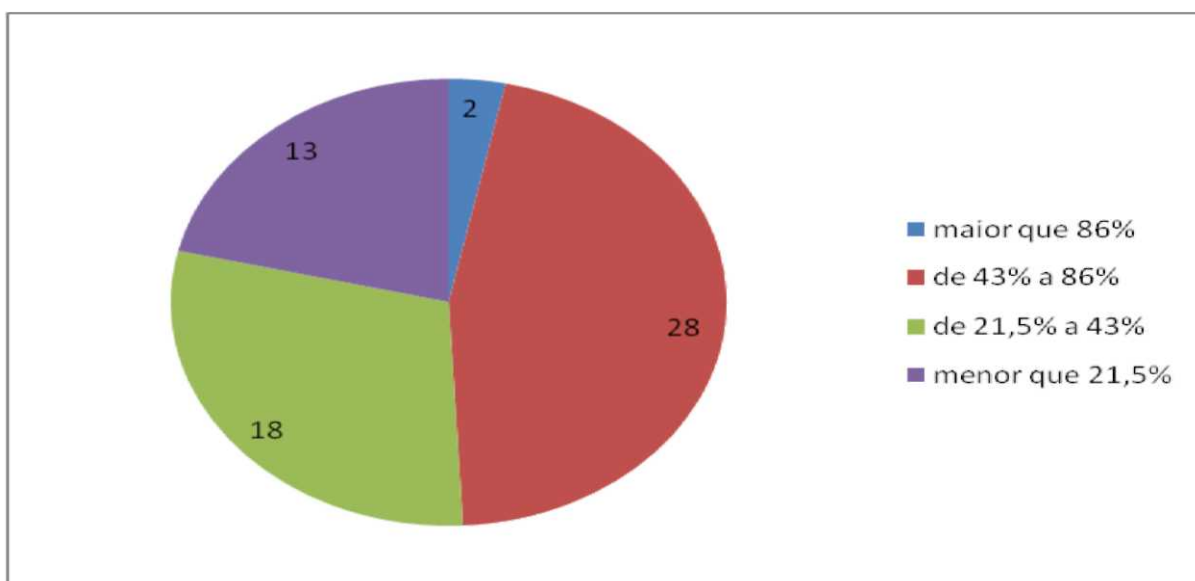
**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos dados do (IPARDES, 2010).

O município de Cruzeiro do Oeste está inserido na variável que corresponde de 500 a 1.000 estabelecimentos, ou seja, abaixo da maior proporção do Estado, que corresponde entre 1.000 a 2.000 estabelecimentos familiares. E o município de Tapejara está classificado na proporção abaixo de 500 estabelecimentos familiares.

Os municípios que têm o maior número de estabelecimentos familiares são: Paranavaí, Umuarama, Cianorte, Querência do Norte, Altônia e Iporã.

Outro índice apresentado foi a participação da agricultura familiar no valor da produção dos estabelecimentos agropecuários em cada município. No Paraná, a média corresponde a 43%, e no Noroeste, por outro lado, a maioria corresponde de 43% a 86%, com total de 46% dos municípios nesse índice, como apresenta o gráfico a seguir:

**Gráfico 6** – Participação da agricultura familiar no valor da produção dos estabelecimentos agropecuários, em porcentagem, segundo os municípios da mesorregião Noroeste, em 2006.



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados do (IPARDES, 2010).

Em relação ao município de Cruzeiro do Oeste, este se situa na proporção entre 21,5% a 43%, porém menor que a média paranaense. Por outro lado, o município de Tapejara aponta um dado importante, onde a agricultura familiar tem uma participação entre 43% a 86%, ou seja, acima da média do Paraná, com menos de 500 estabelecimentos. Esse dado aponta um desempenho no município

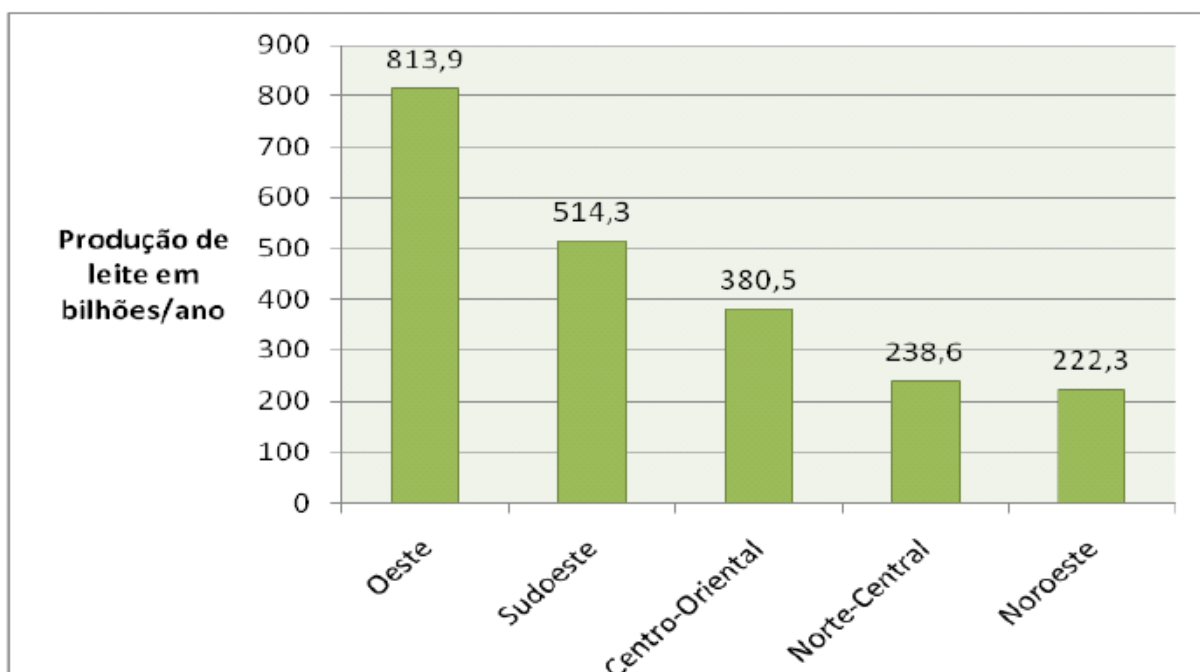
quanto à geração de renda e produção para a agricultura familiar. Os dois municípios do Noroeste que têm o valor da produção maior que 86% são Paranacity e Icaraíma.

De modo geral, a agricultura familiar na mesorregião Noroeste aponta dados quase sempre abaixo da média do estado, implicando em uma agricultura familiar fragilizada e pouco especializada, dependendo ainda das políticas de financiamento para manter uma atividade produtiva.

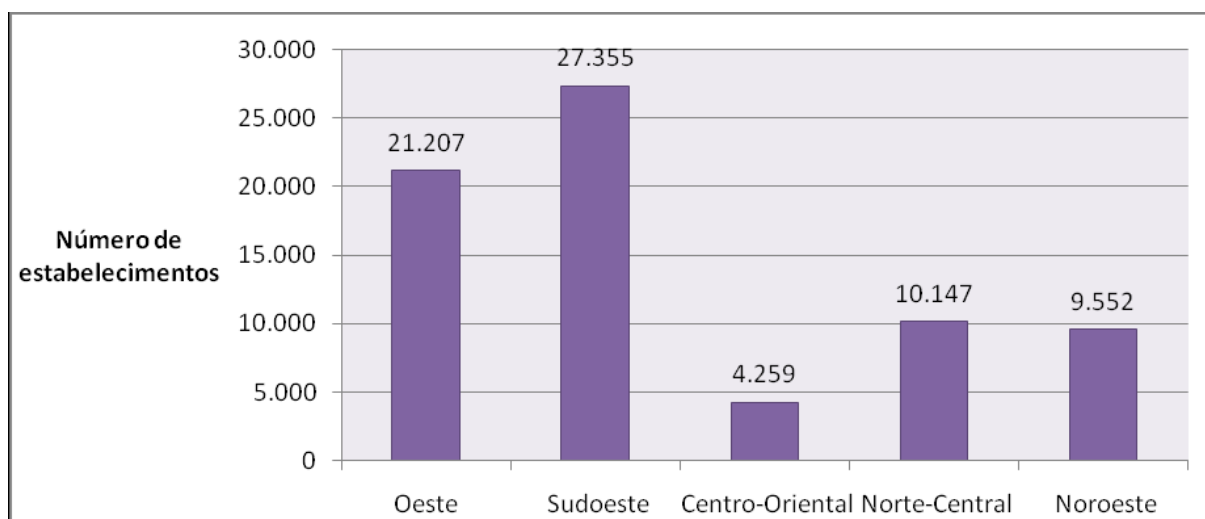
#### 3.2.4 Mesorregião Noroeste e a Produção de Leite

A mesorregião Noroeste, como foi apresentada, com a queda da produção cafeeira, teve na pecuária uma alternativa encontrada pelos produtores rurais, tanto o gado de corte como o leiteiro, desenvolvida principalmente pelos pequenos produtores.

Em relação à pecuária leiteira, a região Noroeste produz 222 milhões e 300 mil litros de leite, estando em quinto lugar dentre as mesorregiões do estado, mas ainda perde em tecnologia de produção, devido à baixa produtividade, ocupando a nona posição no estado, com 1257 litros/vaca/ano, enquanto as mesorregiões Oeste e Centro Oriental chegam a 2502 e 2763 litros/vaca/ano, em 2006 (EMBRAPA, 2007). A seguir, os gráficos apresentam dados importantes sobre a pecuária leiteira no Paraná.

**Gráfico 7** – Produção de leite, em 2006, segundo as mesorregiões Paranaenses

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da (EMBRAPA, 2010).

**Gráfico 8** – Número de estabelecimentos leiteiros, em 2006, segundo as mesorregiões do Paraná.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do (IPARDES, 2010).

Os gráficos concretizam a realidade de regiões com forte especialização no Paraná, principalmente a Mesorregião Centro-oriental que, com pouco mais de 4 mil estabelecimentos agropecuários, produz 85% de toda a

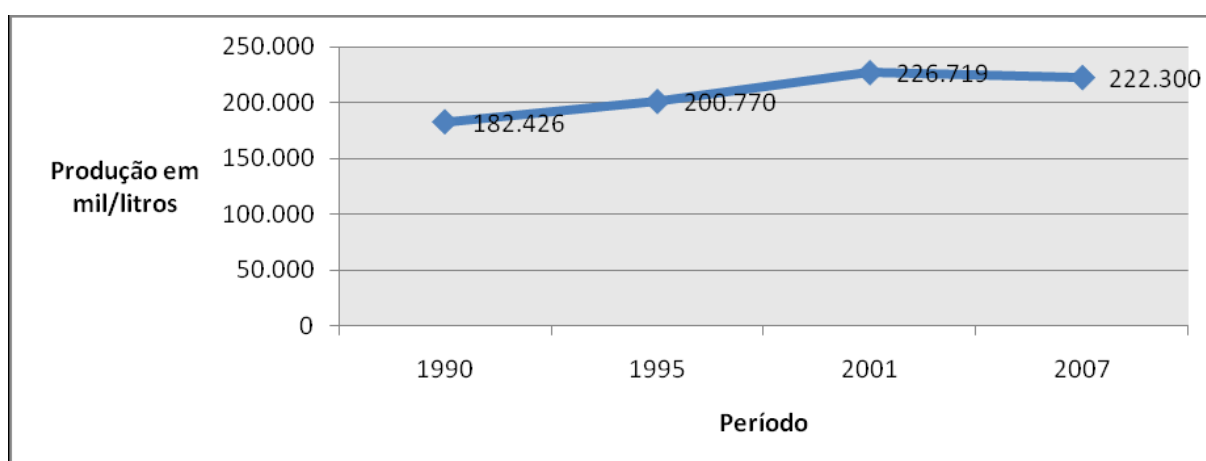
produção das mesorregiões norte central e noroeste juntas, com 19.699 estabelecimentos leiteiros. Essa realidade tem consistência nas características dos produtores, de origem europeia, que têm tradição nessa atividade.

No noroeste do Paraná, encontram-se 69 laticínios (MUZZILI, 2008), com a proporção do mesmo número de laticínios da região oeste do Paraná, considerada uma das maiores bacias leiteiras da região sul. A diferença está na especialização da produção, onde no oeste e centro sul foi intensa devido aos produtores.

O mercado do leite e a comercialização na microrregião de Umuarama e Cianorte estão consolidados devido à presença desses laticínios, entrepostos e produtores que exercem a atividade econômica. Encontram-se, na região, 26 laticínios distribuídos em 20 municípios, que recebem o leite de aproximadamente 5 mil estabelecimentos, variando entre 150 mil a 16,4 milhões de litro/ano. Os laticínios recolhem na maioria das cidades, de acordo com a negociação estabelecida entre produtores e intermediários (SEAB, 2009).

Comparada com outras áreas de produção leiteira do Estado, a região não pertence às áreas mais significativas da produção, mas é relevante como atividade econômica dos municípios. No entanto, nos últimos anos, a produção apresentou um *déficit*, como aponta o gráfico a seguir:

**Gráfico 9** – Evolução da produção de leite na mesorregião Noroeste, entre 1990 a 2007.



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados do (IPARDES, 2010).

Esses dados revelam que até 2000 a produção tinha um aumento significativo, porém, na última década, a produção não se manteve. Essa realidade está relacionada com a cultura da cana, na qual muitos produtores rurais vêm arrendando seus estabelecimentos para as usinas.

A produção de leite em Cruzeiro do Oeste é considerada a quarta economia agropecuária, ficando atrás da cana-de-açúcar, mandioca e milho. Em Tapejara, também corresponde a quarta economia, sendo as primeiras cana-de-açúcar, mandioca e melancia (IPARDES, 2010). Em Cruzeiro do Oeste são produzidos, mensalmente, 4 milhões e 619 mil litros de leite, com um rebanho de 4382 vacas, ordenhadas em 446 estabelecimentos, totalizando 12.533 hectares, em 2006. Em Tapejara são produzidos 4 milhões de litros de leite, com um rebanho de 5500 vacas, ordenhadas em 189 estabelecimentos, em 6.631 hectares, em 2006 (SEAB/PR, 2009).

No entanto, após a Instrução Normativa n.51, vem aumentando, em partes, a especialização dos produtores na região por meio dos programas de financiamento, principalmente através do PRONAF e das organizações comunitárias. Os produtores estão adquirindo, principalmente, a ordenhadeira mecânica e o resfriador a granel, que contribuem com a qualidade do leite, o aumento da produção e o armazenamento do leite.

#### 4 A COOPERATIVA DE PRODUTORES DE LEITE DO ARENITO CAIUÁ – A BIOLEITE.

A BIOLEITE, estabelecida formalmente como um empreendimento econômico solidário, foi constituída em novembro de 2006, com 23 sócios-fundadores, num total de 15 famílias, residentes nos municípios de Cruzeiro do Oeste e Tapejara, Mesorregião Noroeste do Paraná, localizados respectivamente nas microrregiões geográficas de Umuarama e Cianorte. O objetivo inicial da constituição foi a busca por melhores preços e, conseqüentemente, melhores condições de negociação no mercado, para assim melhorar a qualidade de vida, dando continuidade à atividade produtiva e à permanência no espaço rural. A cooperativa apenas comercializa o leite *in natura*, ou seja, reúne o leite dos sócios produtores e vende em conjunto para o laticínio.

A comercialização do leite era realizada de acordo com as características locais da cadeia produtiva do leite, entre produtores e os laticínios da região. No entanto, a negociação e a entrega do produto não eram diretamente com os responsáveis do laticínio e sim com os denominados "freteiros". Desse modo, era comum o desentendimento pelo preço entre produtores e os intermediários, pois eram estes os responsáveis pelo pagamento da matéria-prima, considerados pelo grupo como atravessadores. Com isso, alguns produtores sentiam-se explorados por estarem atrelados ao freteiros, responsáveis pelas linhas de coleta.

Os produtores que conseguiam melhores preços eram aqueles que exigiam mais pelo produto. Quando isso acontecia, o freteiro pagava pelo preço adequado, mas impedia que o produtor comentasse com outros a respeito do valor negociado. Caso contrário, o atravessador "diminuía" o valor de quem contou. Essa situação era comum entre os produtores e freteiros, sendo a especulação um fator de importância na negociação do produto, impedindo uma articulação entre os produtores. Por outro lado, o transporte do leite não tinha critérios de classificação em relação à qualidade. A seguir, descreve-se a fala de uma produtora sobre as ações dos freteiros.

*Pois cada freteiro pagava o quanto queria pra cada um e o produtor era obrigado a aceitar, pois não tinha volume suficiente e qualidade pra brigar por um preço melhor ou pra que outro freteiro pudesse vir buscar.*

*[...] existe a figura do freteiro, ou gerente de linha, e organizam a forma de buscar o leite da melhor forma que acham, não para os produtores, e nesse caso, vai do produtor brigar, quanto mais chora, mais o produtor recebe. E se o produtor não tiver nenhuma outra opção, aí os freteiros judiam, judiam mesmo, pagam o menos que pode, lucrando o máximo em cima do produtor.*

A venda e a compra do leite são determinadas de acordo com as condições que o laticínio propõe-se a pagar. No entanto, estabelecimentos que compram o leite *in natura* dos pequenos produtores, pagam pelo leite de acordo com a quantidade, ainda não exigindo todos os padrões de qualidade. Essa situação ainda permanece, mesmo depois de sete anos da Instrução Normativa n°. 51, não existindo uma fiscalização assídua no momento em que a matéria-prima chega ao laticínio, para verificar seus padrões de qualidade.

Em relação aos laticínios do Paraná, a questão do pagamento por qualidade do leite ainda é um assunto complexo: existem muitas restrições e dificuldades, há heterogeneidade entre os produtores de leite, tanto em quantidade de leite produzido, como conscientização dos mesmos referentes à Instrução Normativa n°. 51. De acordo com Souza (2007), adequar-se a este sistema requer um trabalho longo e bem planejado.

Analisando a situação, para encontrar uma alternativa para a comercialização do leite, num primeiro momento, alguns produtores residentes no município de Cruzeiro do Oeste, que de longa data sentiam-se prejudicados com a forma de venda estabelecida por parte dos laticínios, pediram auxílio para a EMATER de Cruzeiro do Oeste, para encontrar alguma alternativa que pudesse melhorar suas condições de trabalho e garantir seu espaço de terra, diante dos obstáculos encontrados pelos laticínios. Logo após, os produtores de Cruzeiro do Oeste convidaram os produtores de Tapejara para participarem do processo.

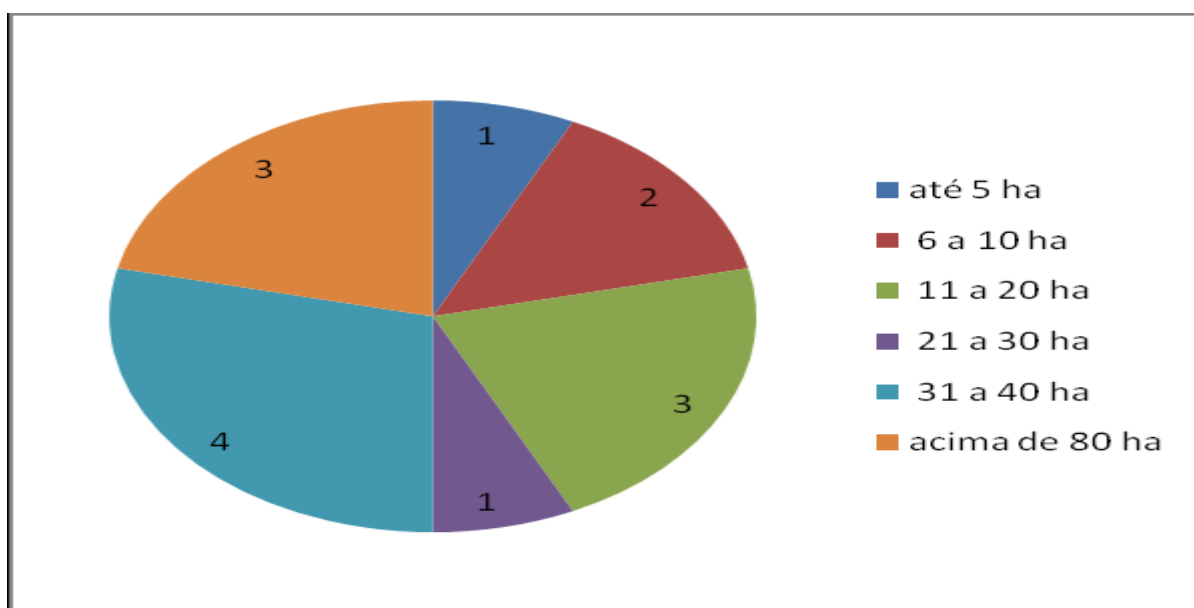
Nesse momento, a EMATER indicou a IEES/CAU/UEM para auxiliar os produtores, já que eles têm experiência e metodologia adequada em trabalhos com grupos que pretendem organizar-se legalmente. A metodologia é de acompanhamento ao empreendimento, com uma equipe multidisciplinar para atender todas as demandas, desde o processo de constituição até atingirem a sustentabilidade.

Após esse momento, foi marcada uma reunião com alguns produtores e a equipe técnica da incubadora para entender a situação desses trabalhadores e definir estratégias para enfrentar tal situação. Após alguns encontros, a alternativa encontrada foi a constituição de uma cooperativa para tentar amenizar as pressões sofridas pelos atravessadores. Com essa nova sugestão, alguns produtores, que concordaram com a iniciativa, convidaram outros produtores de leite para participarem do processo de constituição da cooperativa.

#### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES ANTES DA CONSTITUIÇÃO DA BIOLEITE

Para compreender a realidade e as características dos produtores, foi aplicado um questionário pela equipe da UNITRABALHO para levantar dados sobre o perfil socioeconómico, propriedade, produção e cooperativismo. O questionário inicial foi aplicado com os responsáveis das propriedades, no ano de 2006, pois entre os 23 sócios-fundadores, sete são casados e os cônjuges também são cooperados. Entre os sete casais, um casal também tem filho cooperado e dois casais moram na mesma propriedade, resultando catorze propriedades no total. O gráfico a seguir aponta o tamanho das propriedades em relação ao número de produtores.

**Gráfico 10** – Número de propriedades que constituíram a BIOLEITE, de acordo com o tamanho em hectares.



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

Em relação à área das propriedades, a maioria é constituída por propriedade com até 40 hectares, representando 79% das propriedades. A presença das pequenas propriedades na composição da cooperativa é muito significativa, sendo ao todo onze estabelecimentos. O maior produtor, com 720 hectares, participou da constituição da cooperativa com o objetivo de auxiliar os demais para atingir o número mínimo de participantes para a constituição da cooperativa legalmente. O total de hectares dos produtores do início corresponde a 1825 hectares.

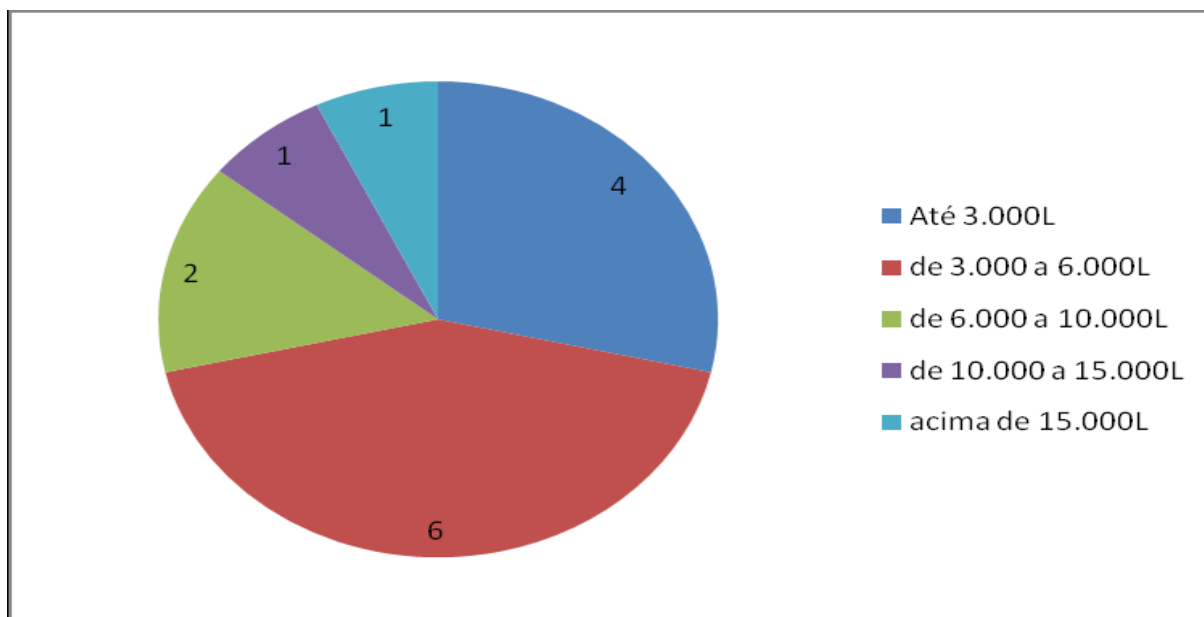
Das 15 famílias que constituíram a BIOLEITE, 13 trabalhavam em suas propriedades individualmente, com o auxílio de outros membros da família, como esposas ou maridos, e contratavam trabalhadores temporários apenas quando necessário. O leite era considerado a principal fonte de renda e a maioria ganhava até quatro salários mínimos e também adquiriu financiamentos com linhas de crédito do PRONAF acima de R\$10.000.

Os recursos adquiridos com os financiamentos foram destinados às melhorias na produção leiteira, como o aumento do rebanho, a aquisição de equipamentos e infraestrutura (resfriador, ordenhadeira, barracão) e ainda utilizavam parte do financiamento para o custeio da produção de alimentos para a silagem (milho, cana). Em relação ao valor dos financiamentos adquiridos via PRONAF, 34% dos produtores utilizaram financiamentos que variam de R\$ 4.000,00 a R\$ 10.000,00, e 58% dos produtores utilizaram valores acima de R\$ 10.000,00. Todos os produtores com menos de 40 hectares utilizaram o PRONAF para o financiamento.

Os produtores também trabalhavam com outras culturas, como mandioca e café, para auxiliar nas despensas; verduras, suínos, aves eram utilizados para autoconsumo. Os filhos dos produtores ainda moravam na zona rural, porém aqueles que atingiram a maioria trabalhavam e viviam na zona urbana. De modo geral, os cooperados moravam há mais de 10 anos no espaço rural e entraram para a atividade do leite por herança familiar.

A produção leiteira no período da constituição assim se apresentava: dez propriedades produziam no máximo 6.000 litros de leite, sendo que quatro delas produziam até 3.000 litros e seis produziam entre 3.000 e 6.000 litros; duas produziam entre 7.000 e 9.000 litros, uma entre 10.000 e 12.000 litros e uma acima de 15.000 litros. O gráfico a seguir apresenta a produção no período da constituição.

**Gráfico 11** – Volume da produção leiteira, de acordo com o número de produtores, no período de constituição da BIOLEITE, 2006.



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

O conjunto de produtores que constituíram a cooperativa possuíam um total de 495 vacas e um volume anual de cerca de 1 milhão e 164 mil litros de leite produzidos, ou seja, 97.000 litros/mês, com produtividade média de 2.351 litros/vaca/ano. A produtividade nacional, no mesmo período, era de 1.213 litros/vaca/ano, no Paraná era de 1.954 litros/vaca/ano e no Noroeste de 1.257 litros/vaca/ano, em 2006 (EMPRAPA, 2010). Mesmo possuindo uma boa produtividade média, a diferença entre os produtores da cooperativa era grande, com a menor de 730 litros/vaca/ano e a maior produtividade com 5.475 litros/vaca/ano. Por outro lado, é importante lembrar que apenas um produtor possuía 40% do total de vacas, com um rebanho de 200 cabeças.

Avaliando essas condições, os produtores percebiam o potencial de sua produção na busca por melhores preços do leite. Os dados dos questionários também apontaram um bom desempenho da produção, necessitando de algumas melhorias quanto às condições de ordenha, pastagem e ao armazenamento da matéria prima, que exige certo grau de especialização.

Um ponto importante é a questão da sazonalidade. A produção de leite sofre variação de acordo com o tempo, tendo maior produtividade no verão, em que o pasto, a principal fonte de alimentação do rebanho, está em melhores

condições. No inverno, devido a secas e geadas, a alimentação muitas vezes fica comprometida, interferindo na produção.

Os cooperados da BIOLEITE vendiam seu leite de forma isolada para os laticínios da região, de acordo com as propostas estabelecidas por eles verbalmente. Eram famílias que moravam próximas umas das outras, que não se sentiam satisfeitas com o que ganhavam com o seu produto. Os 23 produtores que resolveram participar constituem um total de 15 famílias: quinze residiam no município de Cruzeiro do Oeste, dois na área urbana, onze na estrada rural São Silvestre e um na estrada rural Rio Jama. Os produtores que residiam no município de Tapejara: seis residiam na estrada Tâmara, um na estrada Divisora e outro na estrada Tapejara-Tuneiras. A apresentação das estradas e a localização das residências são importantes, pois a coleta do leite realizada é classificada de acordo com as estradas rurais. Normalmente, quando um intermediário faz a linha de uma estrada rural, este, em sua maioria, coleta o leite em grande parte das propriedades localizadas naquela linha.

Sendo assim, em relação à BIOLEITE, 90% dos produtores apresentavam uma série de requisitos que definem sua atuação como agricultura familiar: trabalham em propriedades com menos de quatro módulos fiscais; o trabalho e a direção do empreendimento rural são realizados pela família; e a renda familiar é, predominantemente, originada de atividades econômicas vinculadas a sua propriedade.

#### 4.2 A CONSTITUIÇÃO DA BIOLEITE E O PAPEL DA IEES/CAU/UEM

O trabalho de acompanhamento e incubação da IEES/CAU/UEM tem como objetivo principal promover a preparação do grupo de acordo com o trabalho coletivo dentro dos Princípios Cooperativistas, buscando a organização de uma cooperativa de comercialização, seguindo os interesses do grupo e, após certo período, aprofundar o conhecimento das noções básicas sobre cooperativismo e associativismo de trabalho. No entanto, cada empreendimento tem um tempo para absorver as informações e os conhecimentos repassados, dependendo desse período para avançar às próximas etapas. Outro ponto importante é o envolvimento interno do grupo, pois influencia no andamento das etapas de constituição do empreendimento. Após esse período, é explicado sobre a formação

de estatuto e regimento da cooperativa, subsídios de gestão (administrativa e social), relacionamento interpessoal, contabilidade, até o grupo não precisar mais do auxílio da equipe.

Durante um período de seis meses, os produtores de leite realizaram reuniões para discussão de como viabilizar a proposta do novo empreendimento que vinha se constituindo, pelos princípios da Autogestão e da Economia Solidária. Os encontros aconteciam nas casas dos produtores e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos dois municípios. Visitas foram realizadas com outras associações de produtores de leite para compreender o processo de beneficiamento do leite, e também receberam a visita da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI)<sup>14</sup>, do assentamento Santa Maria de Paranacity-PR, que tem grande experiência com a produção de leite e organização autogestionária, para explicar como se estabelece as formas de trabalho e produção no empreendimento.

Por outro lado, os freiteiros responsáveis pela coleta dos produtores da BIOLEITE tentavam de variadas formas desestruturar a articulação dos produtores, pois iriam recolher menos quantidade de leite, resultando em valores menores no frete. Ameaçavam aqueles que tinham interesse em participar da cooperativa, dizendo que não pegariam mais o leite e que a cooperativa não traria resultados. Alguns que participaram de conversas iniciais ficaram com receio e deixaram o processo de constituição.

Os produtores tiveram a oportunidade de participar de encontros de economia solidária, trocaram experiências com produtores de outras localidades, conheceram melhor os princípios cooperativistas e se organizaram da melhor forma para o grupo. Várias reuniões foram realizadas para discutir o estatuto, regimento, e em novembro de 2006, através de votação, foi formalizada a BIOLEITE, um empreendimento solidário em forma de cooperativa, que abrange produtores dos municípios de Cruzeiro do Oeste e Tapejara. Para organizar a diretoria, foram eleitos presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e suplentes.

A proposta inicial da nova Cooperativa foi tentar alcançar melhores preços na comercialização do leite no aspecto da venda conjunta, mas seus objetivos compartilham dos mesmos, na frase de um produtor de outra localidade:

---

<sup>14</sup> Para aprofundamento acessar o artigo "Propriedades Coletivas, cooperativismo e Economia Solidária no Brasil" (MORAIS *et. al.*, 2011).

Industrializando o produto e colocando direto no mercado, ou diretamente para os pequenos agricultores, eles passariam a garantir um meio de vida melhor. Passariam a eliminar o atravessador e ter assim, uma vida mais coletiva e mais social. Até para a saúde deles seria melhor porque daí, a mão de obra era distribuída melhor, os filhos deles permaneciam ali com eles (MORAES, 1992, *apud* GEHLEN, 1998, p. 67).

Essa realidade sinalizava os objetivos prósperos da cooperativa, buscando a agregação de valor ao produto. No entanto, a constituição da cooperativa, naquele momento, foi possível devido ao trabalho realizado pela IEES/CAU/UEM. E o trabalho da incubadora foi possível por meio do financiamento para as iniciativas de economia solidária, fomentada pelo governo Federal, nesse caso, através de edital de agência de fomento, vinculada ao MCT, através da FINEP, com o projeto do Núcleo Local da UNITRABALHO/UEM, para o campus da UEM/Umuarama: *"Incubação de Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários"*, que contou com a parceria da Prefeitura Municipal de Umuarama, Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste e EMATER - Umuarama, contemplando a região Noroeste do estado do Paraná (Microrregião Entre-Rios).

De acordo com a equipe da Incubadora, o diferencial da BIOLEITE, que é importante ser destacado, consiste na iniciativa por parte dos produtores para a constituição da cooperativa. A percepção da necessidade desses produtores em se unirem é uma iniciativa que atualmente poucos trabalhadores reconhecem. Muitas vezes são explorados e são incapazes de uma articulação para exigir melhorias na qualidade do trabalho. O núcleo local UNITRABALHO/UEM tem o histórico de trabalho com grupos que foram constituídos por forças externas ao grupo, como Prefeituras, instituições religiosas e reconhece a importância da iniciativa no processo de construção de um grupo autogestionário.

#### 4.3 BIOLEITE - AÇÕES DOS PRODUTORES ORGANIZADOS COLETIVAMENTE

No início de 2007, com a cooperativa BIOLEITE constituída, de acordo com a presidente, a primeira ação da cooperativa foi a entrega de uma lista com o nome dos produtores para os freteiros terceirizados pelo laticínio A<sup>15</sup>, estabelecimento em que a maioria entregava o leite, informando que deixariam de

---

<sup>15</sup> Por questões éticas, não serão divulgados os nomes dos estabelecimentos na pesquisa.

entregar o leite. Nesse momento, o responsável pela linha de alguns produtores ameaçou o grupo, com falas de que estava disposto a "gastar dinheiro" para desestruturar a cooperativa. É fato que nenhum laticínio incentiva a organização coletiva de produtores, pois quanto mais isolados, melhores estratégias de manipulação no preço do leite. Diante dessa situação, alguns produtores sentiram-se ameaçados, deixando de participar do grupo.

Algumas discussões aconteciam com frequência entre produtores e freteiros, pois o processo de negociação era com a cooperativa e não mais com produtores isolados. Os conflitos existiram, pois a produção do grupo era significativa, com a quantidade de 150 mil litros/mês e de boa qualidade. Em estudo realizado com laticínios do Estado do Paraná, em 2007, sobre condições de pagamento, constatou-se que 15% dos laticínios recebem até 100.000 litros/mês e 43% recebem de 101.000 a 500.000 litros/mês (SOUZA, 2007).

Por outro lado, diante dessas situações, a diretoria do grupo buscou outros estabelecimentos para entregar o leite, que pudesse ser pago de forma mais justa e adequada com a produção. Entraram em contato com a Cooperativa B<sup>16</sup>, situada no município de Londrina-Pr, que congrega várias outras cooperativas. A diretoria da BIOLEITE foi até a sede, explicou as dificuldades do processo de comercialização em seus municípios e logo passou a vender o leite para a Cooperativa B, um estabelecimento diferenciado dos demais da região de Cruzeiro do Oeste pela iniciativa em pagar também pela qualidade do produto.

Como a qualidade é essencial na produção do leite, a cooperativa de Londrina passou a oferecer cursos e palestras aos cooperados, investiu no conhecimento dos produtores para que pudessem melhorar ainda mais a qualidade do leite, para atender às exigências da Instrução Normativa nº. 51. De acordo com Santos *et. al.* (2008), a qualidade nutricional (gordura, proteína, lactose e sólidos totais) e sanitária (contagem de células somáticas e microbiana) do leite é alcançada a partir de práticas desenvolvidas pelos indivíduos que se ocupam do manejo do rebanho, envolvendo alimentação, sanidade e ordenha, ou seja, pelos produtores que diretamente realizam a ordenha.

Com isso, os produtores começaram a receber melhores preços pelo leite e passaram a investir mais no processo de ordenha, uma vez que a higiene é

---

<sup>16</sup> Essa cooperativa é considerada do tipo tradicional.

necessária em todas as etapas do processo, essencial para a boa qualidade do leite. Outro fato importante nesse processo foi a ausência do freteiro. Desse modo, o grupo passou a negociar com a cooperativa diretamente, estabelecendo preços adequados, sem se preocupar com conflitos que ocorriam constantemente.

No entanto, a Cooperativa B realizava o pagamento de forma individual para cada produtor, variando o preço do litro de leite para cada produtor, de acordo com sua quantidade e qualidade. Porém, em 2008, o estabelecimento de Londrina deixou de pagar preços adequados ao produto da BIOLEITE, devido a alguns problemas internos e pela distância significativa da sede até Cruzeiro e Tapejara. Desse modo, os produtores passaram a vender leite para outro laticínio, o Laticínio C, que tem entreposto na região. E a partir de agosto de 2010, voltaram a vender o leite para a Cooperativa B. Abaixo, o quadro apresenta a forma de pagamento, o laticínio, o preço e o período da venda.

**Quadro 2** – Relação de laticínios, período de venda, preço e forma de pagamento para os cooperados da BIOLEITE.

PERÍODO	PREÇO	LATICÍNIO	PAGAMENTO
02/2007 – 06/2008	0,60	Cooperativa B	Individual
07/2008 – 07/2010	Base CONSELEITE	Laticínio C	Grupo
08/2010 - atual	Base CONSELEITE	Cooperativa B	Grupo

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Com essa mudança na comercialização da BIOLEITE, desde o processo de constituição da cooperativa até a busca de outros mercados, percebe-se a importância do aprendizado e conhecimento para os produtores. Com isso, é possível revalorizar as capacidades e as prioridades dos agricultores, envolvendo-os como participantes ativos em todas as fases do desenvolvimento e colocando os seus conhecimentos locais e antigos com os novos, como elementos-chave na formulação de alternativas produtivas sustentáveis (GUIVANT, 1997).

#### 4.4 A BIOLEITE APÓS QUATRO ANOS DE CONSTITUIÇÃO

Essa parte do trabalho tem o objetivo de analisar as informações levantadas através dos métodos de pesquisa, como levantamento e análise do referencial teórico, entrevistas, questionários, observações e analisar os resultados para obter as informações referentes às perguntas norteadoras desse trabalho, principalmente em relação às mudanças alcançadas pelos produtores e seus efeitos após a constituição da BIOLEITE.

O trabalho realizou pesquisas de documentos e informações sobre a comercialização do leite na região e as ações da cooperativa, no entanto com pouco êxito, devido à dificuldade de encontrar materiais sobre a questão do leite, pela informalidade dessa cadeia produtiva nos municípios em questão. Como a região não pertence às mais produtivas do Estado do Paraná, existe um obstáculo em coletar materiais científicos sobre esse assunto. Por outro lado, a falta de documento e de informações permite investigar e elaborar o material destinado para o conhecimento da comercialização do leite nessa localidade.

Na área geográfica da pesquisa, a cadeia do leite tem características peculiares, encontrando dificuldades também quanto ao acervo bibliográfico e documentos sobre a forma de transporte do leite da propriedade rural para os laticínios, como é o caso dos trabalhadores terceirizados, que são responsáveis em recolher o leite na propriedade. Foi possível perceber que existe, por parte desses trabalhadores, uma configuração pré-estabelecida de suas linhas de trabalho, pois não existem contratos em registro de imóveis sobre a propriedade dessas linhas.

Para o conhecimento detalhado do objeto de estudo, foram analisados os questionários realizados com os cooperados no início da constituição da BIOLEITE, aplicados pela IEES/CAU/UEM. A análise dos questionários foi realizada de forma descritiva, apenas para a compreensão e apresentação das características dos cooperados e de suas propriedades, para melhor conhecimento do universo em que esses produtores estão inseridos. Para comparar e analisar os dados atuais foi aplicado um novo questionário com as mesmas informações, para facilitar o tratamento dos dados.

Na busca por informações iniciais para saber como se estabelece a comercialização do leite por parte dos produtores, foram realizadas entrevistas com a presidente e com o vice-presidente da cooperativa para o entendimento do início

das ações da cooperativa, pois eles participaram desde o começo da constituição, e também foram entrevistados funcionário de laticínio e técnicos da incubadora.

#### 4.4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS PRODUTORES DA BIOLEITE

Após quatro anos da sua constituição, os cooperados da BIOLEITE permanecem entregando o leite, porém com algumas modificações do período inicial. Dos 23 sócio-fundadores, seis deixaram de participar, sendo um casal que deixou o meio rural para trabalhar em outra atividade na cidade, um filho de cooperado que se casou e mudou para zona urbana e outros três produtores, alegando a falta de interesse em continuar na cooperativa, inclusive o maior produtor, que tinha 40% do total do número de vacas. Com isso, quatro estabelecimentos deixaram de entregar o leite como BIOLEITE. Uma forma de avaliar o desempenho dos produtores organizados coletivamente é comparar os dados anteriores à constituição aos de quatro anos após a sua constituição.

Sendo assim, os questionários foram realizados com os cooperados responsáveis pelas dez propriedades da BIOLEITE que iniciaram e permanecem juntos entregando o leite, que representam o número de famílias e propriedades, num total de dezessete cooperados. O trabalho de campo foi realizado entre os dias 06 de setembro a 21 de setembro de 2010, nos municípios de Cruzeiro do Oeste e Tapejara, nos estabelecimentos dos produtores.

Para a realização dos questionários foi feito um estudo sobre indicadores, utilizando aqueles para encontrar as informações necessárias que correspondam às condições atuais dos produtores e às mudanças em relação ao período de constituição.

Em relação aos entrevistados, foram levantadas informações sobre as características gerais dos sócios-fundadores, como faixa etária, gênero, naturalidade, escolaridade, os aspectos sociais através das condições de domicílio, e os aspectos econômicos, como produção, área destinada à produção leiteira, renda, utilização de recursos financeiros via PRONAF.

O acesso às propriedades diferencia-se entre produtores. Entre os produtores de Cruzeiro do Oeste, apenas dois encontram dificuldades quanto ao acesso às propriedades, principalmente no período de chuvas. Quanto aos produtores de Tapejara, estes moram distantes da malha rodoviária, onde no

período chuvoso o solo apresenta erosões, característica do arenito na época de chuvas, dificultando a locomoção do caminhão resfriador às propriedades.

Alguns indicadores apontam para a realidade em relação aos aspectos sociais da população. De acordo com o (IBGE, 2008), para a análise em relação aos indicadores sociais, estes são representados por alfabetização, condições de moradia e renda *per capita*. Em relação ao trabalho, alguns dados serão apresentados: naturalidade, faixa etária, escolaridade, condições de moradia, renda *per capita*.

Em Tapejara, as cinco famílias que participam da cooperativa têm vínculo parentesco entre elas, sendo quatro famílias residentes na mesma estrada rural. Isso reflete na confiança entre os produtores e nas relações de grupo, contribuindo para o fortalecimento do coletivo e também no sentido de auxiliar os que buscam pela melhoria na produção e na especialização.

Entre os cooperados, nove são homens e oito mulheres. O papel da mulher é essencial tanto para a produção quanto para a participação na cooperativa, uma vez que todas auxiliam seus maridos na produção, sendo três responsáveis pela produção leiteira na propriedade (ou coordenam a atividade leiteira), enquanto os cônjuges trabalham em outras atividades, como café ou mandioca. A mulher tem um cuidado maior quanto à higiene, tanto na lavagem dos tetos quanto ao recipiente de armazenamento, que é fundamental para a manutenção da qualidade do leite. Vale lembrar que, no Paraná, as mulheres representam 32% do pessoal ocupado nos estabelecimentos familiares de acordo com o IBGE, em 2006 (2006). No Brasil, esse dado diminui para 13,7%, representando pouco mais de 600 mil estabelecimentos familiares, e na agricultura não familiar esse dado não chega a 7% (IBGE, 2006). De acordo com o relato de uma produtora, apenas ela realiza a ordenha, pois o rebanho não se aproxima quando é outra pessoa.

Dos dez produtores responsáveis pela propriedade, apenas um não tem dedicação exclusiva para a propriedade, sendo a atividade principal na zona urbana. No Brasil, em 2006, 26% dos responsáveis pela propriedade também dedicam seu tempo em atividades fora do estabelecimento, tanto em agropecuárias como não agropecuárias (IBGE, 2006).

A faixa etária dos produtores está entre os 30 aos 69 anos, na qual a maioria se encontra na faixa dos 30 a 40 anos, nascidos na década de 1970, e se tornaram produtores de leite devido à influência dos pais, que ainda trabalham nessa

atividade ou em outra atividade rural. A questão da faixa etária mostra-se importante a partir do momento em que a questão do jovem vem sendo discutida sobre a sua permanência no campo, no sentido de dar seguimento às atividades rurais. O quadro abaixo apresenta a faixa etária dos cooperados.

**Quadro 3** – Faixa etária dos produtores cooperados, em 2010.

<b>Faixa etária</b>	<b>Número de Produtores</b>
20 aos 29 anos	1
30 aos 39 anos	6
40 aos 49 anos	3
50 aos 59 anos	4
60 aos 69 anos	3

**Fonte:** Dados da pesquisa.

A partir da década de 1970, no noroeste do Paraná, principalmente depois do declínio da cultura cafeeira, muitas famílias deixaram o espaço rural para a tentativa de vida na cidade, ou os pais permaneceram e os filhos migraram para zona urbana. No caso dos produtores da BIOLEITE, esta situação vem no sentido contrário, em que os mais jovens buscam alternativas para continuar suas atividades no espaço rural. No entanto, os filhos adolescentes desses produtores já sinalizam a opção de buscar trabalho na zona urbana.

A importância de apresentar os dados sobre os jovens observa-se quando existe a discussão sobre a permanência do homem no campo, ou a famosa frase de "fixar o homem ao campo", pois muitos jovens que vivem hoje nos estabelecimentos agropecuários não pretendem seguir a mesma profissão dos pais, principalmente as mulheres. O maior problema em relação a essa discussão gira em torno de proporcionar oportunidades e um espaço onde os jovens sintam-se seguros em relação ao trabalho com a terra. De acordo com Abramovay (1998), é importante que as políticas de desenvolvimento rural priorizem a distribuição de subsídios como crédito, terra e educação, onde o conhecimento caminhe paralelamente com as práticas da rotina rural, uma vez que a permanência dos jovens no meio rural vem reduzindo.

Apresentar as origens dos cooperados é importante para compreender suas histórias ou as influências da forma de organização coletiva. Os

dados do gráfico abaixo apontam que a maioria dos produtores nasceu em Cruzeiro ou Tapejara, que representa também a maioria entre a faixa etária dos 30 a 40 anos. Alguns deles são filhos ou irmãos dos sócios-fundadores, que vieram, em sua maior parte, do norte do Paraná e Minas Gerais. Em seguida, aqueles que nasceram no norte do Paraná, Minas Gerais e São Paulo. O quadro abaixo apresenta a origem dos produtores.

**Quadro 4 – Naturalidade dos produtores da BIOLEITE.**

<b>Localidade</b>	<b>Número de produtores</b>
Cruzeiro/Tapejara	7
Norte do Paraná	5
São Paulo	1
Minas Gerais	4

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Com base nessas configurações, percebe-se que os participantes da cooperativa integram-se à história do noroeste paranaense e sua forma de ocupação, principalmente a terceira fase, colonizada por pessoas do norte do Paraná ou dos estados de Minas Gerais ou São Paulo.

De acordo com o (IBGE, 2008), a educação tem a responsabilidade principal na formação do conhecimento, processo que enobrece a natureza humana, ao contrário do analfabetismo, que prejudica a mobilidade social do homem em qualquer faixa etária, considerado fator de marginalização. No Brasil, a taxa de analfabetismo está relacionada com as áreas rurais do país, onde os dados apontam de 7,6% na zona urbana e 23,3% na área rural, sendo a do país, total de 10%, entre pessoas de 15 anos ou mais de idade.

Em relação à agricultura familiar, entre os 11 milhões de pessoas e com laços de parentesco com o produtor, quase sete milhões, ou seja, a maioria sabia ler e escrever, representando 63%. Por outro lado, existem mais de quatro milhões de pessoas que declararam não saber ler e escrever, principalmente pessoas com 14 anos ou mais, sendo 3,6 milhões de pessoas. Por outro lado, os dados dos produtores da BIOLEITE são divergentes quanto à escolaridade na zona rural, conforme o quadro a seguir.

**Quadro 5** – Escolaridade dos produtores da BIOLEITE, em 2010.

Escolaridade	Número de produtores	Porcentagem (%)
Analfabeto	0	0
1 grau incompleto	3	18
1 grau completo	6	35
2 grau incompleto	1	6
2 grau completo	7	41
3 grau completo	0	0

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Considerando os resultados dos dados pesquisados, a escolaridade vai além dos índices brasileiros da população rural. Os cooperados estão em nível educacional superior ao da média nacional na zona rural, onde todos os produtores já frequentaram os estabelecimentos de ensino. No entanto, o maior grau de escolaridade dos produtores está relacionado com os cooperados mais jovens, sendo também o maior índice de escolaridade, devido ao crescimento nessa faixa etária de acordo com a conjuntura nacional e o maior acesso ao conhecimento e do esclarecimento sobre a importância da educação. Em comparação aos índices dos municípios, os índices da BIOLEITE apresentam um bom resultado, onde em Cruzeiro do Oeste a taxa de analfabetismo é de 15,9% e Tapejara 15,1%, de 15 anos ou mais, em 2000 (IPARDES, 2010).

Dos doze cargos da diretoria formada, apenas 3 estão na faixa do 1º grau, os demais compreendem entre 2º grau incompleto ou completo. Isso apresenta um grau de esclarecimento por parte desses produtores na ocupação dos cargos, sendo necessário um conhecimento das funções necessárias para cada cargo. No entanto, é importante lembrar que todos os produtores, desde o início da cooperativa, não buscaram qualificação em relação aos estudos, mantendo o mesmo nível de escolaridade do início da cooperativa. Alguns produtores alegam falta de tempo, ou a falta de interesse em voltar para os estudos.

A educação por parte dos produtores facilita o processo de inovação da especialidade na propriedade rural, uma vez que essa realidade demanda um maior grau de escolaridade, devido à tecnologia das máquinas. Com o grau de escolaridade, facilita quanto à higiene e à utilização das máquinas.

Um outro ponto importante é em relação à educação dos filhos dos produtores que ainda moram ou dependem financeiramente dos pais. No total são 10 indivíduos, estando todos matriculados regularmente nos estabelecimentos de ensino, na zona urbana, pois nenhum dos municípios oferece o ensino na zona rural. Sendo assim, uma das lutas dos pais, nesse caso, é por não terem acesso à condução por parte do município. E aqueles que atingem o segundo grau estão dando continuidade ao ensino superior no município de Umuarama. Inclusive, um dos produtores de Tapejara alegou estar morando na propriedade atual para facilitar o acesso dos filhos à universidade, por ser mais próximo da cidade.

De acordo com o IBGE (2008), para verificar os indicadores sociais em relação aos domicílios, procura-se verificar se estes estão sendo atendidos por um conjunto de ações públicas. Para isso, é preciso que um domicílio seja ao mesmo tempo por serviços públicos de saneamento através da rede geral de abastecimento de água com canalização interna, estar ligado à rede geral de esgotamento sanitário e/ou rede pluvial e com serviço de coleta de lixo diretamente no domicílio, que constitui um grau de cobertura e atuação do poder público e de maneira pela qual estes serviços estão distribuídos entre a população. Em 2007, a média nacional era de 62,4% dos domicílios urbanos com atendimento simultâneo destes serviços e o sul do país com 63%.

Em relação aos sócios-fundadores, todos moram em residências próprias, adquiridas por compra ou por herança, sendo apenas uma residente na zona urbana, cuja ocupação principal não é a pecuária leiteira e a média de pessoas residentes é de 3,6 por domicílios.

Como a maioria mora na zona rural, a forma de abastecimento de água provém de poços, que abastecem a residência e a propriedade de forma geral. A forma de esgoto é através de fossa rudimentar, não existindo rede coletora na zona rural. Essas características englobam todos os produtores que residem no campo.

Em relação ao destino do lixo, como não existe o sistema de coleta pública, seis do total das propriedades queimam o material, sendo um agravante em relação a essa situação. A queima de produtos, principalmente o plástico, traz consequências ao meio ambiente e a discussão sobre isso tem sido intensa quanto à educação ambiental. Os produtores reconhecem que essa ação é prejudicial ao meio ambiente, mas alegam que ainda não existe um sistema de coleta rural, uma

vez que as prefeituras dos municípios responsabilizam-se em buscar o material, desde que avisada a quantidade, porém são raras as coletas. Em relação aos produtores que reciclam, estes são os responsáveis em levar o material para a cidade, para cooperativas ou associações de recicladores.

Todos têm energia elétrica em suas propriedades. Em relação ao computador, seis propriedades possuem acesso, sendo apenas duas com acesso à *internet*, situadas no município de Cruzeiro do oeste, que já possui esse serviço na zona rural. Em relação aos serviços de saúde, 10 tem o Sistema Único de Saúde (SUS) como a única opção, e outros têm convênios ou planos de saúde.

#### 4.4.2 Descrição e Análise do Processo Produtivo

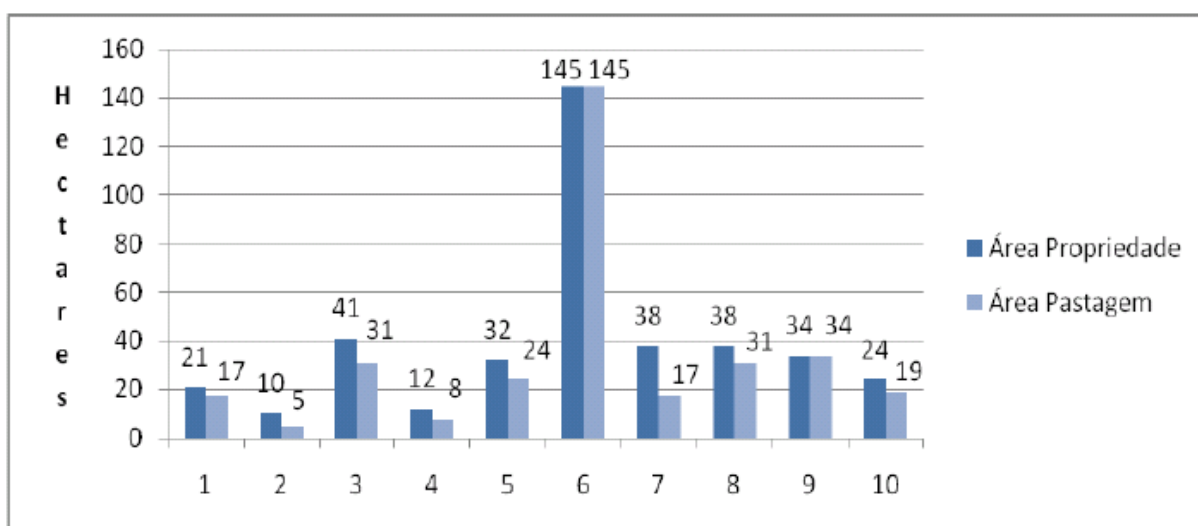
O segundo capítulo apontou características importantes quanto à região do objeto de estudo, que esclarece a estrutura produtiva e qual a BIOLOEITE está inserida, como o processo de ocupação, os índices sociais e econômicos, as culturas produtivas, entre outros. No entanto, a divisão em pequenas propriedades favoreceu a mão-de-obra familiar, garantindo o sustento da família com culturas variadas, inclusive a pecuária leiteira, após o declínio da cultura cafeeira.

O levantamento dos aspectos econômicos das propriedades revela as características de como a estrutura produtiva está organizada para a obtenção da renda, proporcionando a sustentabilidade da família. Para analisar os impactos econômicos, principalmente em relação à agricultura familiar, é importante averiguar os seguintes aspectos: crescimento de renda e crescimento na capacitação da agricultura familiar, verificados através da produtividade, produção e área de produção. No entanto, para verificar se houve alguma modificação, algumas hipóteses são importantes quanto à questão familiar, tais como: aumento da produção; aumento da área de produção; produtividade; aumento da renda; aumento do número de pessoas ocupadas na família; aumento do número de contratação de terceiros; aumento do número de máquinas; dificuldades em pagar as parcelas do financiamento; agregação de valor ao produto.

Em relação às propriedades, oito delas estão entre vinte e quarenta hectares e a atividade destina-se à pecuária leiteira. Apenas uma tem área com mais de 100 hectares, devido à atividade principal não ser a pecuária leiteira, onde esta se destina apenas para auxílio de custos para o casal que cuida da

propriedade. Nesses últimos quatro anos, cinco propriedades conseguiram aumentar o tamanho destinado às atividades de pastagem, conforme aponta o gráfico<sup>17</sup>, a seguir.

**Gráfico 12** – Área total das propriedades e a área total de pastagem dos produtores da BIOLEITE, em hectares, em 2010.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

No Brasil, a média do tamanho dos estabelecimentos familiares é de 18,3 ha, sendo o da BIOLEITE 39,5 ha, enquanto os estabelecimentos não familiares têm a média de 309 ha. Considerando apenas aqueles que moram na propriedade, o tamanho reduz para 19,7 ha, semelhante à média nacional. No estado do Paraná, esse tamanho diminui para 14 ha, de acordo com o censo agropecuário de 2006 (IBGE, 2006).

De acordo com os dados do gráfico, a área destinada à pastagem representa mais de 50% da área total, apontando a dedicação dos produtores para a pecuária leiteira. Estes também se dedicam a outras culturas, como mandioca e café. A diversificação da produção é importante por fornecer outras fontes de renda e promover maior segurança alimentar para a família, porém a renda obtida com as demais atividades é inferior ao leite. Com isso, os dados revelam a importância da pecuária leiteira para as famílias da BIOLEITE em relação à produtividade dos empreendimentos.

<sup>17</sup> Os gráficos estão enumerados de 1 a 10, representando as propriedades dos produtores, sendo os números equivalentes em todos os outros gráficos.

Uma colocação importante dessa conjuntura foi de Buainain *et. al.* (2003), que ressaltam a importância da produção de leite para a agricultura familiar, comparando a pecuária leiteira a uma âncora, no sentido de fixar o agricultor familiar no campo e, independentemente da quantidade, o produtor consegue rendimentos com a atividade. Essa realidade coincide com os produtores da BIOLEITE, que desde o produtor que menos coleta o leite até o maior conseguem vender para o laticínio.

Por outro lado, Lugão (2008) revela que após um diagnóstico da atividade leiteira na agricultura familiar do Paraná, constatou-se que as propriedades, em sua maioria, não empregam boa parte das práticas básicas como: análise do solo, conservação do solo, registro de indicadores técnicos e econômicos. Com isso, a maioria das pastagens é considerada degradada e erodida, abaixando a produtividade, refletindo na baixa produção de alguns produtores, não atingindo o potencial produtivo de seu rebanho.

No entanto, no Noroeste, a atividade leiteira ainda precisa de melhorias quanto à especialização da produção, entretanto, garante o sustento de várias famílias que dependem dessa atividade. Essa conjuntura é notável em relação aos projetos elaborados pelo CONSAD, nos quais dois deles são destinados à pecuária leiteira, tanto para a constituição de cooperativa como para a instalação de laticínio, em outros municípios. Esses projetos captaram recursos, ultrapassando R\$350 mil reais, que possibilita um avanço no desenvolvimento da atividade na localidade.

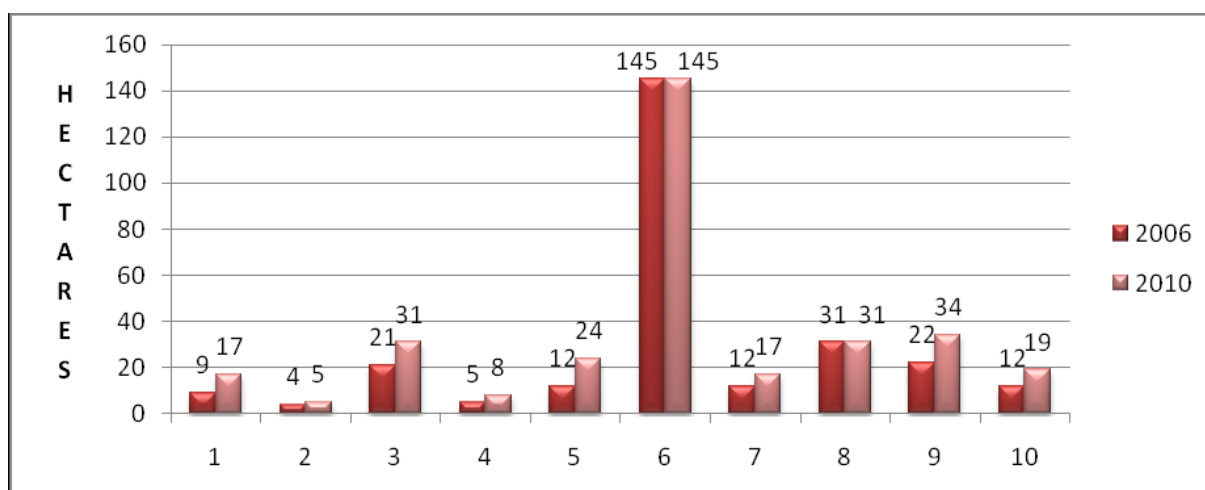
Essa realidade também se faz presente quanto aos empreendimentos econômicos solidários, no total de 21 espalhados na região noroeste, oito são classificados como produtores de leite, o que reflete na importância dessa cadeia produtiva. Além do mais, a incubadora vem trabalhando com pequenos e médios empreendimentos de laticínios para trabalhar com novas tecnologias, num total de 14 laticínios.

Em relação à assistência técnica, sobretudo a EMATER, poucas visitas são realizadas nas propriedades, tanto em Cruzeiro do Oeste como em Tapejara. Por outro lado, no município de Cruzeiro do Oeste, todos recebem a assistência do médico veterinário da Secretaria de Agricultura. Por outro lado, os produtores de Tapejara precisam pagar assistência particular para auxílio na atividade.

No questionário inicial, para todos os produtores, sobre as melhorias necessárias para a produção leiteira, foi unânime em relação à pastagem, pois, para uma boa qualidade do leite, é importante cuidar de sua alimentação e todos os produtores reconhecem essa situação.

Após quatro anos, a produção variou para a maioria dos produtores tanto em relação à área da pastagem como para a produção leiteira. Sobre a área da pastagem, o aumento variou entre 3 ha a 12 ha, que significa também uma dedicação maior à produção, tanto utilizada para pastagem como para a plantação de milho e cana para silagem. Dentre as dez propriedades, sete tiveram aumento na pastagem, como pode ser visualizado no gráfico abaixo.

**Gráfico 13** – Variação da área de pastagem das propriedades, entre 2006 a 2010.

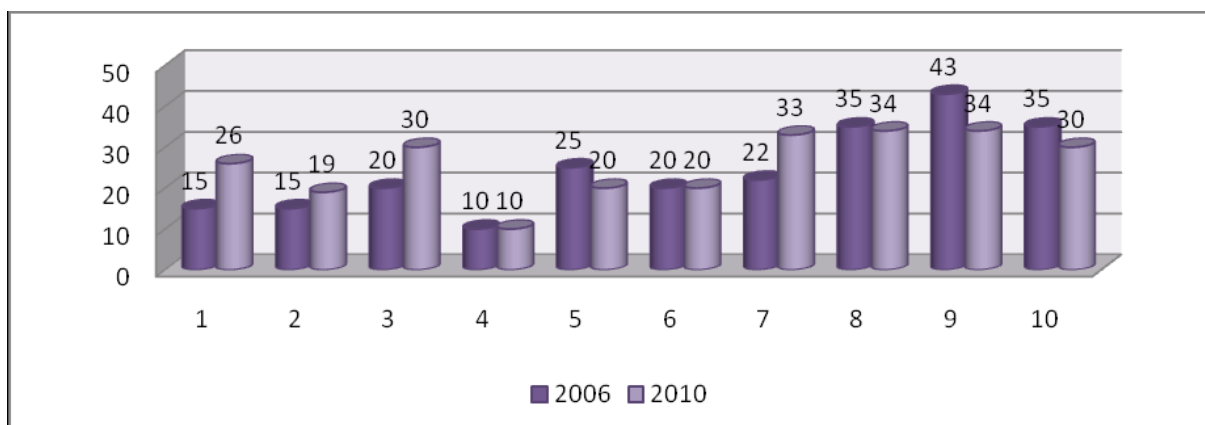


Fonte: Dados da pesquisa.

Um dos indicadores em relação ao aumento da produtividade relaciona-se com o aumento da área de produção. No caso da produção leiteira, é a área da pastagem que identifica essa relação. De acordo com os dados do gráfico, dois produtores permanecem com a mesma área de pastagem e oito tiveram aumento. O aumento varia entre 25% e 100%, sendo uma média de 59%. A área de pastagem teve o aumento, principalmente para a alimentação do gado leiteiro, como

milho e cana. O gráfico a seguir apresenta a variação do rebanho<sup>18</sup>, durante os quatro anos.

**Gráfico 14** – Variação do número de gado leiteiro dos produtores que permaneceram na BIOLEITE, entre os anos de 2006 e 2010.

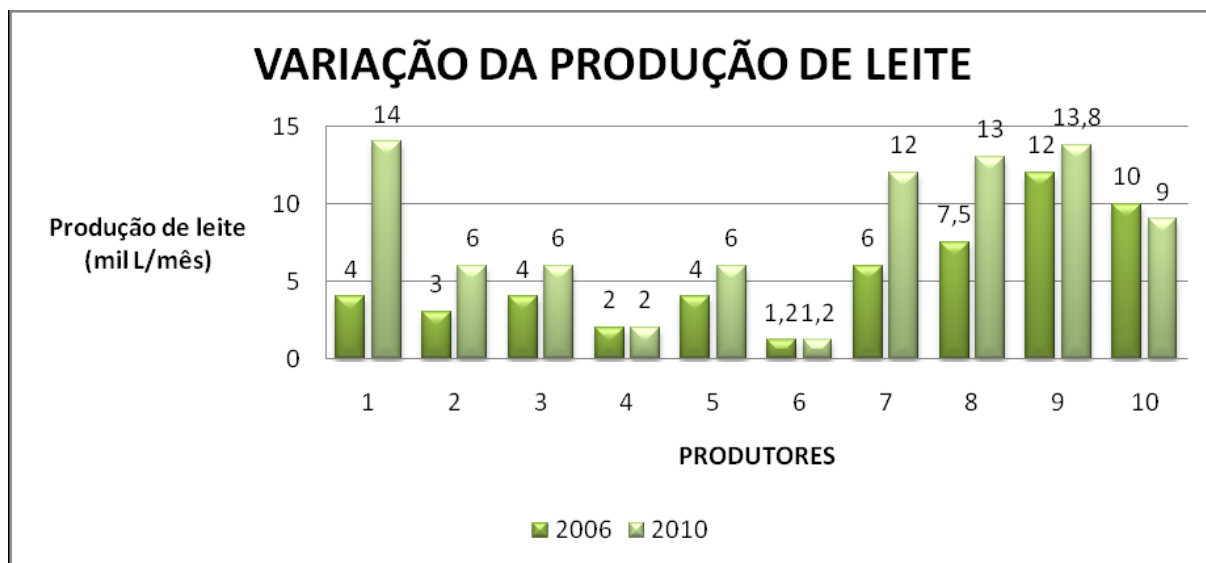


**Fonte:** Dados da pesquisa.

Em relação ao gado leiteiro, o gráfico apresenta um dado importante. Dos dez produtores, dois permanecem com a mesma quantidade, quatro diminuíram e quatro aumentaram. Dos quatro que aumentaram o número de animais, os dados variaram de 26% a 73%, com média de 49%. Em relação aos que diminuíram, esses dados variaram entre 25% e 3%, numa média de 17%, no entanto três deles aumentaram a produção e um diminuiu, como aponta o gráfico a seguir.

<sup>18</sup> A maioria do rebanho é da raça Girolanda, sendo o cruzamento da raça Holandesa, de origem europeia que tem alta produtividade, com o cruzamento da raça Gir, que tem origem indiana, adaptável ao clima quente (SANTOS, 2008).

**Gráfico 15** – Variação da produção leiteira entre os produtores que permaneceram na BIOLEITE, entre os anos de 2006 a 2010.



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação à produção de leite, dois produtores permanecem com a mesma produção e um diminuiu em 11%. Em relação aos que aumentaram, houve um aumento significativo num total de sete, com valores entre 15 a 250%, com média de 86% de aumento. Dos sete que tiveram aumento, quatro deles também aumentaram o rebanho, e os demais tiveram o rebanho diminuído. No entanto, o produtor que obteve o menor índice de aumento precisou vender parte do rebanho para quitar a propriedade, mas estava aumentando a sua produção, entretanto, sua produção é a segunda maior. No geral, a BIOLEITE teve um aumento de 56% em sua produção.

Ao analisar os dados dos três gráficos, percebe-se que a maioria aumentou a produção, e entre estes, também tiveram aumento na área de pastagem, fator influenciado pela melhoria na alimentação do gado, garantindo melhor produtividade do rebanho. O produtor que diminuiu a produção foi devido às condições do animal, pela idade. Comparando com os índices iniciais, dos catorze estabelecimentos, quanto à quantidade do rebanho, o grupo teve uma diminuição de quase 50%, caindo de 495 para 256 cabeças. Quanto à produção, a cooperativa tem atualmente uma produção mensal considerável, em torno de 83.000 l/ mês, enquanto no início era de 97.000 l/mês, diminuindo apenas 16%.

Portanto, conclui-se que os produtores melhoraram na questão da produção do animal, devido à alimentação do rebanho, uma vez que a área destinada à pastagem vem sendo tratada de forma adequada, com ração de boa qualidade e a inseminação do rebanho. O trabalho realizado pela Prefeitura do Município de Cruzeiro do Oeste, por meio da Secretaria de Agricultura, através do Programa de Inseminação Artificial, vem desenvolvendo junto aos produtores a inseminação para melhorar a genética do rebanho e produzir leite de boa qualidade, alcançando resultados positivos.

Por outro lado, os produtores do município de Tapejara, que fazem parte da mesma família, adquiriram, via financiamento do PRONAF, um botijão de sêmen para manutenção e auxílio na inseminação, feita pelos próprios produtores, que adquiriram essa prática por meio de cursos e treinamentos. Aqueles que diminuíram o rebanho fizeram por descarte, para obter recursos para o financiamento, ou aumentar a área de pastagem, que auxilia na questão da alimentação do animal.

Desse modo, o uso da inseminação artificial é fundamental, como aponta Bertollo (2002), para potencializar a produtividade do animal, como: o aproveitamento máximo do potencial genético dos reprodutores de qualidades superiores; uniformização dos rebanhos a partir de um único pai; possibilidade de manutenção e disseminação de caracteres genéticos favoráveis do reprodutor. Com essa dinâmica, o produtor não tem a necessidade de realizar altos investimentos.

Em se tratando de produtividade, de acordo com a produção anual por animal, em 2006 a cooperativa tinha uma produtividade de 2.351 vaca/litro/ano, com as 14 propriedades. Após quatro anos, esse número aumentou para 3.679 vaca/litro/ano, mesmo diminuindo quatro produtores, inclusive o de maior produtividade, a cooperativa atingiu um aumento de 56%. A média da produtividade dos dez maiores municípios produtores de leite encontra-se em 3073 vaca/litro/ano, próximo ao índice de Toledo, que é o segundo maior município em produção do estado do Paraná, com o valor de 3.833 vaca/litro/ano (ROLPI; DIGIOVANI, 2008). Esse dado aponta o considerável aumento da produção da BIOLEITE e o empenho dos produtores.

A funcionalidade dos produtores, nesse caso, diverge da realidade da região noroeste quanto à produtividade, que apresenta, desde 2000, um *déficit* na produção. Nesse caso, é importante destacar o papel dos produtores em relação à

busca de medidas para a melhoria da produção, uma vez que a região vem se fortalecendo enquanto produtora de cana, conforme os dados apresentados no segundo capítulo.

Por outro lado, os programas de financiamento da agricultura familiar para a produção leiteira vêm auxiliando os produtores quanto à especialização da produção que, conseqüentemente, vem apresentando resultados satisfatórios. Essa realidade favoreceu para que os produtores pudessem buscar mecanismos para potencializar a produção, sendo que a qualidade nutricional e a sanidade do leite relacionam-se com as práticas do produtor responsável pelo manejo do rebanho, alimentação, sanidade e ordenha, que, adequados às normas, garantem a qualidade da matéria prima.

A avaliação do rendimento mensal de trabalho permite identificar as condições de sustentabilidade dos produtores e seus familiares. O trabalho analisou a renda bruta e líquida de cada estabelecimento, pois as características familiares diferem entre os produtores, desde o número de pessoas residentes no domicílio e as demandas de cada família, até o tratamento de saúde ou pessoas que não apresentam condições para o trabalho.

**Tabela 5** – Valores bruto e líquido, produção anual e receita anual dos produtores da BIOLEITE, entre 2006 e 2010.

Classificação	2006	2010 (até setembro)	Varição percentual
Valor Bruto (valores reais)	2.310,00	5.253,00	127%
Valor Bruto (salários mínimos <sup>19</sup> )	6,6	10,3	56%
Valor Líquido (valores reais)	840,00	1.683,00	100%
Valor Líquido (salários mínimos)	2,4	3,3	37,5%
<b>Produção anual</b>	<b>27.720,00</b>	<b>63.036,00</b>	<b>127%</b>
<b>Receita anual</b>	<b>9.310,00</b>	<b>20.196,00</b>	<b>116%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Considerando os dados da tabela, os produtores tiveram um aumento significativo em relação aos valores da produção anual, porém se percebe que a pecuária leiteira é uma atividade cujo custo da produção é alto, como apontam os valores líquidos.

<sup>19</sup> O salário mínimo em 2006 era de R\$350,00 e em 2010 R\$ 510,00 (MTE, 2010).

Considerando as receitas dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, a agricultura familiar corresponde a 1/3 das receitas, visto que quase 3 milhões (69%) dos produtores familiares declararam ter obtido alguma receita no seu estabelecimento em 2006. Por outro lado, quase 1/3 da agricultura familiar declarou, em 2006, não ter obtido receita naquele ano. Considerando os dados dos agricultores familiares brasileiros que declararam renda em 2006, estes disseram ter receita média de R\$13,6 mil e produção anual de R\$ 13,99 mil, em que 3,9 mi de estabelecimentos familiares declararam algum valor de produção em 2006 (IBGE, 2006).

Comparando os dados com os produtores da BIOLEITE, em relação à produção anual, ou o valor de toda a produção de 2006, estes tiveram índices maiores que a agricultura familiar brasileira, no entanto as receitas, ou as vendas, foram maiores. No entanto, os dados de 2010 não foram possíveis de se comparar por não existirem publicações ainda sobre os dados da agricultura familiar brasileira.

Relacionando os dados com o Estado do Paraná, as receitas obtidas da agricultura familiar, no ano de 2006, onde 233.540 estabelecimentos declararam ter esse tipo de renda, o valor foi de R\$ 24.715, ou seja, 165 % a mais que os produtores da BIOLEITE. Quanto ao valor da produção, dos 273.955 estabelecimentos que declararam essa renda, foi de R\$ 24.968, ou seja, 11% a menos que os produtores da BIOLEITE.

Em relação ao preço do leite, que é o objeto de disputa pelos produtores, no período de formação da cooperativa girava em torno de R\$0,39 a R\$ 0,50 centavos, dependendo de quem exigia mais pelo seu produto. Abaixo, segue a fala de uma produtora quanto ao preço do leite.

*E a diferença entre os laticínios, não é o valor do litro de leite, e sim cumprir aquilo que combinou. [...] A gente combina um prazo de seis meses. E é isso que a gente quer, uma garantia pra poder trabalhar sossegado, aí não importa se estão pagando 0,10 centavos a mais, ou a menos, a gente sabe que o grupo vai receber o valor combinado e você se volta a trabalhar mais na propriedade e não se preocupar mais, pois antes, todo mês tinha que ficar brigando, todo mês era o mesmo sofrimento e aí trabalha de uma forma que não se tem certeza de nada, era angustiante mesmo, e isso mudou, deu ânimo pra poder continuar, melhorar, querer estar investindo, e assim, você consegue se programar num prazo de seis meses, e como nós trabalhamos com a projeção do Conseleite, quando sai, você já sabe quanto vai receber pelo leite que eu entrego hoje, antes não, só sabia no dia em que era feito o pagamento. Aí você tinha que brigar*

*pela "esmola" dois, três dias depois, pra que os laticínios pagassem o leite de forma mais justa, pois o preço do leite era tão baixo, que depois tinha que brigar pela "esmola". Agora não, eu entrego o leite nesse mês e já sei o quanto vou ganhar por ele.*

Atualmente, os produtores vendem a matéria prima de acordo com os preços tabelados pelo CONSELEITE, acima do padrão, sendo que o preço estabelecido no período do trabalho de campo era de R\$ 0,70 centavos. Comparando esses dados, o aumento do preço do leite para os produtores foi de aproximadamente 60%, nos últimos quatro anos.

Nesse caso, Damasceno (2008) conclui que a participação dos produtores na formação do preço e nas condições de negociação do produto é mínima. Na maioria das vezes, o produtor conhece o quanto o produto vale depois de entregue à indústria. "Felizmente, os produtores começam a se mobilizar e descobrem que podem fazer frente a esses impositivos do mercado, sob a forma de associações de produtores, cooperativas de comercialização, agregação de valor ao produto leite." (DAMASCENO, 2008, p.281).

Por outro lado, dos dez estabelecimentos, oito ainda se encontram em fase de financiamento com as linhas do PRONAF, que estabeleceram no período de 2006, ou posteriormente. O financiamento dos produtores é destinado à produção leiteira, como a construção do barracão para a ordenha, ordenhadeira mecânica, resfriador, aquisição de gado leiteiro, botijão de sêmen, e aqueles abaixo de R\$ 10.000 são destinados à plantação de milho para silagem. Os produtores alegaram não encontrar dificuldades quanto ao pagamento das parcelas, afirmando que o programa proporciona valores a juros baixos, correspondendo aos seus orçamentos.

No Brasil, em 2006, os financiamentos utilizados pela agricultura familiar foram para custeio, investimento, comercialização e manutenção. Dentre os 781 mil estabelecimentos que fizeram a captação de recursos, 51% foram destinados a custeios, seguindo de investimento, com 44% (IBGE, 2006).

Com os financiamentos, houve um aumento no número de máquinas nas propriedades, principalmente com a ordenhadeira mecânica, para auxiliar na ordenha, aumentando a quantidade. O resfriador a granel também teve aumento, sendo três no total, que tem capacidade de armazenamento de 650 litros, uma vez que as ordenhas são realizadas duas vezes ao dia e o caminhão tanque recolhe o

leite em dias alternados, o que favorece a manutenção do leite na temperatura ideal, impedindo o aumento da acidez. Sendo assim, cinco produtores adquiriram a ordenha mecânica e três, que são da mesma família e moram na mesma estrada rural, compraram em conjunto um botijão de sêmen, para auxiliar no processo da inseminação das vacas, para ajudar na genética do rebanho. Abaixo, segue a fala de uma produtora, presidente da Cooperativa, em relação aos financiamentos.

*E os produtores do grupo têm investido na propriedade e bastante. E com os investimentos que foram feitos, conseguimos muito mais retorno do que se estivéssemos parados no tempo. E isso deu fôlego para estar correndo atrás e fazendo diferença pra todos, só uma minoria que não pensa assim. A maioria tem planos de investir, de estar melhorando de vida, de permanecer na propriedade, que é aquilo que, lá no comecinho, era o que queríamos, ficar na propriedade e feliz [...]. Hoje, quem não, investir, não investir em tecnologia, quem não melhorar o rebanho, até mesmo a condição de vida, se não tiver vontade de melhorar em tudo, pois a cidade te proporciona melhor conforto, e nesse caso, você tem que trazer o conforto para o sítio.*

Em relação ao número de trabalhadores na propriedade, apenas uma família ficou com uma mão-de-obra a menos, devido ao filho, que também era sócio-fundador, ter casado e deixado a zona rural. Quanto à contratação de terceiros, não houve nenhum caso. Por outro lado, a atividade leiteira não necessita de grande quantidade de mão-de-obra, como o café por exemplo. E o leite, além de ser a atividade produtiva, também auxilia no autoconsumo das famílias.

No entanto, para que uma matéria prima possa aumentar o seu preço, é necessário que passe pelo processo de transformação, ou seja, a agregação de valor. Até o momento da pesquisa, nenhum produtor agrega valor ao produto, apenas vende o leite *in natura* para os laticínios. Apenas um fabrica queijos para consumo próprio ou para encomenda, que não é significativa para o orçamento familiar, sendo produzido pelas mulheres. E para agregar valor ao leite, é necessário um investimento alto para aquisição de máquinas, principalmente pelas exigências dos órgãos de inspeção do produto.

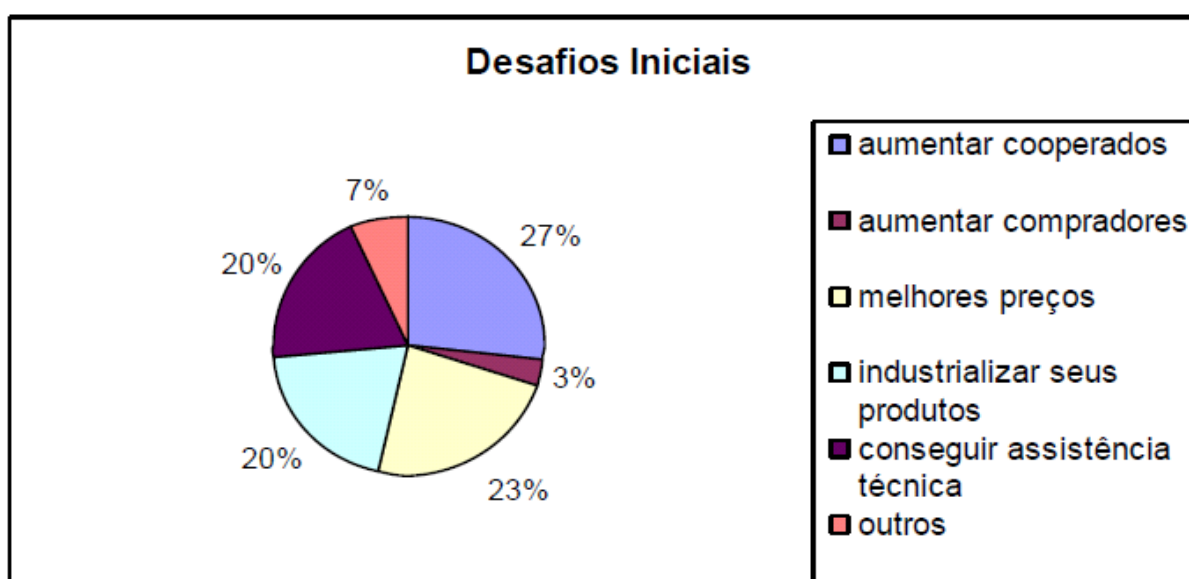
#### 4.4.3 Cooperativismo: Percepções dos Cooperados da BIOLEITE

Passado o período inicial dos primeiros encontros com a incubadora, a opção escolhida pelos produtores para melhorar a comercialização e a negociação da matéria prima foi a constituição de uma cooperativa. Porém, não era do conhecimento de todos a estrutura organizacional e a forma de trabalho de um empreendimento econômico solidário, sendo necessário um período para a constituição.

A princípio foram unânimes as expectativas dos cooperados em conseguir melhores preços e acesso a insumos mais baratos quanto ao resultado da cooperativa, seguido de aumentar o quadro de associados, melhoria na assistência técnica, agregar valor ao produto e financiamento. Com isso, é notável que a principal causa dos produtores reflete-se no preço, ou seja, a melhoria na qualidade do trabalho, ou a organização coletiva no sentido de fortalecer o grupo, não se faz presente quanto às expectativas, que são princípios cooperativistas.

Por outro lado, os produtores entendiam que a constituição da cooperativa também implicava desafios, apontados por eles no gráfico a seguir:

**Gráfico 16** – Desafios iniciais levantados pelos produtores no período de constituição da cooperativa, em 2006.



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação aos desafios, o maior apresentado está em aumentar os cooperados, devido à dificuldade que encontraram ao convidar demais produtores para participarem do processo de constituição, uma vez que alguns chegaram a participar do processo de constituição, mas deixaram por causa da inibição por parte de alguns freiteiros, e a expansão da cultura da cana na região, com a instalação de usinas e a possibilidade de arrendar a terra, como aponta a fala de uma produtora:

*Na época, em 2006, a cana estava sendo avaliada como a melhor opção de produção, arrendar pra usina dava muito mais dinheiro do que tocar qualquer coisa na propriedade, só que a usina acaba com tudo, varre toda a propriedade, todo o investimento de anos. Só que hoje parou, e mais as propriedades grandes que arrendaram.*

O relato reflete a realidade em que vivem os produtores: entre o limite da propriedade e as lavouras de cana, tornando-se ilhas no espaço rural, em meio aos canaviais. Alguns produtores arrendaram suas terras, e posteriormente, perceberam as consequências que essa cultura traz às pequenas propriedades, notável ainda mais aos solos, enfraquecendo para demais atividades agropecuárias.

Além de aumentar o número de cooperados e preço, um desafio peculiar que os cooperados apontaram, no início, foi a industrialização do produto, ou seja, a agregação de valor. Os mesmos reconhecem a importância de agregar valor e atingir o consumidor final, por outro lado, percebem a dificuldade quanto à aquisição de equipamentos para a industrialização do leite, que implica em altos investimentos. No entanto, a fala do produtor remete a uma postura quanto à união do grupo:

*Depois que formou a cooperativa, e os que ficaram, toparam em melhorar a qualidade, e unindo tiveram quantidade [...] e com a cooperativa, ou negocia tudo ou nada.*

Considerando os quatro anos da constituição da BIOLEITE, a maior conquista apontada pelos produtores foi o aumento no poder de negociação, devido ao volume a qualidade e, conseqüentemente, o aumento do preço do leite. Com esse aumento considerável, os produtores puderam investir na especialização da produção, necessária para a pecuária leiteira. Além disso, os produtores resgataram o respeito pelo próprio trabalho, representado na fala de uma produtora:

*[...] pra todos, teve o respeito, pois agora a articulação, negociação não é só com um apenas, é com o grupo. [...]. E para os produtores, passaram a se respeitar mais enquanto produtor. Pois antes se sentiam inferiorizados e o produtor tem que ver o sítio como uma empresa, que vai administrar o sítio e que tem o seu valor, talvez não é a melhor coisa do mundo tirar leite, mas todo trabalho tem sua dignidade, e pra maioria dos produtores, foi a reconquista desses valores, a dignidade [...]e valeu a pena, por tudo, foi um aprendizado, uma faculdade mesmo, uns vinte anos em três, quatro anos, de forma geral.*

Percebe-se que além de questões econômicas, a BIOLEITE proporcionou aos cooperados um processo de aprendizagem quanto à busca por melhores condições de trabalho, uma vez que essa finalidade não era uma expectativa pelos produtores. A cooperativa possibilitou o resgate da autoestima dos produtores de leite e o respeito de outros produtores e até mesmo dos laticínios. E todo esse processo resulta num conhecimento e experiência que até então não tinham vivenciado.

No entender dos cooperados, outra conquista não menos importante foi a eliminação do freteiro na negociação do preço. Antes da BIOLEITE, sentiam-se enfraquecidos diante desses trabalhadores, entendido como atravessadores, uma vez que a entrega e o pagamento eram realizados pelos mesmos, e como eram os responsáveis pelas linhas de coleta tinham autonomia para estabelecer o preço desejado.

Para a presidente da BIOLEITE, o diferencial não está apenas no valor do litro de leite, mas na garantia que o laticínio oferece e realmente cumpre, pois ainda, com o grupo, não existem contratos formais. Enquanto os produtores individuais só sabiam o quanto receberiam pelo leite alguns dias depois da entrega, essa situação causava sentimento de angústia, sofrimento, pois trabalhavam de forma insegura e não sabiam ao certo o valor do seu trabalho.

Com a garantia alcançada, estabelecida anteriormente com o próprio laticínio antes da coleta do leite, obteve-se uma conquista para o grupo graças à boa qualidade do leite, reconhecida até mesmo pela EMATER e pela Secretaria de Agricultura do município. Com isso, o grupo garantiu que seu leite fosse pago através da projeção do CONSELEITE padrão, ou seja, antes mesmo da coleta já sabem quanto vão receber pelo produto. Sabendo o valor antecipadamente, os produtores conseguem trabalhar com mais tranquilidade. Nesse caso, não importa

se um laticínio tem um preço melhor ou pior, o que realmente importa é a estabilidade.

Com essa garantia do preço, avaliado pelos próprios produtores, alguns produtores da BIOLEITE conseguiram buscar investimentos para a produção. A maioria conseguiu aumentar a produção, enquanto a média antes era de 50 a 100l/dia, hoje consegue uma média de 280l/dia, com aumento de 180%. Aumentando a produção, os produtores conseguiram melhoria na renda e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida. Com isso, houve a reconquista de um valor que havia se perdido por muitos produtores, a **dignidade**. Com isso, passaram a se respeitar mais como produtores, pois a articulação, a negociação, agora, não é mais com um produtor isolado, e sim com o grupo.

Com essa nova forma de negociação, a cooperativa recebe proposta de laticínios da região para a entrega do leite, ofertando melhores preços para os produtores, pois reconhecem a qualidade e a quantidade de produção e seu poder de barganha aumentou. A forma de pagamento pelo CONSELEITE é vista de maneira positiva entre os produtores, pois estes sabem, antecipadamente, o valor do leite, melhorando suas condições de trabalho e renda. O grupo conseguiu que o preço do litro de leite fosse pago de forma igual a todos os produtores, variando apenas na quantidade.

Entretanto, a cooperativa também apresentou algumas carências, de acordo com os cooperados, não se limitando apenas ao aumento do preço. Para os produtores, a cooperativa poderia encontrar meios para a compra de insumos, uma vez que esse fator implica em torno de 40% da produção, pois adquirindo em grande quantidade, conseguem diminuir o preço. Além disso, para os mesmos, o contrato assinado com os laticínios para estabelecer preço e período de venda é outro obstáculo, pois acarreta em aumentar a produção, ou aumentar o quadro de associados.

O desafio nessa questão acontece quando os produtores não encontram disponibilidade para se envolver com o grupo, mas o que se percebe é um comodismo dos produtores em relação à diretoria, que ficam na condição de espera frente as tomadas de decisões, e não se sentem responsáveis por todo o processo. Com isso, dificulta o avanço da cooperativa para um trabalho coletivo, com empenho de todos. Essa situação enfraquece as formas de atuação e os laços entre os cooperados da BIOLEITE, pois acabam jogando a responsabilidade apenas

para a diretoria, tornando a ação coletiva dos produtores apenas na entrega do leite, para atingir maior quantidade e poder de negociação com os laticínios.

Em relação às assembleias, quanto à formalidade na elaboração das atas, percebe-se que esta prática foi realizada poucas vezes depois da constituição da BIOLEITE, nas quais apenas se reúnem para definir as propostas dos laticínios, por meio de reuniões nas residências dos próprios produtores. Além do mais, a diretoria não acompanha a situação da cooperativa nas juntas comerciais, nem averigua as taxas, pois, caso contrário, pode ocorrer o cancelamento da cooperativa. Mesmo porque, em quatro anos de cooperativa, nunca foi realizada uma eleição para eleger uma nova diretoria, considerando que está registrada em estatuto a necessidade de eleições a cada dois anos entre os sócios- fundadores.

A postura dos produtores para a não realização de assembleias, deixando as decisões apenas para a diretoria, diverge com os princípios da economia solidária. De acordo com Singer (2000), gestão democrática, rodízio de funções entre sócios são essenciais para o processo autogestionário, uma vez que possibilita aos sócios-cooperados o conhecimento de todos os segmentos do empreendimento.

Em suma, essa situação poderia ser prevista quando o questionário inicial foi aplicado, sendo a garantia de melhores preços o atrativo para ser cooperado.

Quando perguntado, no início, para os produtores, foi unânime a resposta sobre a questão do preço, não se posicionando quanto às ações coletivas e às funções da cooperativa.

No entanto, reconhecem também a participação da incubadora no processo de constituição, mas, nas entrevistas, foi perceptível que a importância se fez presente apenas no início:

*No começo, se não fosse a UEM, não teria acontecido a constituição da cooperativa. Tivemos coragem pelo apoio que a UEM deu no começo. O plano no começo era fazer várias coisas, até mesmo pasteurizar ou envasar o leite, mas se tivesse apoio, até mesmo do governo, poderia ser diferente, e pra financiar, a gente já tinha os financiamentos de cada produtor individual da propriedade, e com isso, teve um certo receio de dar um passo, de ir mais além.*

Com isso, percebe-se que, para os produtores, a incubadora teve sua participação limitada, uma vez que as atividades foram até a constituição da cooperativa. Por outro lado, os recursos da incubadora eram escassos, o que agravou o processo de incubação no ano de 2007, impedindo a continuação ao longo do período.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de quatro anos de existência da BIOLEITE, alguns segmentos que envolvem o universo da cooperativa, como a cadeia produtiva do leite, a agricultura familiar, a política nacional de Economia Solidária foram essenciais, tanto para analisar os mecanismos de organização por parte dos produtores, quanto compreender as formas de adaptação e a utilização de ferramentas, como financiamentos, para a manutenção de sua unidade produtiva.

O cenário da cadeia produtiva do leite vem passando por adequações para atender às exigências da Instrução Normativa nº 51, instituída em 2002, tanto por parte dos estabelecimentos de transformação da matéria prima, quanto pelas unidades produtivas. Os laticínios são responsáveis pela compra do leite, exigindo melhor qualidade dos produtores e estes responsáveis por manter a qualidade, desde a alimentação do rebanho, ordenha e manutenção até o momento da coleta, exigindo assim, melhores preços. Além disso, é importante destacar o papel que as políticas destinadas à agricultura familiar vêm proporcionando, como o PRONAF, voltado para a produção leiteira, que oferece crédito para aquisição de animais, ordenhadeira mecânica, resfriadores, entre outros. Essa conjuntura tem respaldo na Lei da Agricultura Familiar que, desde 2006, caracteriza esses produtores, possibilitando o aumento de recursos para essa categoria.

Em meio a essa conquista, a agricultura familiar tem sido discutida devido ao papel que desempenha para a cidadania no campo, principalmente na garantia de geração de trabalho e renda, e para os mais jovens, que fomenta a continuidade das atividades de seus pais. No entanto, existe uma preocupação pelos formadores de políticas públicas em oferecer condições a esses jovens, como as readequações das linhas de créditos do PRONAF, a realização de cursos profissionalizantes direcionados à produção agrícola, por exemplo, agroecologia, agroflorestas e os colégios agrícolas.

Essa dinâmica também se faz presente na região do objeto de estudo. A problemática maior se estabelece nas relações de mercado, pela disputa do preço do leite entre laticínios e produtores. Por outro lado, nesse aspecto, os produtores da BIOLEITE vêm garantindo, de forma coletiva, que o preço do leite seja remunerado com os índices divulgados pelo CONSELEITE, que estabelece parâmetros para o preço do leite no Estado do Paraná.

Paralela a esses segmentos, a política de Economia Solidária vem se consolidando enquanto proposta de trabalho para aqueles que encontram obstáculos no mercado formal ou sentem a necessidade de organização coletiva, buscando a captação de recursos por meio de editais dos órgãos financiadores. E para a formulação dessa política pública, o Governo Federal realizou, nos últimos anos, o mapeamento para identificar a localização desses empreendimentos, quem são os trabalhadores que fazem parte desse sistema e quais as principais unidades produtivas. A principal forma de atuação desses trabalhadores é por intermédio de associações e cooperativas, que possibilitam compartilhar as funções dos empreendimentos.

Com as constatações após o trabalho de campo e as análises realizadas, remetendo às propostas e à realidade inicial, a cooperativa apresentou mudanças em quatro anos de existência. Considerando os impactos econômicos, referentes ao sistema produtivo, os resultados apontaram dados peculiares quanto à produtividade, com um aumento de 56%, conforme aponta o gráfico 18, mesmo com quatro produções a menos e um rebanho, praticamente, pela metade.

Outro ponto que merece destaque é o papel que o Programa de Inseminação Artificial da Prefeitura de Cruzeiro do Oeste vem desempenhando. O programa potencializa a produtividade do rebanho, aumentando a produção, com o cruzamento de vacas de alta produtividade e adaptáveis ao clima da região. Por outro lado, os produtores vêm investindo na qualidade da pastagem, tanto pelo aumento considerável que tiveram nos últimos quatro anos, quanto pela plantação para silagem.

Entretanto, essas mudanças também resultaram das exigências da Instrução Normativa 51 e pelos laticínios que compram o leite da cooperativa, exigindo além da quantidade, padrões de qualidade para a matéria prima. A partir do momento em que os produtores buscaram adequar-se às exigências, principalmente com a aquisição da ordenhadeira mecânica e o resfriador a granel, eles vêm especializando a produção, mesmo com equipamentos básicos, o que, conseqüentemente, proporciona melhoria nas condições de trabalho e, assim, melhora a produção e a qualidade da matéria prima.

No entanto, o avanço da especialização não se restringe apenas aos produtores da BIOLEITE, também é resultado de uma política em nível nacional, observando que essa transformação acontece em outras localidades onde a

pecuária leiteira ainda depende dessas políticas para a sua manutenção, como o trabalho realizado nos municípios de Quinta do Sol e Peabirú<sup>20</sup>. Para que a especialização pudesse se concretizar pelos produtores da BIOLEITE, foi possível por meio das linhas de créditos do PRONAF.

Contudo, um ponto positivo quanto à conquista do grupo foi o preço estabelecido de acordo com os índices do CONSELEITE na comercialização com os laticínios, por um período de seis meses, no mínimo. Esse conselho permite que o produtor conheça o preço real pelo qual o seu leite foi vendido no dia, pois no período da constituição do grupo o preço só era conhecido um mês depois, quando era efetuado o pagamento pelos laticínios, via freteiros. Essa situação criava um desconforto para os produtores, visto que trabalhavam com insegurança a respeito do preço do seu produto, ora aceitando o preço, ora buscando a "esmola", como a produtora relatou durante a realização da pesquisa.

Com a projeção do CONSELEITE, foi constatado que os produtores organizaram-se melhor em relação às suas finanças e despesas e aumentaram as possibilidades de adquirir financiamento via PRONAF. Essa nova realidade permitiu que o produtor visualizasse o estabelecimento como uma unidade produtiva, geradora de renda, realizando os investimentos necessários e corretos, garantindo a sustentabilidade da família. Comparado ao período inicial, o preço teve um aumento em torno de 50%, igualando os preços para todos os produtores, alterando apenas a quantidade, que varia para cada produtor, perceptível no aumento significativo tanto no valor da produção anual, quanto no valor das receitas.

Porém, a falta de contrato assinado com os laticínios prejudica, na maioria das vezes, os produtores. Quando esses estabelecimentos diminuem, o preço sem aviso prévio, geralmente em torno de 50%, os produtores suspendem a entrega imediatamente. Nesse caso, precisam recorrer a outros laticínios que aceitam comprar o leite e, assim, permanecem por mais seis meses. Frente a essa situação, percebe-se que os laticínios realizam essa prática para sinalizarem que não continuarão recolhendo o leite nos próximos seis meses.

Os obstáculos da pesquisa deparam-se em buscar informações sobre a cadeia produtiva do leite na localidade, pela dificuldade de encontrar

---

<sup>20</sup> SOUZA, João B. L. **Agricultura Familiar e Pecuária Leiteira**: um estudo dos assentamentos nos municípios de Peabiru e Quinta do Sol. 2010. 200f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

material sobre as formas de atuação, comercialização, negociação, pois este segmento na região é caracterizado pela informalidade, não existindo contratos de trabalho e nem contratos na entrega do leite. Os próprios produtores não conseguem comprovar quanto ganham pelo litro de leite, pois a rede estabelecida de comercialização envolve diversos atores, como produtores, intermediários, laticínios, fábricas de insumos e cada um buscando, de forma pragmática, as suas formas de sobrevivência.

Quanto aos indicadores econômicos, os produtores conseguiram uma melhoria significativa quanto à produção e aos rendimentos, porém a instabilidade causada pela falta de contrato assinado com os laticínios ainda é um processo que requer maiores cuidados e planejamentos para garantir e proporcionar a sustentabilidade do produtor e da sua família.

Sobre os impactos sociais, as condições dos produtores não sofreram alterações desde o período inicial da cooperativa. Analisando os indicadores sociais e comparados com os dados das famílias cooperadas, percebe-se que as condições de moradia dos cooperados não correspondem ao ideal proposto pela Organização das Nações Unidas, com a falta de tratamento sanitário e coleta do lixo. Essa situação ocorre pelos domicílios estarem situados na zona rural, não possuindo as mesmas estruturas que as residências urbanas. Considerando os índices do IBGE (2008), sobre a questão dos domicílios, estes ainda carecem de política pública, situação que se estende por boa parte da estrutura domiciliar rural brasileira.

Em relação aos impactos políticos, eles não foram incorporados ao corpo da dissertação por não apresentarem dados iniciais que pudessem ser comparados. Além disso, não houve mobilização por parte dos produtores, junto ao poder público, no sentido de tomar providências quanto à forma de comercialização que estava sendo realizada, alegando que o maior laticínio da região, considerado de grande porte pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), tem como proprietário o Vice-Prefeito de Cruzeiro do Oeste, e atualmente, o Prefeito.

No entanto, em 2007, a Prefeitura do município de Cruzeiro do Oeste firmou parceria com a BIOLEITE para a elaboração de projeto junto ao MDA, em nome da BIOLEITE, a fim de buscar financiamento para a construção de um barracão destinado à fabricação de ração. Segundo a Prefeitura, a fábrica

beneficiaria todos os produtores da região para que pudessem adquirir ração com menor custo. Esse projeto foi aprovado pelo MDA, estando a fábrica em processo de construção, no parque de exposição do município, em terreno próprio. Pode-se concluir que a Prefeitura utilizou o nome da cooperativa, pelo seu registro devidamente legalizado na junta comercial, para conseguir recursos via edital, já que as organizações coletivas, e principalmente cooperativas, conseguem financiamento com mais facilidade do que produtores individuais.

Analisando a cooperativa em sua forma jurídica, estabelecida de acordo com os princípios cooperativistas e de economia solidária, no início, a união e a consciência dos produtores em se organizarem tiveram um papel fundamental para a constituição da BIOLEITE. Os diálogos, as tomadas de decisões sobre a venda do leite, a troca de informações entre os produtores, como insumos, alimentação do rebanho, técnicas de ordenha, dicas de higienização, entre outros, foram criando laços de confiança entre os cooperados.

Porém, ao longo do tempo, essas relações diminuíram. O início da entrega para a Cooperativa B caracteriza essa situação, em que o pagamento era realizado de forma individual, variando o preço do litro de leite entre os produtores. Por outro lado, o laticínio foi essencial para repassar o conhecimento sobre a qualidade do leite.

A cooperativa também não realizou assembleias para constar em ata as tomadas de decisões, sendo confundidas pelos produtores com encontros ou reuniões que realizavam periodicamente para definir as estratégias de negociação com os laticínios, não realizando nenhuma eleição durante os quatro anos de existência. Isso aponta para uma falta de consciência do processo cooperativista e da participação dos cooperados em depositar toda a responsabilidade apenas na diretoria, responsável em buscar novos mercados para a comercialização. Com isso, os demais produtores foram "se acostumando" com essa prática, não exercendo, na prática, a organização autogestionária e nem aprimorando os conhecimentos da gestão do empreendimento.

Por outro lado, logo após suspenderem a entrega do leite à Cooperativa B, devido ao estabelecimento abaixar o preço do leite, os produtores decidiram que o preço do leite seria igual para todos os cooperados da BIOLEITE, não existindo diferença de preço, alterando apenas a quantidade. Com o aprimoramento dos conhecimentos sobre a qualidade do leite, os produtores

atingiram um padrão que facilitou no processo de negociação, conseguindo qualidade e quantidade.

Desse modo, a cooperativa fortaleceu os produtores em relação ao seu próprio trabalho, ou seja, a continuidade na pecuária leiteira, resgatando a dignidade dos produtores, como relatou a presidente da cooperativa. Esse novo aspecto proporcionou respeito aos produtores. Quanto à autogestão, o grupo apresentou falhas quanto às ações dos produtores.

A cooperativa também perdeu seis sócios-fundadores, resultando em quatro propriedades a menos. Um casal mudou-se para a zona urbana, deixando a pecuária leiteira para buscar outros meios de sobrevivência; três<sup>21</sup> produtores deixaram de vender o leite em conjunto, pois tinham produção considerável e decidiram deixar de entregar à BIOLEITE e outro produtor casou-se e se mudou para a cidade, não continuando com a atividade dos pais. Por outro lado, a cooperativa também agregou outros produtores no início, mas como estes não conseguiram atingir a qualidade exigida pela Cooperativa B, não permaneceram.

Percebe-se que o grupo que constituiu a cooperativa, e que ainda permanecem juntos entregando o leite, é considerado o núcleo duro do empreendimento, ou seja, aqueles que avaliaram que seria importante a união dos produtores. Porém, a cooperativa ainda não regularizou a situação dos demais cooperados que saíram, indicando uma falha no processo de atualização quanto ao regimento e ao estatuto da cooperativa.

O que ocorre em relação a essa situação, é que os produtores preocupam-se apenas com a sua propriedade, omitindo as atividades da cooperativa. Como a maioria ainda tem financiamento particular, dificulta tomar decisões coletivas, tanto referentes à compra de algum equipamento em conjunto, quanto estabelecer uma unidade de pasteurização, pensando no consumidor final. Essa realidade sinaliza que falta um longo caminho a ser percorrido pelos produtores quanto ao trabalho em cooperativa, uma vez que esse processo leva um tempo a ser concretizado.

Após as análises sobre os impactos em relação aos produtores, a análise em relação às ações coletivas da BIOLEITE, pode-se considerar que a venda do leite em conjunto foi uma grande conquista para os cooperados. No início,

---

<sup>21</sup> Um desses produtores continuou entregando o leite para a Cooperativa B quando o grupo deixou esse estabelecimento.

a venda era realizada para a Cooperativa B, porém o tratamento dado pelo estabelecimento ainda era de forma individual aos produtores, ou seja, não os reconheciam como grupo e o pagamento era de forma individual, o preço do litro de leite não era igual para todos os produtores, pois este estabelecimento entendia que a qualidade do leite tinha diferença. Por outro lado, a Cooperativa B foi importante quanto ao processo de aprendizagem na melhoria da qualidade do leite, levando técnicos até a região de Cruzeiro do Oeste, onde os produtores da BIOLEITE puderam aprimorar seus conhecimentos quanto às técnicas de higiene por meio de cursos que, posteriormente, foram importantes para estabelecer um padrão de qualidade entre todos da cooperativa, estimulando os produtores, fato que não ocorreu com os laticínios da região.

E com a presença da Cooperativa B para a região, outros produtores não cooperados da BIOLEITE tiveram possibilidade de entregar a outro laticínio, pois aumentando a concorrência na região, conseguiram melhores preços. Diante desse aspecto, a BIOLEITE facilitaria o canal de entrada de outros laticínios, funcionando como um carro chefe, ou influenciando no preço, pois com a quantidade e qualidade, viabiliza o transporte de outros laticínios mais distantes, aumentando o mercado para outros produtores.

No que diz respeito ao papel transformador da cooperativa para a região, proporciona uma concorrência diante dos laticínios, limitando essa função. O que seria interessante era que pudesse ser exemplo a outros produtores para se organizarem, de forma coletiva, para aumentar o poder de negociação. Porém, existe a falta de conhecimento sobre a formalização de cooperativa ou associação e receios devido a encargos, impostos, etc.

Diante desses aspectos conclui-se que a BIOLEITE, enquanto organização coletiva, obteve resultados econômicos positivos como a conquista de melhores preços, maior poder de negociação, aprimorou o conhecimento para se adequar as exigências quanto a qualidade do leite, que possibilitou a continuidade da atividade produtiva para os produtores. Por outro lado, enquanto cooperativa formada por intermédio das políticas públicas em Economia Solidária, o empreendimento não alcançou ao ideal proposto, trabalhados no período da constituição. Essa realidade foi influenciada por alguns fatores como a falta de convívio entre os produtores, impossibilitando o vínculo que fortalece a confiança entre os mesmos, o comodismo por parte de alguns que ficavam na dependência da

diretoria em relação à tomada de decisões, e o objetivo principal voltado apenas aos aspectos econômicos.

Por outro lado, para que uma cooperativa se aproxime dos ideais propostos pela economia solidária e autogestionária, é importante que todos os sócios-fundadores responsabilizem-se pelas atividades do empreendimento, e que os cargos possam ser rotativos para que todos os produtores possam ter conhecimento dos atributos competentes a cada atividade e, ainda, que as assembleias e reuniões possam ser realizadas de acordo com o previsto em regimento. Caso contrário, as relações entre produtores se fragilizam, impedindo o bom andamento das atividades cooperativas, não podendo ser considerada uma cooperativa autogestionária. Por outro lado, o que acontece na BIOLEITE é que as ações coletivas se estabelecem apenas na hora da venda, não existindo um momento de convívio diário ou semanal entre os produtores, enfraquecendo as relações.

Quanto à representatividade da política pública em economia solidária na região, essa ação pode ser observada em partes. De acordo com o levantamento realizado no segundo capítulo sobre a economia solidária e a região noroeste, constata-se que existem poucos empreendimentos solidários na localidade, mas que a incubadora gradativamente vem expandindo as ações para fortalecer essa proposta.

Em relação à constituição de cooperativa, essa ação concretizou-se apenas com a BIOLEITE. Com a fase de incubação da cooperativa, para professores, técnicos e estagiários foi um processo de aprendizagem, resultando em produções acadêmicas, como elaboração de artigos para apresentação em congresso, iniciação científica, monografias e também dissertações.

Além disso, a incubadora teve uma participação fundamental na elaboração de projetos, quando firmou parcerias com outros órgãos, como o CONSAD Entre-Rios, a Prefeitura de Umuarama, que constituiu na época uma Secretaria de Economia Solidária, e a Cáritas, não se limitando ao espaço acadêmico. Com essas parcerias, foi possível a captação de recursos em nível regional, contemplando os municípios participantes do CONSAD, nas linhas para a incubação de empreendimentos solidários, capacitação de agentes para a segurança alimentar e a produção leiteira. Essas ações proporcionam o

desenvolvimento local para a região e também fortalecem o território, uma vez que existem municípios que apresentam baixo IDH.

No entanto, algumas considerações precisam ser destacadas. O início de todo o processo se estabelece com a constituição da incubadora na região de Umuarama, via edital FINEP, que permitiu a instalação da mesma no campus da UEM. Por outro lado, um obstáculo foi a falta de conhecimento em economia solidária pela comunidade acadêmica, enfrentando barreiras quanto à metodologia de trabalho. Foram poucos os professores que se interessaram em participar das atividades, uma vez que o grupo responsável no município havia se mudado, dificultando a organização de uma equipe de trabalho voltada para o cooperativismo. Além do mais, a região de Umuarama não compartilha da proposta dos empreendimentos econômicos solidários, uma vez que é marcada pela predominância de monoculturas. Com o avanço do cultivo da cana, a região apresenta um perfil voltado para empreendimentos rurais com características divergentes.

Por outro lado, a SENAES vem fomentando a organização coletiva, como as cooperativas, associações por todo o país, que junto aos órgãos financiadores, vem realizando um papel fundamental na transferência de recursos. Muitos trabalhadores, cooperativas, incubadoras já foram contemplados com recursos, que vão desde a constituição do empreendimento, instalação de incubadoras, até a aquisição de equipamentos de alta tecnologia para agregação de valor. Entretanto, apenas essas ações não são suficientes para a consolidação dessa política no Brasil.

Para que a Economia Solidária se consolide no país, é preciso que tenha corpo técnico especializado e que torne uma política pública, não apenas de Governo, mas sim de Estado, com profissionais comprometidos, trabalhos permanentes, pois os recursos oriundos apenas por meio de projetos não garantem a sustentabilidades das ações, pulverizando o andamento das atividades, além disso, a duração máxima desses projetos gira em torno de dois anos. Em alguns casos, quando as incubadoras ou empreendimentos começam a se adequar ao processo, o período do projeto finaliza e, não havendo mais recursos, as equipes de trabalho abandonam as atividades pela dificuldade de manutenção.

Além disso, alguns projetos acabam enfrentando dificuldades devido à falta de pessoal capacitado para as atividades, que se esbarram no trabalho com

os grupos, no limite entre o saber acadêmico e o trabalho com as questões sociais, não atingindo um bom desenvolvimento do trabalho. O baixo número de professores que atuam nessa área, no caso das incubadoras universitárias, prejudica o andamento das atividades, uma vez que a falta de conhecimento e interesse impede que novos projetos de captação de recursos sejam elaborados para dar segmento às atividades da incubadora.

Para que os conceitos de economia solidária possam ser inseridos diante de qualquer contexto, é importante que existam pessoas que possam ser multiplicadoras do conceito e analisem a dinâmica da localidade. É de fundamental importância que as incubadoras façam articulação com as universidades, para que possam manter o corpo técnico e recursos para visitas até os empreendimentos. O acompanhamento dos técnicos é essencial até o empreendimento atingir a autogestão, pois o abandono no meio do processo pode prejudicar o andamento das atividades.

Além das ações da Política de Economia Solidária, para oferecer suporte ao homem do campo, é essencial que os serviços de extensão rural sejam, de fato, colocados em prática. Com o avanço da tecnologia e o emprego de maquinários, é importante que os produtores possam adequar-se a esses conhecimentos, principalmente aqueles que se tornam obrigatórios a partir das medidas tomadas pelas instruções normativas. Além disso, os produtores precisam de informações sobre a matéria prima para que a produção seja 100% otimizada, compreendendo todas as etapas do processo. Caso contrário, pode ocorrer um *déficit* na produção, devido à falta de conhecimento por parte dos produtores, que poderia ser solucionado com visitas periódicas de extensionistas.

A importância dos financiamentos para a agricultura familiar merece ser destacada pela oportunidade de especialização na produção, possibilitando melhorias nas atividades dos estabelecimentos. No entanto, é importante também que as instituições e as políticas públicas preocupem-se com a questão cultural dos produtores, ou seja, com a questão da identidade e o reconhecimento do homem do campo. O acesso apenas aos recursos, ao financeiro, muitas vezes, acaba impedindo que possa visualizar outros problemas no campo, como o papel da mulher, o lazer, as manifestações culturais, violência contra a mulher, alcoolismo, pedofilia, etc.

Além do mais, enquanto indústrias e laticínios não forem parceiros dos produtores, auxiliando no aspecto de qualidade, e sim concorrentes, dificilmente uma região com pouca especialização tornar-se-á expoente para a produção leiteira.

Para que o produtor também produza, é necessário que pague preços adequados, desde que possa ser auxiliado quanto ao conhecimento para atingir a qualidade necessária.

## REFERENCIAS

ABROMOVAY, Ricardo *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafios do novo padrão sucessórios**. Chapecó, Brasília: Convênio FAO-IN CRA/CP PP-EPAGRI-UNESCO, 1998.

ALVES, Adilson F. Conhecimentos convencionais e sustentáveis: uma visão de redes interconectadas. In: ALVES, Adilson F; CARRIJO, Beatriz R; CANDIOTTO, Luciano Z. P. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

AOKE, Yolanda S. **O Cooperativismo e a consolidação do complexo agroindustrial em Maringá**. 2003. 139 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

BAUNEL, Adriana; BASSO, Luiz C. Agricultura Familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Mauricio; FÁVARO Jorge Luiz (Org.). **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava: Unicentro, 2004.

BELOTI, V. Contaminação do leite em diferentes pontos do processo de produção. **Semina: Ciências Agrárias**, Londrina, v.22, n.2, p. 145-154, jul/dez. 2001. Disponível em <<http://www2.uel.br/laboratorios/inspecao/indexarquivos/Page442.htm#bibliográfica>> Acesso em: 10 jul. 2009.

BERTOLLO, V. L. **Condicionantes para a adoção de produção mais limpa pelos agricultores familiares produtores de leite no município de Erval Grande - RS**. Dissertação (Mestrado Agronegócios), UFRGS. Porto Alegre, 2002.

BLUM, Ricardo. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João C (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001.

BRANDÃO, Antonio Salazar P.; LEITE, José Luiz B. O desempenho e as perspectivas para o agronegócio do Leite brasileiro no mercado internacional. In: VILELA, Duarte *et al.* **O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável**. Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2002.

BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de Setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e o Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, 15 de Setembro de 2006. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm)> Acesso em 15 Jan. 2001.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, 25 de Julho de 2006. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)> Acesso em 30 Jul. 2010.

BRDE - Banco Regional de desenvolvimento do extremo sul. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE: histórico, situação atual e perspectivas**. Porto Alegre: BRDE, 2003.

BRITO, José, R. F; BRITO, Maria Ap. Produção de leite seguro e com garantia de qualidade. In:\_\_\_\_\_. **O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável**. Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2002.

BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BUAINAIN, A. M. *et. al.* Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, v.10, p. 312-347, 2003. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>> Acesso em: 01 out. 2010.

CALIARI, Tânia. Produção em alta, concentração em baixa. **Revista Retrato do Brasil**, São Paulo, n. 29, p. 09-12, dez. 2009.

CANCIAN, Nadir Apda. **Cafecultura Paranaense, 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CAMPOS, Antonio Carlos. Arranjos produtivos no Estado do Paraná: o caso do Município de Cianorte - PR. In: STAINSACK, Cristine (Coord.). **Arranjos Produtivos Locais no Paraná - APLs/4**. Concursos IEL - Paraná de Monografias sobre a relação universidade/empresa. Curitiba: IEL, 2006.

CANZIANI, José Roberto; GUIMARÃES, Vânia Di Addario. O CONSELEITE - Paraná. In:\_\_\_\_\_. **O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável**. Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2002.

CARDOSO, Cássia R. S. **Dia a dia educação: o processo de ocupação do Noroeste Paranaense nas décadas de 1950 e 1960**. - Portal Educacional do Estado do Paraná (Produção Didático-Pedagógica PDE/UEM). Maringá, 2007. Disponível em < <http://www.pde.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=253>> Acesso em 01 out.2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CMNP - COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Maringá, 1975.

COHEN, Ira J. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

CONSORCIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL Entre-Rios. **Boletim informativo**. Umuarama, Fevereiro de 2009.

CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Autogestão**: Possibilidades e ambiguidades de um processo organizativo peculiar. São Paulo: 2002.

DAMASCENO, Julio C. *et. al.* O papel do homem na gestão e controle de qualidade da produção de leite. In: SANTOS, Geraldo T. [*et. al.*]. **Bovinocultura de leite**: inovação tecnológica e sustentabilidade. Maringá: Eduem, 2008.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

DIAS, Edson dos Santos. **Atuação do agente fundiário na produção do espaço urbano - companhia melhoramentos norte do Paraná**: uma presença constante na cidade de Cianorte. Dissertação do Curso de Pós-Graduação em Geografia, da UFSC. Floripa, 1998

DUARTE, Laura M. G; WEHRMANN Magda E.S de F. Histórico do Cooperativismo Agrícola no Brasil e Perspectiva para a Agricultura Familiar. In: SABOURIN, Eric (Org.). **Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural**. Brasília: UNB, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinar, Núcleo de Estudos Avançados; v. 6, nº. 23, 2006.

DÜRR, João Walter. Segurança alimentar e qualidade do leite. In: VILELA, Duarte et. al. **O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável**. Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2002.

Empresa brasileira de pesquisa agropecuária/CNPGL. **Estatística do leite**. Juiz de Fora. Disponível em: < [www.cnpgl.embrapa.br](http://www.cnpgl.embrapa.br) >. Acesso em 27 abr. 2010.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

FAJARDO, Sergio. **Dinâmica sócio-espacial das cooperativas agropecuárias no contexto do complexo agroindustrial**: o caso "COCARI", em Mandaguari - Pr. 2000. 154 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

FONSECA, Fernanda P. **O projeto "arenito nova fronteira" e o avanço das lavouras temporárias nas terras de pasto.** 2006, 188f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

FRANCA, L. P. **Guia do CONSAD - consórcio de segurança alimentar e desenvolvimento local.** Brasília: IBAM/DES/NEL, 2004.

GEHLEN,IVALDO. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: FERREIRA, Ângela D. D.; BRANDENBURG, Alfio (Org.). **Para pensar outra agricultura.** Curitiba: UFPR., 1998.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOMES, Ana P. W; GOMES, Adriano P. A teoria da estruturação de Giddens como complementação do processo de difusão da tecnologia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 45. Londrina. **Anais...** 1997, p. 01-09. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/6/975.pdf>> Acesso em 15 abr. 2010.

GOMES, Sebastião, T. Avanços sócio-econômicos em sistemas de produção de leite. In: VILELA, Duarte; BRESSAN, Matheus; CUNHA, Aécio S. **Cadeia de lácteos no Brasil: restrições ao seu desenvolvimento.** Juiz de Fora: CNPQ; EMPRABA Gado de Leite, 2001.

GONH, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.

GUIVANT, Julia. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia.** Brasília, v.14, n.3, p. 411-446, 1997. Disponível em < <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v14/cc14n303.pdf>> Acesso out. 2009.

GUIVANT, Julia. A agricultura sustentável na perspectiva das Ciências Sociais. In: VIOLA, Eduardo. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania.** 2. ed. Florianópolis: Cortez, 1998.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006** - agricultura familiar, primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de Dados.** Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso dez. 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL. **Cadernos municipais**. Curitiba, 2010. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em 01 de março de 2010.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL. **Leituras regionais**: mesorregião geográfica noroeste Paranaense/ IPARDES. Curitiba: IPARDES, BRDE, 2004. Disponível em <[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras\\_reg\\_meso\\_noroeste.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_noroeste.pdf)> Acesso em 07 ago. 2010.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL. **Base de dados do estado**. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>> Acesso ago.2010.

KAGEYAMA, Ângela (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme; GASQUES, José G.; VERDE, Carlos M. V. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1996.

LAMARCHE. Huges (Org.). **A Agricultura Familiar** - comparação internacional. Campinas: Unicamp, 1993.

LUGÃO, Simony M. B. *et al.* Redes de referência: um dispositivo de pesquisa e extensão para o desenvolvimento da agricultura familiar. In: SANTOS, Geraldo T. [et. al.]. **Bovinocultura de leite**: inovação tecnológica e sustentabilidade. Maringá: Eduem, 2008.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: Ed. Prefeitura do município de Maringá, 1997.

MARANDOLA, Maria E. **Cooperativas agropecuárias no norte do Paraná: as trajetórias da VALCOOP e COROL**. 2000. 145 f. Dissertação (Curso de Mestrado em Economia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

MARTINS, Paulo do Carmo. **Políticas públicas e mercados deprimem o resultado do sistema agroindustrial do leite**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2004.

MASSOTE PRIMO, Wilson. Restrições ao desenvolvimento da indústria brasileira de laticínio. . In: VILELA, Duarte; BRESSAN, Matheus; CUNHA, Aécio S. **Cadeia de lácteos no Brasil: restrições ao seu desenvolvimento**. Juiz de Fora: CNPQ; EMPRABA Gado de Leite, 2001.

MELLO, Marcio A. et. al. Agricultura familiar e modelos de produção de leite. In: VILELA, Duarte et. al. **O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável**. Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2002.

- MENASCHE, R; SCHNEIDER, M.D; VILLA REAL, L.C. A comida na antropologia brasileira: um balanço em construção. In: REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUR.8. Buenos Aires: Reunión de Antropología Del Mercosur, 2009. Disponível em <[HTTP://www.ram2009.edu.ar/gtpracticasalimentariaseintervencionesantropologicas](http://www.ram2009.edu.ar/gtpracticasalimentariaseintervencionesantropologicas)> Acesso jul.2009.
- MIOR, Luiz C. Políticas públicas e desenvolvimento rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL.35. Natal. **Anais...**: SOBER, 1997, p.895-910.
- MORAIS, Edson Elias *et. al.* Propriedades Coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. In:\_\_\_\_\_ **Serviço Social e Sociedade**. n. 105. São Paulo jan./mar. 2011. Disponível em :<<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n105/05.pdf>> Acesso fev. 2011.
- MORO, Dalton A. **Maringá espaço e tempo**: ensaios de Geografia Urbana. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia - UEM, 2003.
- MUZZILI, Osmar *et. al.* **Desenvolvimento de conhecimentos e inovações tecnológicas para a cadeia produtiva do leite**: termos de referencia para a região sul do Brasil. Curitiba: RIPA - Rede de inovação e prospecção tecnológica para o agronegócio, 2008.
- NEVES, Delma P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, Bernardo M; MARQUES, Marta I. M; SUZUKI, Julio C. (Org). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- OCEPAR - Organização das cooperativas no Paraná. **As cooperativas e o desenvolvimento do Estado do Paraná**. Curitiba: Biblioteca Digital, 2008. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/>>. Acesso em 10 mar. 2010.
- PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica - o caso do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2006.
- PEREIRA, Laércio; SOUZA, José P; CÁRIO, Sílvio A. F. Elementos básicos para estudo de cadeias produtivas: tratamento teórico-analítico. In: PRADO, Ivanor N; SOUZA, José P (Orgs.). **Cadeias produtivas - estudos sobre competitividade e coordenação**. Maringá: Eduem, 2009.
- RIBAS, Newton P. Programa Estadual de apoio à pecuária Leiteira. In: SANTOS, Geraldo T. [et. al.]. **Bovinocultura de leite: inovação tecnológica e sustentabilidade**. Maringá: Eduem, 2008.
- ROCHA, Eliza E. R. B. **O cooperativismo agrícola em transição: dilemas e perspectivas**. 1999. 226 f. Tese (Instituto de Economia da UNICAMP) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ROLPI, R; DIGIOVANI, M. S. C. Aspectos econômicos da produção paranaense de leite, dados estatísticos e tendências de mercado. In: SANTOS, Geraldo T. [et. al.]. **Bovinocultura de leite: inovação tecnológica e sustentabilidade**. Maringá: Eduem, 2008.

SABOURIN, Eric. O reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no Nordeste. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. v. 22, n. 2. Brasília, 2005. Disponível em: < <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v22/v22n2p293.pdf>> Acesso em 10 abr. 2010.

SANTOS, Geraldo T. [et. al.]. **Bovinocultura de leite: inovação tecnológica e sustentabilidade**. Maringá: Eduem, 2008.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. M (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. M (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SEAB - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO/PR - Núcleo Regional de Umuarama (Material interno). Umuarama: DERAL - Departamento de Economia Rural, 2009.

SENAES - SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Atlas da economia solidária: banco de dados**. Brasília, 2007. Disponível em < <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>> Acesso 01 Out. 2010.

SENAES - SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Políticas públicas em economia solidária - reflexões da rede de gestores**. Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro. Recife: Universitária UFPE:, 2008.

SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia - Unicamp, 1998.

SINGER. P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P; SOUZA, A. R (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002a.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002b.

SOARES, Adriano C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Proposta**. n. 87, p.40-49, dez/fev 2000/2001. Disponível em <<http://www.grupochoflavi.org/php/doc/documentos/multifuncionalidad.pdf>> Acesso em 01 de outubro de 2010.

SOUZA, Tânia T. R. **Pagamento por qualidade do leite: um estudo sobre os laticínios do Paraná**. 2007. 144 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Teoria Econômica) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

TONELLA, Celene. **Poder local e políticas públicas** - o papel dos conselhos gestores. Maringá: EDUEM, 2006.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I.: **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VERALDO, L. Construindo autogestão e parceria solidária. In: MELLO, S. L. (Org.). **Economia solidária e autogestão**: encontros internacionais. São Paulo: Ed. PW, NESOL-USP, ITCP-USP, 2005.

VIEIRA, Ildeu Manso. **Jacus e picaretas** - a história de uma colonização. Maringá: 1999.

WANDERLEY, Maria. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João C (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 2001.

ZANCHET, Maria Salete. Características das ocupações na agropecuária Paranaense. In: IPARDES. **Primeiras versões**. n. 7. Curitiba: IPARDES, 2008. Disponível em <[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/primeira\\_versao7\\_agropecuaria.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/primeira_versao7_agropecuaria.pdf)> Acesso ago. 2010.

ZANCHET, Maria Salete. Características dos empreendimentos de economia solidária no Paraná. **Análise Conjuntural**. v. 30, n. 9-10, 2008. Disponível em:<[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol\\_30\\_5d.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol_30_5d.pdf)>. Acesso em 20 de fev 2010.

**ANEXO**

ANEXO A – Questionário Aplicado com Produtores de Leite dos Municípios de  
Cruzeiro do Oeste e Tapejara em 2006.

NOME DO PRODUTOR:

**SOCIOECONÓMICO**

01-IDADE:

- 15 a 20  20 a 25  25 a 30  30 a 35  35 a 40  40 a 45  45 a 50  
 50 a 55  55 a 60  acima de 60

02- SEXO

- Masculino  Feminino

03- ESTADO CIVIL

- solteiro  casado  divorciado  amasiado

04 - NATURALIDADE

- Paraná  outros estados

5 - ÁREA DA RESIDÊNCIA  urbana  rural

6 - DOCUMENTOS

- RG  CPF  carteira de trabalho

07 - ESCOLARIDADE

- 1º Grau incompleto  1º Grau completo  2º Grau incompleto  2º Grau completo  3º Grau completo

08- NÚMERO DE PESSOA RESIDENTE NO DOMICÍLIO POR IDADE

- 0 a 06 anos  07 a 14 anos  15 a 25 anos  26 a 35 anos  36 a 45 anos   
46 a 55 anos  acima de 55 anos  mora sozinho

09 - CONDIÇÃO DA RESIDÊNCIA

- casa própria  cedida/emprestada  alugada  invadida  outras

## 10 - NÚMERO DE CÔMODOS

1  2  3  4  5  6  mais de 6

## 11 - ENERGIA ELÉTRICA

sim  não

## 12- ÁGUA ENCANADA

sim  não

## 13- TIPO DE CONSTRUÇÃO

alvenaria  mista  madeira  material aproveitado  outros

## 14 - TELEFONE

telefone fixo  telefone celular  fixo e celular  não possui

## 15- SABE LER E ESCREVER

não  com dificuldade  não tem dificuldade  não opinou

## 16- GOSTA DE LER E ESCREVER

gosta muito  gosta pouco  não gosta

## 17 - GOSTA DE FAZER CONTAS

gosta muito  gosta pouco  não gosta

## 18 - RELIGIÃO

católico  protestante  outros  não tem religião

## 19 - ALIMENTAÇÃO

arroz  feijão  carne bovina  carne suína  carne de frango  frutas  saladas  pães, bolos, massas  leite e derivados  outros

## 20 - LAZER

assistir TV  ouvir rádio  visitar amigos e parentes  pescar  outros

## 21- ATIVIDADE PRINCIPAL

rural  urbana

## 22 - SE RURAL

gado de leite  fruticultura  milho  gado de corte  café  outros

## 23 - SE URBANA

trabalho assalariado  indústria  comércio  trabalho informal

24 - GOSTARIA DE MUDAR DE ATIVIDADE  sim  rural

## 25 - RENDA MÉDIA MENSAL DA FAMÍLIA

1 SM  2 SM  3 SM  4 SM  5 SM  acima de 5 SM

**PROPRIEDADE**

## 01 - PROPRIEDADE

compra  parceria  herança

## 02 - QUANTO TEMPO MORA NA PROPRIEDADE

menos de 10 anos  de 10 a 20 anos  21 a 30 anos  31 a 40 anos  não mora na propriedade

## 03 - QUANTO TEMPO PRODUZ E COMERCIALIZA LEITE

menos de 1 ano  1 a 5 anos  de 5 a 10 anos  mais de 10 anos

## 04 - ÁREA DA PROPRIEDADE

06 a 10 hectares  11 a 20  21 a 30  31 a 40  acima de 80

## 05- PLANTA PARA CONSUMO PRÓPRIO

sim  não

## 06 - ATIVIDADE PARA CONSUMO PRÓPRIO

verduras  feijão  frango  porco  boi  frutas  outros

## 07 - PRODUTOS COMERCIALIZADOS

leite  carne  café  outros obs. Mandioca

## 08 - COMERCIALIZAÇÃO

feiras  supermercados  laticínios  cooperativas  intermediários/atravessador  outros

## 09 - NÚMERO DE PESSOAS TRABALHA NA PROPRIEDADE

1- 2  3-4  5- 6

## 10 - QUANTOS SÃO FAMILIARES QUE TRABALHAM

1- 2  3-4  5- 6

## 11- TRABALHADORES FIXOS NÃO FAMILIARES

1-2  3-4

## 12 - TRABALHADORES VOLANTES

1-2  3-4

## 13 - SOBRE OS FILHOS

Moram e trabalham no campo  Moram no campo e trabalham na cidade  Morram e trabalham na cidade  outros

## 14 - UTILIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO

sim  não

## 15 - TIPO DE FINANCIAMENTO

PRONAF  outros

## 16 - VALOR DO FINANCIAMENTO

R\$ 2.000 a 3.000  R\$ 4.000 a 5.000  R\$5.000 a 10.000  acima de 10.000

17 -PARCELAS A PAGAR

sim  não

18 - UTILIZA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

sim  não  frequentemente  às vezes  raramente

19 - QUEM FORNECE ASSISTÊNCIA TÉCNICA  Particular  pública

20 - TRABALHO TÉCNICO DESENVOLVIDO PELA ASSISTÊNCIA

Viabiliza o acesso ao crédito  Assistência técnica na produção

21- PARTICIPOU DE CURSO DE CAPACITAÇÃO?

sim  não

## **PRODUÇÃO DE LEITE**

01 - ÁREA DA PASTAGEM

até 5 hectares  05 a 10  10 a 15  15 a 20  20 a 25  25 a 30  30 a 35  35 a 40  40 a 45  45 a 50  acima de 45

02- CONDIÇÕES DA PASTAGEM

degradada  regular  boa  ótima

03-ADUBAÇÃO DA PASTAGEM  sim  não

04- COM QUE FREQUÊNCIA

anual  a cada dois anos  outros

05- RAÇA DO GADO LEITEIRO

girolanda  holandês  Jersey  gir  pardo suíço  SRD- sem raça definida (  
 outros

06- QUANTAS VACAS POSSUI

até 5 vacas  5 a 10  11 a 15  16 a 20  21 a 25  26 a 30  
 31 a 35  36 a 40  41 a 45  acima de 45

## 07- QUANTAS ESTÃO PRODUZINDO

- até 5 vacas  5 a 10  11 a 15  16 a 25  26 a 35  36 a 45  
 acima de 45

## 08-PREÇO DO LITRO ANTES DA FORMAÇÃO DA COOPERATIVA\_\_\_\_\_

## 09 - PREÇO QUE RECEBE PELO LITRO

- não paga as despesas  paga somente as despesas  rende pouco lucro   
rende um bom lucro

## 10 - QUANTIDADE ÚLTIMA PRODUÇÃO MÊS

- até 3000 litros  3000 a 6000  6000 a 9000  9000 a 12000  
 12000 a 15000  acima de 15000

## 11- SE DESEJA AUMENTAR A PRODUÇÃO DE LEITE

- sim  não

## 12 - QUAL A META EM LITROS/MÊS

- até 3000 litros  3000 a 6000  6000 a 9000  9000 a 12000  12000 a 15000  
 acima de 15000

## 13- DIVIDE ANIMAIS

- sim, por idade  sim, por produção  sim, por produção e idade  não

## 14 - ALIMENTAÇÃO DAS VACAS

- carpineira  milho  cana  milheto  sorgo  aveia

## 15 - QUAL TIPO DE PASTAGEM

## 16- RAÇÃO

- sim  não

17 - SILAGEM  sim  não

## 18 - RESFRIADOR?

- sim, sozinho  sim, conjunto  não possui

19 - QUAL TIPO DE RESFRIADOR ( ) a granel ( ) por imersão

20 - TREINAMENTO E CURSOS NA QUALIDADE DO LEITE

( ) sim ( ) não

21 HIGIENIZAÇÃO, ORDENHA E ARMAZENAMENTO DO LEITE

( ) desinfetante no úbere ( ) lavagem pré e pós dipping ( ) lavagem das mãos ( )  
roupas limpas ( ) limpeza dos equipamentos ( ) limpeza do local da ordenha ( )  
outros

22 - FREQUÊNCIA DA LIMPEZA DO BARRACÃO

( ) diariamente ( ) semanalmente ( ) a cada 15 dias ( ) mensalmente ( ) não limpa ( )  
outros

23 - MÉTODO DE ORDENHA

( ) manual ( ) mecânico

24 - SALA DE ORDENHA SEPARADO

( ) sim ( ) não

25 - INSTALAÇÕES FÍSICAS DO LOCAL DA ORDENHA

( ) alvenaria, piso cimentado, coberto ( ) madeira, piso cimentado, coberto, ( )  
madeira chão batido, coberto ( ) madeira, chão batido ( ) outros

26 - MELHORIAS NECESSÁRIAS

( ) pastagem ( ) conservação do solo ( ) equipamentos ( ) controle de parasitas ( )  
alimento para suplementação ( ) técnicas de higienização  
( ) local de ordenha ( ) assistência técnica ( ) os animais ( ) outros

27 - FINANÇAS E COMERCIALIZAÇÃO DESAFIO

( ) preço alto dos insumos ( ) preço baixo do produto ( ) preço alto da mão-de-obra ( )  
falta de mão de obra ( ) obter financiamento ( ) transporte ( ) conservação do produto  
( ) outros

**COOPERATIVISMO**

## 01-CONHECIMENTO SOBRE COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO

sim  não

## 02-MELHORIAS AO ENTRAR NA COOPERATIVA

sim, preços  sim, maior número de compradores  sim, aumentar a assistência técnica  sim, governo atende às reivindicações  sim, facilidade ao acesso ao financiamento  não  outros

## 03-OBJETIVO EM SE TORNAR COOPERADO

maior número de consumidores  acesso a financiamento  acesso a insumos mais baratos  melhores preços na comercialização  outros

## 04-DESAFIOS NA COOPERATIVA

aumentar associados  aumentar compradores  melhores preços  industrializar seus produtos  conseguir assistência técnica  outros